



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR

LARA DE VASCONCELOS ALBUQUERQUE CRUZ

AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMBATE À EVASÃO ESTUDANTIL:
ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ EM
SOBRAL-CE NOS ANOS DE 2019 A 2023

FORTALEZA

2024

LARA DE VASCONCELOS ALBUQUERQUE CRUZ

AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMBATE À EVASÃO ESTUDANTIL:
ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ EM
SOBRAL-CE NOS ANOS DE 2019 A 2023

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. Área de concentração: Políticas Públicas da Educação Superior.

Orientadora: Profa. Dra. Conceição de Maria Pinheiro Barros.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C962a Cruz, Lara de Vasconcelos Albuquerque,
Ações de políticas públicas para combate à evasão estudantil: estudo de caso na Universidade Estadual Vale do Acaraú/Lara de Vasconcelos Albuquerque Cruz. – 2024.
105 f. : il. Color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, FORTALEZA, 2024.
Orientação: Profa. Dra. Conceição de Maria Pinheiro Barros.

1. Evasão estudantil. políticas públicas. ensino superior. inclusão educacional. I. Título.
CDD 378
-

LARA DE VASCONCELOS ALBUQUERQUE CRUZ

AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMBATE À EVASÃO ESTUDANTIL:
ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ EM
SOBRAL-CE NOS ANOS DE 2019 A 2023

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. Área de concentração: Políticas Públicas da Educação Superior.

Aprovada em: 30/09/2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Conceição de Maria Pinheiro Barros (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Sidney Guerra Reginaldo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Rômulo Linhares Ferreira Gomes
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

RESUMO

A educação superior no Brasil, especialmente em contextos como o de Sobral, Ceará, enfrenta desafios significativos relacionados à evasão estudantil. As Instituições de Ensino Superior têm a responsabilidade não apenas de oferecer educação, mas também de se reinventar para atender às necessidades de seus alunos. A pesquisa se propõe analisar a efetividade das políticas públicas de combate à evasão na Universidade Estadual Vale do Acaraú entre 2019 a 2023. O período de 2019 a 2023 foi selecionado para a pesquisa sobre a eficácia das políticas públicas no combate à evasão estudantil na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em Sobral-CE por sua importância em refletir as dinâmicas recentes e as mudanças significativas ocorridas nesse intervalo. Esse recorte temporal possibilita uma análise detalhada das transformações e ajustes nas políticas educacionais, bem como uma avaliação da continuidade e evolução das estratégias adotadas durante esse período. A escolha do período de 2019 a 2023 para a pesquisa sobre a eficácia das políticas públicas no combate à evasão estudantil na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) em Sobral-CE, pois esse intervalo abrange um período marcado por significativas transformações sociais, políticas e econômicas no Brasil e no mundo, incluindo a pandemia de COVID-19. Esses eventos impactaram diretamente o setor educacional e, conseqüentemente, a evasão estudantil. Analisar essas mudanças permite compreender como as políticas públicas se adaptaram às novas realidades. Esta pesquisa tem como principal teórico Tinto (1975) em diálogo com autores como: Astin (1993), Cabrera, Burkum, e La Nasa (2003), Crosling, Heagney, e Thomas (2009); Pascarella e Terenzini (2005); Santos e Silva (2017), entre outros. Metodologicamente, recorreu-se à pesquisa qualitativa e quantitativa, por meio da pesquisa bibliográfica e documental. A técnica de análise de dados utilizada na pesquisa foi a análise combinada qualitativa e quantitativa, permitindo uma abordagem abrangente e multifacetada na interpretação dos dados coletados. Concluiu-se que as ações de políticas públicas para combater a evasão estudantil na UVA mostraram-se essenciais, especialmente durante e após a pandemia de COVID-19. Este estudo não apenas contribuiu para a compreensão das dinâmicas de evasão estudantil, mas também enfatizou a importância de uma abordagem proativa e adaptativa na formulação de políticas educacionais. A continuidade do monitoramento das taxas de evasão e a implementação de medidas eficazes são fundamentais para garantir a permanência e o sucesso dos estudantes na educação superior.

Palavras-chave: evasão estudantil; políticas públicas; ensino superior; inclusão educacional.

RESUMEN

La educación superior en Brasil, especialmente en contextos como Sobral, Ceará, enfrenta importantes desafíos relacionados con la deserción estudiantil. Las Instituciones de Educación Superior tienen la responsabilidad no sólo de ofrecer educación, sino también de reinventarse para satisfacer las necesidades de sus estudiantes. La investigación tiene como objetivo analizar la efectividad de las políticas públicas de combate a la evasión en la Universidad Estatal Vale do Acaraú entre 2019 y 2023. Se seleccionó el período de 2019 a 2023 para la investigación sobre la efectividad de las políticas públicas en el combate a la evasión estudiantil en la Universidad Estatal Vale do Acaraú (UVA), en Sobral-CE, por su importancia en reflejar las dinámicas recientes y los cambios significativos ocurridos durante este período. Este marco temporal permite un análisis detallado de las transformaciones y ajustes en las políticas educativas, así como una evaluación de la continuidad y evolución de las estrategias adoptadas durante este período. La elección del período de 2019 a 2023 para la investigación sobre la eficacia de las políticas públicas en la lucha contra la deserción estudiantil en la Universidad Estadual Vale do Acaraú (UVA) de Sobral-CE, ya que este intervalo cubre un período marcado por importantes cambios sociales, políticos y económicos. impactos en Brasil y en todo el mundo, incluida la pandemia de COVID-19. Estos hechos impactaron directamente al sector educativo y, en consecuencia, a la deserción estudiantil. Analizar estos cambios permite comprender cómo las políticas públicas se han adaptado a las nuevas realidades. Esta investigación tiene como principal teórico a Tinto (1975) en diálogo con autores como: Astin (1993), Cabrera, Burkum y La Nasa (2003), Crosling, Heagney y Thomas (2009); Pascarella y Terenzini (2005); Santos y Silva (2017), entre otros. Metodológicamente se utilizó investigación cualitativa y cuantitativa, a través de investigación bibliográfica y documental. La técnica de análisis de datos utilizada en la investigación fue un análisis cualitativo y cuantitativo combinado, lo que permitió un enfoque integral y multifacético para interpretar los datos recopilados. Se concluyó que las acciones de política pública para combatir la deserción estudiantil en la UVA resultaron esenciales, especialmente durante y después de la pandemia de COVID-19. Este estudio no sólo contribuyó a la comprensión de la dinámica de la deserción estudiantil, sino que también enfatizó la importancia de un enfoque proactivo y adaptativo en la formulación de políticas educativas. Continuar monitoreando las tasas de deserción e implementar medidas efectivas es fundamental para garantizar la retención y el éxito de los estudiantes en la educación superior.

Keywords: abandono estudiantil; políticas públicas; educación superior; inclusión educativa.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demonstrativo de alunos de 2019 na UVA.....	70
Tabela 2 – Demonstrativo de alunos de 2020 na UVA.....	71
Tabela 3 – Demonstrativo de alunos de 2021 na UVA.....	73
Tabela 4 – Demonstrativo de alunos de 2022 na UVA.....	75
Tabela 5 – Demonstrativo de alunos de 2023 na UVA.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANOVA	Análise de Variância
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COVID-19	SARS-CoV-2
EaD	Educação a Distância
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IMDS	Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ONG's	Organizações não Governamentais
PAIC	Programa Alfabetização na Idade Certa
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UVA	Universidade Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Problema a ser pesquisado	14
1.2	Objetivos	16
1.3	Justificativa	16
1.4	Estrutura do trabalho	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1	Teorias acerca da evasão na Educação Superior	22
2.2	Evasão universitária na Educação Superior Brasileira	28
2.3	A evasão em Instituições de Ensino Superior públicas brasileiras	38
2.4	A efetividade das políticas públicas nas IES para a evasão estudantil	45
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	57
3.1	Classificação da pesquisa	57
3.2	Métodos e técnicas de pesquisa	59
3.3	Técnica de análise de dados	61
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	64
4.1	Ações de Políticas Públicas para combate à evasão estudantil na Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral-CE nos anos de 2019 a 2023	64
4.2	Dados quantitativos e qualitativos relacionados ao fenômeno da evasão na UVA	69
4.3	Análise teórica acerca da adaptação e a evolução das políticas adotadas pela UVA	81
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
	REFERÊNCIAS	87

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problema a ser pesquisado

A educação superior no Brasil, especialmente em contextos como o de Sobral, Ceará, enfrenta desafios significativos relacionados à evasão estudantil. A diversidade dos estudantes ingressantes, com diferentes perfis socioeconômicos e expectativas, traz à tona a necessidade urgente de as Instituições de Ensino Superior (IES) compreenderem essas características para aprimorar suas políticas de permanência acadêmica (Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2018).

Com a expansão das vagas no Ensino Superior, destaca-se o elevado índice de evasão, que atingiu 36,6% em 2021, totalizando 3,42 milhões de alunos, refletindo a complexidade do fenômeno (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2011).

A Constituição Federal de 1988 assegura a educação como um direito de todos e um dever do Estado, e estabelece que a permanência dos alunos no sistema educacional deve ser garantida por meio de políticas públicas adequadas. O artigo 206 da Constituição prevê a gratuidade do ensino público, mas essa gratuidade, por si só, não é suficiente para garantir que todos os alunos consigam concluir seus cursos (Brasil, 1988)

Muitos estudantes enfrentam dificuldades econômicas que vão além do pagamento de mensalidades, incluindo custos com alimentação, moradia, transporte e materiais didáticos (Filipak; Pacheco, 2017). Essas barreiras, frequentemente, resultam em evasão, não apenas em instituições privadas, onde a mensalidade é uma questão preponderante, mas também nas IES públicas.

As IES têm a responsabilidade não apenas de oferecer educação, mas também de se reinventar para atender às necessidades de seus alunos. A evasão educacional é um fenômeno multifacetado, que envolve fatores pessoais e sistêmicos que afetam a permanência dos estudantes, demandando uma análise detalhada das condições que favorecem ou dificultam essa permanência (Garcia, 2011). Sobral, sendo o maior polo universitário do interior do Ceará, abriga uma grande variedade de instituições e um número considerável de estudantes, o que intensifica a necessidade de políticas públicas eficazes para combater a evasão estudantil.

A relevância de Sobral como centro educacional destaca a urgência de políticas que considerem a diversidade socioeconômica e as expectativas dos alunos, promovendo um ambiente inclusivo que favoreça a permanência. Medidas que integrem suporte financeiro,

infraestrutura adequada, programas de apoio psicológico e oportunidades de estágio são fundamentais para garantir que os alunos possam concluir seus cursos com sucesso (Torres, 2013; Mancebo, 2004).

Ademais, a articulação entre as IES e a comunidade, bem como o investimento em inclusão e diversidade, são estratégias que podem não apenas reduzir a evasão, outrossim fortalecer o vínculo dos alunos com suas instituições (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2014; Aranha, 1993). A análise contínua das políticas implementadas e a adaptação às realidades dos alunos são essenciais para assegurar a efetividade das ações de combate à evasão (Ferreira, 2000).

Sobral, fundada em 1757, tem suas origens ligadas ao início do século XVIII, quando fugitivos de invasores estrangeiros se estabeleceram nas margens dos rios Jaguaribe e Acaraú. Em 1728, Antônio Rodrigues Magalhães, vindo do Rio Grande do Norte, criou a Fazenda Caiçara, que se tornou o núcleo inicial do município. A expansão do povoado ocorreu a partir de 1756, com a doação de terras para a construção da matriz de Nossa Senhora da Conceição.

Em 1773, Sobral foi elevada à categoria de Vila Distinta e Real e, segundo algumas fontes, sua criação foi formalizada por uma Carta Régia em 1766. O clima favorável e a fertilidade do solo contribuíram para o crescimento da vila, que se tornou um importante centro de intermediação de produtos agrícolas para o Ceará e o Piauí a partir da segunda metade do século XVIII.

A cidade também teve um papel significativo em eventos históricos do Brasil, como a Confederação do Equador em 1825, e ganhou o status de cidade em 1841. No século XIX, destacaram-se os sobrados de estilo greco-romano, como os de Domingos José Pinto Braga e do major João Pedro Bandeira de Melo. Sobral também foi palco da comprovação da Teoria da Relatividade de Albert Einstein, durante a Expedição Britânica do Eclipse Solar de 1919, que observou a distorção da luz em seu trajeto até a Terra. Os marcos desse evento na cidade incluem um monumento na Praça da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio e o Museu do Eclipse.

Nos últimos anos, Sobral se destacou como modelo em educação pública, com programas que visam melhorar a qualidade do ensino. A cidade é frequentemente citada em estudos e discussões sobre políticas educacionais eficazes no Brasil.

Diante do cenário apresentado, a pergunta que orientará esta pesquisa é: Qual a efetividade das ações de políticas públicas implementadas para combater a evasão estudantil na Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral-CE, nos anos de 2019 a 2023, em termos de permanência e conclusão dos cursos?

1.2 Objetivos

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a efetividade das ações de políticas públicas implementadas para combater a evasão estudantil na Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral - CE, nos anos de 2019 a 2023, avaliando sua eficácia em termos de permanência e conclusão dos cursos de graduação. Para alcançar o objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar as ações de políticas públicas implementadas para combater a evasão estudantil na Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral-CE, nos anos de 2019 a 2023, considerando o contexto socioeconômico e educacional dos alunos.
- b) Compreender os dados quantitativos e qualitativos relacionados ao fenômeno da evasão, proporcionando um estudo macroscópico que evidencie as principais causas e consequências desse problema.
- c) Analisar a adaptação e a evolução das políticas adotadas pela Universidade, com foco em suas contribuições para a criação de um ambiente acadêmico mais inclusivo e acessível, que favoreça a permanência e o sucesso dos estudantes.

1.3 Justificativa

A relevância deste estudo reside na possibilidade de contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, que atendam às necessidades dos estudantes e promovam a redução da evasão nas instituições de ensino superior.

A dimensão jurídica do direito à educação está inserida na perspectiva de um direito social, de caráter prestacional, cuja finalidade envolve o desenvolvimento pessoal, o exercício da cidadania e a capacitação para o trabalho. A educação, enquanto direito positivado na Constituição, abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e nas manifestações culturais. Está definido, em nosso ordenamento jurídico, como dever do Estado, sendo implementado por meio de políticas públicas que possibilitam o acesso à educação (Freire, 1996).

O artigo 205 da Constituição Federal prevê, expressamente, a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, e deve ser assegurada, conforme o artigo 206, com igualdade de condições para o seu acesso e permanência, bem como com a gratuidade do ensino público nas instituições oficiais. Assim, o Estado deve garantir as condições

necessárias para que todos tenham acesso a este direito (Brasil, 1988).

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) positivou direitos que buscam promover a permanência dos alunos na universidade e reconhece, na maioria dos estudantes das classes trabalhadoras, problemas econômicos, pedagógicos e/ou psicológicos que necessitam de auxílio financeiro para alimentação, moradia, transporte e materiais didáticos. Para promover o ingresso e permanência dos estudantes, são estabelecidas políticas públicas que garantam a igualdade de oportunidades entre todos e contribuam para o sucesso acadêmico, com o objetivo de minorar a evasão estudantil dentro das Instituições de Ensino Superior (Cury, 2006).

A problemática da evasão no âmbito da educação é algo inerente a todos os níveis de ensino. Nesse contexto, a evasão estudantil no Ensino Superior é marcada por uma série de consequências negativas para o aluno evadido, para a Instituição de Ensino Superior (IES) e para a sociedade como um todo. Por isso, as universidades devem apoiar a permanência dos estudantes, inserindo em suas políticas diretrizes que contemplem ações de combate à evasão (Cury, 2006).

As ações de políticas públicas na educação superior surgem para promover a permanência dos alunos nas universidades, buscando prover recursos para combater os impedimentos que possam atrapalhar o desempenho acadêmico ou a conclusão do curso, a fim de minimizar o abandono ou trancamento de matrícula. Os dados do Censo da Educação Superior (CES) revelam que o número de formandos em 2010 equivalia a 46% dos ingressantes quatro anos antes, enquanto em 2005 essa taxa era de 51%.

Nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, a redução no percentual de alunos concluintes foi de 10% nas federais (de 62% para 52%) e 19% nas estaduais (de 60% para 41%). Em 2019, a pesquisa mostrou que a taxa de desistência acumulada subiu para 59% (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2011). É interesse das instituições de ensino e da sociedade que os ingressantes em instituições de ensino superior concluam seus cursos de graduação (Gois; Takahashi; Machado, 2011).

É relevante salientar que a evasão universitária atinge tanto IES públicas quanto privadas, embora as motivações para a desistência do curso sejam relativamente diferentes. Nas IES privadas, o principal dificultador da permanência do aluno é a questão de honrar o pagamento das mensalidades, embora outros motivos também possam influenciar a evasão. Por outro lado, nas IES públicas, onde o serviço oferecido é gratuito, os principais fatores da evasão podem estar relacionados à má escolha do curso, à estrutura curricular, ao mercado de trabalho ou profissão, a razões pessoais, entre outros motivos. De forma geral, esses fatores podem ser resumidos em acadêmicos, econômicos, sociais e emocionais (Majzub; Rais, 2010).

Percebe-se que a gratuidade do ensino não tem sido suficiente para garantir a permanência dos alunos nas instituições públicas, pois "além da mensalidade, os estudantes possuem despesas como alimentação, transporte, moradia, materiais escolares, livros, fotocópias, impressões, entre outras; ademais, muitos alunos além de estudar, precisam trabalhar para manter as despesas" (Filipak; Pacheco, 2017, p. 1.260).

Os prejuízos decorrentes da evasão universitária atingem diretamente as IES, o próprio aluno evadido e a sociedade como um todo. As IES privadas perdem em receita (Silva Filho, et al., 2007). Para o aluno evadido, iniciar e não conseguir concluir o curso de graduação representa um custo que vai desde os recursos financeiros investidos até o tempo dedicado ao curso de graduação, que poderia ter sido direcionado para a realização de outras atividades que trariam retorno (Cunha; Nascimento; Durso, 2014).

A evasão de estudantes é um fenômeno complexo, comum às instituições de Ensino Superior. Por essa complexidade e abrangência, vem sendo objeto de estudos e análises nos últimos anos. Espera-se que o tema proposto contribua significativamente para os diálogos e discussões sobre a efetividade das ações de políticas públicas voltadas para as instituições de Ensino Superior, apontando os caminhos possíveis para a melhoria das políticas na instituição, levando em consideração os limites e possibilidades que constituem os desafios cotidianos das universidades, bem como enriquecendo a produção científica na área da educação (Cunha; Nascimento; Durso, 2014).

Ademais, é necessário considerar que a evasão não apenas compromete a formação individual dos estudantes, mas também afeta o desenvolvimento econômico e social da região onde as instituições estão inseridas. Em cidades como Sobral, no Ceará, onde o Ensino Superior representa uma importante fonte de qualificação e desenvolvimento, o impacto da evasão pode ser ainda mais significativo.

Instituições de Ensino Superior desempenham um papel crucial na formação de profissionais que, por sua vez, contribuem para o desenvolvimento local. A evasão, implica não só em perda de investimentos públicos e privados na educação, como ainda em uma lacuna na formação de capital humano qualificado, essencial para o progresso econômico e social (Ferreira, 2000).

Para compreender plenamente as causas e as consequências da evasão estudantil, é fundamental adotar uma abordagem multidisciplinar que inclua análises econômicas, sociais, psicológicas e pedagógicas. Apenas por meio de uma análise abrangente será possível desenvolver políticas públicas eficazes que atendam às necessidades dos estudantes e garantam sua permanência e sucesso acadêmico. Além disso, é imprescindível que essas políticas sejam continuamente monitoradas e avaliadas para assegurar sua efetividade e

adequação às mudanças no contexto educacional e socioeconômico (Ferreira, 2000).

A educação superior deve ser vista como um investimento estratégico para o desenvolvimento sustentável do país. As políticas públicas de combate à evasão estudantil devem ser robustas, inclusivas e capazes de enfrentar os desafios impostos pelas diversas realidades dos estudantes brasileiros. Ao assegurar a permanência e a conclusão dos cursos de graduação, estar-se-á promovendo não apenas a realização individual dos estudantes, outrossim, o fortalecimento das instituições de Ensino Superior e o desenvolvimento da sociedade em sua totalidade (Shirasu; Arraes, 2016).

Com base no levantamento realizado na plataforma de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram identificadas as seguintes pesquisas que dialogam com a temática da evasão estudantil: "Contribuições da Psicologia Escolar e Educacional para um Estudo sobre as Nuances da Evasão em um Campus Universitário" (Almeida, 2022); "Determinantes Sociais e Pedagógicos da Evasão universitária: Um Estudo no Instituto Federal Baiano – *Campus Serrinhas* (Santos J., 2022); "Evasão universitária e Estratégias de Intervenções para Evasão do Estudante: Um Estudo de Caso na Universidade Federal de São Carlos" (Santos R., 2022); e "Direito à Permanência Escolar: Contribuição para Políticas Públicas" (Monteiro, 2021).

A pesquisa sobre as ações de políticas públicas para combate à evasão estudantil na Universidade Estadual Vale do Acaraú em Sobral-CE, entre 2019 e 2023, traz diversas contribuições relevantes para a área da educação superior, especialmente no contexto brasileiro. O estudo oferece *insights* valiosos para a gestão da Universidade Estadual Vale do Acaraú ao identificar as políticas públicas mais eficazes para manter os alunos matriculados, particularmente em tempos de crise, como a pandemia do coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19).

Dessa maneira, isso pode ajudar a universidade a desenvolver estratégias de intervenção mais direcionadas, focando em suportes financeiros, acadêmicos e psicossociais que atendam às necessidades dos estudantes, aumentando suas chances de sucesso acadêmico e permanência.

O recorte temporal do estudo entre os anos de 2019 a 2023 foi escolhido para capturar um período significativo de transformação e adaptação global, marcado pelo advento e impacto da pandemia de COVID-19. O ano de 2019 serve como ponto de partida para analisar as condições e padrões estabelecidos antes da crise sanitária, permitindo uma linha de base comparativa.

A pandemia, iniciada em 2020, trouxe mudanças profundas em várias esferas, incluindo saúde, economia e comportamento social. O período subsequente até 2023 oferece

uma visão crítica de como as sociedades e setores se ajustaram e evoluíram em resposta às novas realidades impostas pela crise. A inclusão deste intervalo permite uma análise abrangente das tendências pré-pandemia, das adaptações emergenciais durante a crise, das estratégias de recuperação e resiliência, fornecendo um panorama completo das dinâmicas temporais e das transformações ocorridas.

O estudo enriquece as discussões científicas ao oferecer uma análise comparativa dos impactos de diferentes políticas públicas antes e depois da pandemia, permitindo uma compreensão mais profunda das mudanças e adaptações necessárias em políticas educacionais durante crises. Ao dialogar com trabalhos anteriores, como os de Almeida (2022), (Santos J., 2022), (Santos R., 2022) e (Monteiro, 2021) a pesquisa contribui para um corpo de conhecimento que abrange dimensões psicológicas, sociais, pedagógicas e jurídicas da evasão estudantil.

Ao investigar a efetividade das políticas públicas implementadas, a pesquisa oferece recomendações práticas para a formulação de políticas mais robustas e inclusivas que possam ser adotadas por outras instituições de Ensino Superior. Isso pode ajudar a reduzir a evasão estudantil, promovendo a igualdade de acesso e permanência na educação superior, o que, por sua vez, contribui para o desenvolvimento econômico e social das regiões onde essas instituições estão inseridas. A abordagem multidisciplinar da pesquisa também assegura que as políticas propostas sejam abrangentes e adaptáveis às diversas realidades dos estudantes brasileiros.

Dessa forma, espera-se oferecer uma compreensão aprofundada sobre a eficácia dessas políticas em tempos de crise e contribuir para o aprimoramento contínuo das estratégias educacionais no contexto brasileiro.

1.4 Estrutura do trabalho

A dissertação está estruturada de forma a proporcionar uma compreensão clara e abrangente do problema da evasão estudantil e das políticas públicas implementadas para mitigá-lo na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Na introdução, será apresentado o problema central da pesquisa, discutindo a importância de investigar a evasão estudantil na UVA e os desafios enfrentados pela instituição.

Os objetivos gerais e específicos da pesquisa são expostos ainda na introdução desta pesquisa, com o objetivo geral de analisar as ações de políticas públicas implementadas para combater a evasão estudantil na UVA entre 2019 e 2023. Os objetivos específicos incluirão a análise das mudanças substanciais nas taxas de evasão.

A justificativa destacará a relevância do estudo, tanto para o campo acadêmico quanto para a sociedade em geral, discutindo as contribuições esperadas da pesquisa para o entendimento das políticas públicas educacionais e para a melhoria das práticas institucionais de combate à evasão estudantil.

O referencial teórico revisará as principais teorias que abordam a evasão na educação superior, explorando conceitos e modelos teóricos que explicam os motivos pelos quais os estudantes abandonam seus cursos. As características da evasão universitária no contexto brasileiro serão analisadas, incluindo estatísticas, tendências e fatores que influenciam a decisão dos estudantes de abandonar seus estudos.

A discussão será centrada nas instituições de Ensino Superior públicas, investigando como a evasão se manifesta nessas instituições e quais são os desafios específicos enfrentados por elas. Será feita uma análise das políticas públicas educacionais implementadas no Brasil com o objetivo de combater a evasão na educação superior, explorando as origens dessas políticas, suas implementações e seus impactos.

Os procedimentos metodológicos descreverão a natureza da pesquisa, explicando a justificativa para a escolha do método. De modo semelhante, serão detalhados os métodos e técnicas de análise de dados utilizados na pesquisa.

Na apresentação e análise dos resultados, serão apresentados e analisados os dados coletados sobre as ações de políticas públicas implementadas na UVA para combater a evasão estudantil no período de 2019 a 2023. Será fornecida uma visão geral da UVA, incluindo seu histórico, missão e contexto institucional, além de incluir a abordagem da evasão pela perspectiva da universidade.

Serão apresentados os dados quantitativos e qualitativos sobre a evasão estudantil na UVA, analisando as tendências, os fatores contribuintes e os efeitos das políticas públicas implementadas durante o período estudado.

Nas considerações finais, serão sintetizadas as principais conclusões da pesquisa, discutindo as implicações dos resultados para as políticas públicas educacionais e sugerindo recomendações para futuras ações e pesquisas. O cronograma de execução da pesquisa será apresentado, detalhando as etapas e os prazos estabelecidos para cada fase do trabalho. Finalmente, serão detalhados os recursos financeiros necessários para a realização da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta dissertação fundamenta-se em pesquisa bibliográfica abrangente da literatura existente sobre a evasão estudantil no Ensino Superior, com foco específico nas políticas públicas implementadas para mitigar esse fenômeno.

Inicialmente, serão abordados conceitos centrais e definições relacionadas à evasão universitária e suas implicações para as instituições de Ensino Superior, os estudantes e a sociedade. Em seguida, a revisão da literatura examinará estudos e pesquisas recentes que investigam as causas e os determinantes da evasão, destacando aspectos acadêmicos, econômicos, sociais e psicológicos.

Ademais, serão exploradas as principais políticas públicas adotadas por universidades brasileiras, com ênfase nas estratégias de assistência estudantil, programas de apoio financeiro e iniciativas de suporte pedagógico e psicossocial. Por fim, o referencial teórico proporcionará uma análise crítica das práticas e intervenções mais eficazes, identificando lacunas e oportunidades para o aprimoramento das ações de combate à evasão na Universidade Estadual Vale do Acaraú.

Esta pesquisa tem como principal teórico Tinto (1975) em diálogo com autores como: Astin (1993), Cabrera, Burkum, e La Nasa (2003), Crosling, Heagney e Thomas (2009); Pascarella e Terenzini (2005); Santos e Silva (2017), entre outros.

A teoria da evasão na educação superior proposta por Tinto (1975) é um modelo influente que se inspira na teoria do suicídio de Émile Durkheim (2000) para explicar os motivos de os estudantes abandonarem seus cursos. Tinto introduziu a teoria da integração, que destaca a importância da integração acadêmica, social e institucional para a evasão dos alunos. Segundo essa teoria, a persistência dos estudantes está ligada à sua capacidade de se conectar com o conteúdo do curso, interagir com colegas e se envolver em atividades extracurriculares. A evasão ocorre quando há falhas nessa integração, que podem ser causadas por dificuldades acadêmicas, problemas financeiros, isolamento social ou falta de suporte institucional. A robustez da teoria de Tinto tem sido confirmada por estudos subsequentes, que reforçam sua aplicabilidade em diversos contextos educacionais.

2.1 Teorias acerca da evasão na Educação Superior

Do ponto de vista internacional, um dos primeiros estudos conceituais sobre a evasão na educação superior foi conduzido por Tinto (1975). Tinto desenvolveu um modelo teórico de evasão comportamental inspirado na teoria do suicídio Durkheim (2000), um

sociólogo renomado cujas ideias foram fundamentais para a compreensão de fenômenos sociais complexos (Durkheim, 2000).

Tinto (1975) é amplamente reconhecido como um dos teóricos mais influentes no estudo da evasão na educação superior. Sua teoria da integração, inicialmente proposta em 1975 e posteriormente refinada, destaca a importância da integração acadêmica, social e institucional dos estudantes para a evasão no Ensino Superior.

Tinto argumenta que a persistência dos estudantes está diretamente relacionada à sua capacidade de se integrar tanto academicamente (envolvimento com o conteúdo do curso), quanto socialmente (interação com colegas e participação em atividades extracurriculares) na instituição de ensino (Tinto, 1975).

Essa teoria sugere que a evasão ocorre quando os estudantes não conseguem atingir um nível satisfatório de integração, seja devido às dificuldades acadêmicas, aos problemas financeiros, ao isolamento social ou à falta de suporte institucional adequado. Estudos subsequentes corroboraram a relevância da teoria de Tinto em diversos contextos educacionais, demonstrando sua robustez e aplicabilidade (Bean; Metzner, 1985; Pascarella; Terenzini, 2005).

Astin (1993), em seu trabalho seminal *What Matters in College?: Four Critical Years Revisited*, introduziu a teoria da carga como uma explicação para a evasão na educação superior. Ele argumenta que a evasão pode resultar de uma carga excessiva de demandas acadêmicas, sociais e pessoais enfrentadas pelos estudantes ao longo de sua trajetória universitária. Astin enfatiza que, se a carga percebida pelos estudantes exceder suas capacidades ou recursos disponíveis (como tempo, habilidades e apoio familiar), a probabilidade de abandono aumenta significativamente.

As teorias econômicas da evasão sugerem que fatores financeiros desempenham um papel crucial nas decisões dos estudantes de abandonar seus cursos universitários. Isso inclui não apenas o custo direto das mensalidades e taxas, mas também os custos indiretos associados, como despesas de vida, transporte e oportunidades de trabalho.

Estudantes oriundos de famílias com menor renda podem enfrentar dificuldades financeiras mais agudas, o que pode levar à evasão se não houver suporte financeiro adequado (Cabrera, Burkum; La Nasa, 2003). Além das abordagens econômicas e integrativas, as teorias psicológicas e sociológicas também oferecem perspectivas valiosas sobre a evasão na educação superior. Aspectos como motivação dos estudantes, expectativas acadêmicas, identidade estudantil, pertencimento social e suporte familiar são analisados para entender como esses fatores influenciam as decisões de permanência ou abandono dos cursos (Crosling, Heagney, Thomas, 2009; Pascarella; Terenzini, 2005).

A evasão na educação superior é um fenômeno multifacetado que exige uma abordagem holística e integrada para sua compreensão e enfrentamento eficaz. As teorias mencionadas fornecem um arcabouço teórico sólido para entender as causas e consequências da evasão, ressaltando a importância de políticas educacionais e práticas institucionais que promovam a integração dos estudantes, ofereçam suporte financeiro e acadêmico adequado, e considerem as necessidades individuais dos alunos em contextos diversos (Lima *et al.*, 2020).

No Brasil, as teorias sobre a evasão na educação superior têm sido exploradas por meio de estudos que consideram contextos sociais, econômicos e educacionais específicos do país. Diversos pesquisadores têm contribuído para a compreensão das causas e dos impactos desse fenômeno, resultando no desenvolvimento de teorias que refletem as realidades brasileiras (Lima *et al.*, 2020).

A teoria socioeconômica destaca as desigualdades socioeconômicas como determinantes cruciais da evasão na educação superior no Brasil. Estudos indicam que estudantes de famílias com menor renda enfrentam maiores dificuldades para se manter nos estudos devido aos custos diretos (como mensalidades e materiais didáticos) e indiretos (como transporte e moradia) associados à vida universitária (Lima *et al.*, 2020).

Somado a isso, a necessidade de trabalhar para contribuir com a renda familiar pode comprometer o tempo e a energia dedicados aos estudos, impactando negativamente a permanência dos estudantes (Soares; Almeida, 2018). Uma investigação conduzida por Neri (2009) analisou o impacto das condições socioeconômicas na evasão universitária e concluiu que estudantes de baixa renda têm uma probabilidade significativamente maior de abandonar seus cursos em comparação com alunos provenientes de famílias mais abastadas. O estudo reforça a necessidade de políticas de assistência estudantil que abranjam não apenas a isenção de mensalidades, mas também auxílios para transporte, alimentação e moradia.

A teoria institucional considera as características das instituições de Ensino Superior como fatores determinantes para a evasão. Questões como a qualidade do ensino, a infraestrutura disponível, o suporte acadêmico oferecido e a cultura institucional desempenham papéis significativos na decisão dos estudantes de permanecerem ou abandonarem seus cursos (Santos; Silva, 2017). Instituições com problemas estruturais, como a falta de professores qualificados, altas taxas de reprovação e poucos recursos para assistência estudantil, tendem a apresentar taxas mais elevadas de evasão.

Tinto (1975) propôs uma teoria de integração institucional que sugere que a integração acadêmica e social dos estudantes nas instituições é crucial para sua permanência. Estudantes que se sentem parte da comunidade acadêmica e que recebem o suporte adequado

são mais propensos a concluir seus cursos. O modelo tem sido amplamente utilizado para avaliar programas de evasão e políticas institucionais nas universidades brasileiras.

As teorias psicossociais exploram fatores como a motivação dos estudantes, a adaptação ao ambiente universitário e o suporte social como influências na evasão na educação superior no Brasil. Estudantes que não se sentem integrados à vida universitária, que enfrentam dificuldades emocionais ou que não encontram suporte adequado para suas necessidades acadêmicas e pessoais têm maior probabilidade de abandonar seus estudos (Lima *et al.*, 2020).

Um estudo de Soares e Almeida (2003) investigou os fatores psicossociais associados à evasão universitária e encontrou que estudantes com baixos níveis de motivação intrínseca e altos níveis de ansiedade acadêmica têm maior probabilidade de abandonar seus cursos. Destaca-se a importância de oferecer suporte psicológico e programas de desenvolvimento pessoal nas universidades.

É fundamental considerar os aspectos psicossociais tanto dos discentes, quanto dos docentes. A evasão universitária no Ensino Superior afeta instituições de ensino em todo o mundo e é influenciada por uma combinação de fatores econômicos, sociais, acadêmicos e institucionais. Entre esses fatores, os aspectos psicológicos dos discentes (estudantes) e docentes (professores) desempenham um papel crucial (Soares; Almeida, 2003).

A falta de suporte adequado e a estigmatização em torno da saúde mental agravam esses problemas, contribuindo para a evasão. A motivação e o engajamento são essenciais para o sucesso acadêmico. Estudantes que não se sentem engajados com seu curso ou que não percebem relevância prática em seus estudos são mais propensos a desistir. A falta de motivação pode derivar de problemas pessoais, ausência de orientação vocacional ou dificuldades em equilibrar estudos e outras responsabilidades (Ryan; Raian, 2000).

Baixa autoestima e falta de autoconfiança também são fatores significativos que influenciam a evasão universitária. Estudantes que duvidam de suas capacidades acadêmicas ou que enfrentam experiências negativas repetidas podem se sentir desencorajados e impulsionados a optar por abandonar seus cursos. A ausência de apoio psicológico e de programas de mentoria pode aumentar a probabilidade de desistência (Bandura, 1997).

O isolamento social é outro fator crítico. A transição para o Ensino Superior pode ser desafiadora, especialmente para estudantes que se mudam para longe de casa. A falta de uma rede de apoio social pode levar ao sentimento de solidão e desconexão, o que, por sua vez, aumenta o risco de evasão. Programas que promovem a integração social e o apoio entre pares são fundamentais para mitigar esses efeitos (Tinto, 1993).

No que se refere aos fatores psicológicos de docentes, o estresse e o *burnout*, entre outras condições patológicas mentais, podem influenciar a evasão universitária de forma indireta. Professores sobrecarregados, estressados ou exaustos podem não conseguir oferecer o suporte e a orientação necessários aos alunos. Isso pode resultar em um ambiente de aprendizado menos eficaz e em um aumento nas taxas de evasão. O *burnout* entre os docentes pode ser causado por cargas de trabalho excessivas, falta de recursos e apoio institucional inadequado (Maslach; Leiter, 2016).

A qualidade da interação entre docentes e discentes é crucial para o sucesso acadêmico dos estudantes. Professores que demonstram empatia, compreensão e apoio contribuem significativamente para a motivação e o engajamento dos alunos. No entanto, quando essas interações são negativas ou inexistentes, os estudantes podem sentir-se desvalorizados e desconectados, o que aumenta a probabilidade de evasão (Pascarella; Terenzini, 2005).

A falta de capacitação e formação adequada para lidar com questões de saúde mental e bem-estar dos estudantes pode limitar a capacidade dos docentes em fornecer suporte necessário. Programas de desenvolvimento profissional que incluem treinamento em habilidades de aconselhamento e suporte psicológico podem ajudar os professores a identificarem e intervir em problemas antes que eles levem à evasão (Knight, 2002).

A evasão universitária pode ter consequências graves para os estudantes, incluindo a perda de oportunidades educacionais e profissionais. Abandonar o curso pode resultar em frustração, baixa autoestima e dificuldades em retornar aos estudos no futuro. A evasão também limita as oportunidades de emprego e a progressão na carreira, perpetuando ciclos de desigualdade social e econômica (Tinto, 1993).

Para as instituições de Ensino Superior, a evasão representa uma perda de receita e pode afetar negativamente a reputação da instituição. A alta taxa de evasão compromete a sustentabilidade a longo prazo, especialmente nas instituições privadas que dependem de mensalidades. De modo geral, a evasão implica no desperdício de recursos investidos em recrutamento, no desenvolvimento de cursos e no suporte aos estudantes (Kember; Gow, 1989).

A evasão universitária também tem implicações para a sociedade como um todo. A diminuição do número de graduados no mercado de trabalho resulta em uma força de trabalho menos qualificada, o que pode afetar a competitividade econômica do país. Ademais, a evasão perpetua desigualdades sociais, especialmente quando afeta desproporcionalmente os estudantes de baixa renda. A falta de educação superior limita o potencial de crescimento econômico e desenvolvimento social (Colin; Schwartzman, 2005).

Oferecer suporte psicológico adequado e serviços de aconselhamento é essencial para ajudar os estudantes a superarem dificuldades emocionais e acadêmicas. Programas de bem-estar estudantil, que incluem sessões de terapia, grupos de apoio e atividades de promoção da saúde mental podem reduzir significativamente a evasão (Kitzrow, 2003).

Investir no desenvolvimento de competências socioemocionais dos estudantes pode aumentar a resiliência e a capacidade de lidar com desafios acadêmicos. Programas que promovem habilidades como gestão do tempo, resolução de problemas e autoeficácia podem ajudar os alunos a se manterem motivados e engajados (Durlak *et. al.*, 2011). Capacitar os docentes para lidar com questões de saúde mental e bem-estar dos estudantes é crucial.

Treinamentos em habilidades de aconselhamento, identificação de sinais de sofrimento psicológico e intervenções apropriadas podem equipar os professores para fornecer o suporte necessário, ademais, criar um ambiente de aprendizado mais acolhedor (Knight, 2002). Promover o engajamento e a integração social dos estudantes pode ajudar a reduzir o isolamento e aumentar a motivação. Atividades extracurriculares, grupos de estudo e eventos sociais podem criar um senso de comunidade e pertencimento, crucial para a evasão dos alunos (Tinto, 1993).

A teoria da qualidade do ensino sugere que a percepção dos estudantes sobre a qualidade do ensino oferecido influencia diretamente sua decisão de continuar ou abandonar seus cursos. Instituições que conseguem oferecer um ensino de alta qualidade, com métodos de ensino eficazes, feedback adequado e oportunidades de aprendizagem práticas, tendem a ter menores taxas de evasão (Lima *et. al.*, 2020).

As teorias pedagógicas analisam o impacto das práticas de ensino e aprendizagem na evasão universitária. Estas teorias consideram fatores como a metodologia de ensino, o currículo, a avaliação e a relação professor-aluno. Práticas pedagógicas que não engajam os alunos ou que não são adaptadas às suas necessidades podem levar ao desinteresse e, eventualmente, ao abandono.

Freire (1987) postula que a educação deve ser um processo dialógico e emancipador, onde os alunos são participantes ativos de seu próprio aprendizado. Estudos baseados nas teorias de Freire sugerem que metodologias de ensino participativas e centradas no aluno podem aumentar o engajamento e a motivação dos estudantes, reduzindo assim as taxas de evasão.

As teorias brasileiras sobre a evasão na educação superior são fundamentais para orientar políticas públicas e práticas institucionais voltadas para a melhoria da evasão estudantil. Compreender as complexidades envolvidas na decisão dos estudantes de permanecerem ou deixarem seus cursos é essencial para desenvolver estratégias eficazes de

intervenção e suporte. Integrar evidências de pesquisas nacionais sobre evasão na formulação de políticas educacionais pode contribuir significativamente para a promoção de uma educação superior mais inclusiva e equitativa no Brasil (Lima; Zago, 2018).

2.2 Evasão universitária na Educação Superior Brasileira

A evasão universitária é um problema complexo e persistente que afeta significativamente o sistema educacional brasileiro. O fenômeno se caracteriza pela saída prematura de estudantes das instituições de ensino antes da conclusão de seus estudos, seja no Ensino Fundamental, Ensino Médio ou Ensino Superior. Suas causas são multifacetadas e envolvem uma interação de fatores sociais, econômicos, culturais e individuais que contribuem para a descontinuidade da trajetória educacional dos alunos (Castelar, *et. al*, 2012).

No contexto brasileiro, a evasão universitária representa não apenas uma perda pessoal para os estudantes, privando-os de uma formação acadêmica essencial para o desenvolvimento pessoal e profissional, todavia acarreta sérias consequências para a sociedade como um todo. Instituições de ensino enfrentam desperdício de recursos financeiros e humanos investidos na formação dos alunos que abandonam os estudos precocemente.

Além disso, a evasão compromete o desenvolvimento econômico do país, uma vez que a educação é fundamental para a formação de uma mão de obra qualificada e competitiva no mercado global (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2014). Segundo Fritsch *et al.* (2015), a evasão universitária reflete múltiplas perdas para as instituições educacionais, impactando não apenas os investimentos realizados, como também o progresso social e cultural da nação. O direito à educação, assegurado constitucionalmente no Brasil, é comprometido quando os estudantes são impedidos de concluir seus estudos devido a condições adversas que os levam a abandonar as salas de aula (Brasil, 2015).

Baggi e Lopes (2011) destacam que os fatores que contribuem para a evasão universitária são diversos e interrelacionados. Questões socioeconômicas, como pobreza e desigualdade de oportunidades, influenciam significativamente na decisão dos alunos de deixarem a escola. Igualmente, problemas familiares, falta de suporte pedagógico adequado, violência nas comunidades e desmotivação são fatores que exacerbam esse fenômeno.

Para enfrentar esse desafio, são necessárias políticas públicas eficazes que visem não apenas à prevenção, mas também à reintegração dos estudantes que abandonaram os estudos. Investimentos em programas de combate à evasão, como melhoria na qualidade do

ensino, ampliação do acesso à educação de qualidade e apoio psicossocial aos alunos e suas famílias, são medidas fundamentais para reduzir essa problemática (Baggi; Lopes 2011).

A evasão universitária no Brasil é um problema que demanda atenção urgente e ação coordenada de diversos setores da sociedade. A promoção da equidade educacional e o fortalecimento do sistema educacional são passos essenciais para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e possam concluir seus estudos, contribuindo assim para o desenvolvimento social, cultural e econômico do país (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2014). É um desafio persistente que compromete não apenas o desenvolvimento educacional dos estudantes, outrossim, o progresso social e econômico do país. Diversos estudos apontam para a complexidade desse fenômeno, cujas causas estão intimamente ligadas a questões estruturais, culturais e econômicas (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2014).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de abandono escolar no Ensino Médio no Brasil ainda é elevada, refletindo problemas crônicos como a qualidade do ensino, a falta de infraestrutura adequada nas escolas e a desigualdade regional. Esses fatores contribuem para a perpetuação do ciclo de pobreza e exclusão social, uma vez que a educação é um dos principais meios de ascensão social e redução das desigualdades (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019)

Além disso, estudos como o de Soares e Alves (2020) destacam que a evasão universitária está frequentemente associada a questões de saúde mental dos estudantes, como ansiedade, depressão e problemas familiares. A falta de suporte psicológico e emocional dentro das escolas pode desencadear o abandono dos estudos por parte dos alunos, que enfrentam dificuldades em lidar com os desafios acadêmicos e pessoais.

Outro aspecto importante é a relação entre evasão universitária e mercado de trabalho. Pesquisas mostram que jovens que abandonam os estudos têm menores chances de inserção no mercado de trabalho formal e, quando conseguem emprego, frequentemente ocupam posições de baixa remuneração e sem perspectiva de crescimento profissional (SANTOS, 2018).

Para enfrentar essa realidade, políticas públicas eficazes são essenciais. Investimentos na formação continuada de professores, na melhoria da infraestrutura escolar e na implementação de programas de apoio psicossocial aos alunos são medidas que podem contribuir significativamente para a redução da evasão universitária. Além do mais, é fundamental promover uma educação inclusiva e equitativa, que respeite as diversidades regionais e sociais do Brasil (Santos, 2018). Dessa forma, a evasão universitária não é apenas um problema educacional, mas uma questão social e econômica que requer ações coordenadas

e comprometimento por parte de todos os agentes envolvidos no processo educacional, desde o governo até a comunidade escolar e a sociedade civil organizada (Santos, 2018).

A evasão estudantil é um fenômeno educacional complexo que afeta todas as instituições de ensino e tem repercussões significativas no sistema educacional global. Esse termo refere-se à saída de alunos antes da conclusão de seus estudos, seja em níveis básicos ou superiores, gerando consequências sociais, acadêmicas e econômicas substanciais para o desenvolvimento humano em todas as sociedades (Gaioso, 2005; Kira, 1998; Baggi, Lopes, 2011; Polydoro, 2000; Cardoso, 2008).

No contexto brasileiro, a pesquisa sobre evasão tem se concentrado principalmente na Educação Básica, com estudos na Educação Superior ainda em desenvolvimento. No entanto, há um crescimento significativo na produção acadêmica voltada para investigar os motivos e impactos da evasão no ensino superior nas últimas décadas (Silva Filho *et al.*, 2007).

Diversos conceitos de evasão foram identificados na literatura acadêmica. Gaioso (2005) define evasão como a interrupção dos estudos em qualquer nível educacional, enquanto Kira (1998) destaca a evasão na Educação Superior como a "perda" ou "fuga" de alunos da Universidade. Baggi e Lopes (2011) corroboram essa definição ao descrever a evasão como a saída do aluno antes da conclusão do curso, conceito que Polydoro (2000) diferencia entre evasão do curso e evasão do sistema universitário.

Cardoso (2008) complementa essas perspectivas ao categorizar evasão aparente como a mobilidade entre cursos e evasão real como a desistência do aluno de prosseguir no Ensino Superior. Silva Filho *et al.* (2007) contribuem para o entendimento da evasão ao destacar diferentes abordagens de análise, incluindo a avaliação por instituição, por curso, por região geográfica, por tipo administrativo (público/privado), por estrutura acadêmica (universidades, centros universitários, faculdades, institutos superiores) e por áreas de conhecimento.

Assim, a evasão universitária representa um desafio complexo que exige uma compreensão aprofundada de seus múltiplos aspectos para o desenvolvimento de estratégias eficazes de mitigação e prevenção (Silva Filho *et al.* 2007). Um dos principais fatores que contribuem para a evasão universitária no Brasil é a condição socioeconômica das famílias. A pobreza e a desigualdade social são determinantes significativos na permanência dos estudantes na escola.

Famílias de baixa renda frequentemente enfrentam dificuldades para cobrir os custos associados à educação, como transporte, materiais escolares e uniformes. De modo geral, muitas vezes, as crianças e adolescentes dessas famílias precisam trabalhar para

complementar a renda familiar, o que compromete sua frequência e desempenho escolar (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2014).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 4,8% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam fora da escola em 2020. Este número é ainda mais alarmante entre os jovens de famílias com menor renda, demonstrando a correlação entre pobreza e evasão universitária (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021).

A falta de valorização da educação no ambiente familiar também contribui para a evasão universitária. Em muitas comunidades, especialmente nas áreas rurais e periferias urbanas, a educação não é vista como uma prioridade. A ausência de uma cultura educacional pode levar à desmotivação dos alunos, que não encontram apoio ou incentivo para continuar seus estudos (Torres, 2013).

Além disso, a violência doméstica e a desestruturação familiar são fatores que podem influenciar negativamente a trajetória escolar dos estudantes. Crianças e adolescentes que vivem em ambientes familiares violentos ou instáveis tendem a apresentar dificuldades emocionais e comportamentais que afetam seu desempenho acadêmico e aumentam o risco de abandono escolar (Pereira; Williams, 2008).

As condições das escolas públicas no Brasil também desempenham um papel crucial na evasão universitária. A falta de infraestrutura adequada, a ausência de recursos didáticos, a superlotação das salas de aula e a baixa qualificação dos professores são alguns dos problemas enfrentados pelas instituições de ensino que podem desestimular os alunos e contribuir para a evasão (Pereira, 2003).

Um estudo realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) aponta que a qualidade do ensino é um dos fatores determinantes para a permanência dos alunos na escola. Escolas que oferecem um ambiente acolhedor e de qualidade tendem a ter menores taxas de evasão (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2019). A evasão universitária traz uma série de consequências negativas tanto para os indivíduos quanto para a sociedade.

Para os estudantes que abandonam a escola, as consequências incluem menores oportunidades de emprego, menores salários e maior vulnerabilidade à pobreza e à marginalização social. A evasão universitária perpetua o ciclo de pobreza e desigualdade, dificultando o desenvolvimento econômico e social do país (Pereira, 2003).

Para a sociedade, a evasão universitária representa um desperdício de recursos públicos investidos na educação. Além disso, a falta de educação adequada está diretamente relacionada ao aumento da criminalidade e da violência, uma vez que jovens sem perspectivas acabam recorrendo a atividades ilícitas como meio de subsistência (Pereira, 2003). O governo

brasileiro tem implementado diversas políticas públicas para combater a evasão universitária, sendo uma das mais conhecidas o Programa Bolsa Família.

Este programa de transferência de renda condicionada visa apoiar as famílias de baixa renda, incentivando a permanência das crianças e adolescentes na escola. Estudos mostram que programas como o Bolsa Família têm contribuído para a redução da evasão universitária ao proporcionar um suporte financeiro que ajuda a cobrir os custos associados à educação (Soares; Ribas; Osório, 2010).

Investir na melhoria da infraestrutura das escolas públicas é essencial para proporcionar um ambiente de aprendizagem adequado e atrativo. A construção de novas escolas, a reforma das existentes, a oferta de materiais didáticos de qualidade e a capacitação dos professores são medidas que podem contribuir para a redução da evasão universitária (Alonso, 2009).

A implementação de programas de apoio psicossocial nas escolas é fundamental para atender às necessidades emocionais e comportamentais dos estudantes. Psicólogos e assistentes sociais podem atuar junto aos alunos e suas famílias, oferecendo suporte e orientação para enfrentar os desafios que levam ao abandono escolar (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2014).

Por ser um problema complexo, a evasão universitária exige uma abordagem multifacetada para ser resolvida. Fatores socioeconômicos, culturais, familiares e institucionais contribuem para este fenômeno, que tem graves consequências para os indivíduos e para a sociedade (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2014). A implementação de políticas públicas eficazes, como programas de transferência de renda, melhorias na infraestrutura escolar e apoio psicossocial, é essencial para garantir que todos os estudantes brasileiros tenham acesso a uma educação de qualidade e possam completar seus estudos (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2014).

A promoção da inclusão e da diversidade nas escolas é crucial para combater a evasão universitária. A criação de um ambiente escolar que respeite e valorize as diferenças culturais, étnicas e de gênero pode aumentar o engajamento dos alunos e reduzir as taxas de abandono. O envolvimento da comunidade na vida escolar é um fator significativo na evasão dos estudantes. A escola deve ser vista como um espaço comunitário, onde pais, familiares e outros membros da comunidade participem ativamente das atividades escolares. Parcerias com Organizações não Governamentais (ONGs), empresas locais e outras instituições podem proporcionar recursos adicionais e apoio para a escola, além de reforçar a importância da educação para toda a comunidade (Carvalho, 2011)

A integração de tecnologias educacionais no ambiente escolar pode contribuir para a redução da evasão, tornando o aprendizado mais atrativo e acessível. Plataformas de ensino à distância, aplicativos educacionais e outras ferramentas tecnológicas podem oferecer suporte adicional aos alunos, especialmente aqueles que enfrentam dificuldades de aprendizagem ou têm restrições de acesso à educação presencial.

Programas de formação em tecnologias para professores também são essenciais para garantir a utilização eficaz desses recursos. A utilização de dados precisos e atualizados é essencial para a compreensão e o enfrentamento do problema da evasão universitária. Ferramentas de análise de dados podem ajudar na identificação de padrões e tendências, permitindo a formulação de intervenções mais eficazes.

A implementação de sistemas de monitoramento escolar que rastreiam a frequência e o desempenho dos alunos pode fornecer informações valiosas para as escolas e as autoridades educacionais. Tais sistemas permitem a identificação precoce dos alunos em risco de evasão, possibilitando intervenções preventivas (Ferreira, 2000).

Vários estados e municípios brasileiros têm implementado iniciativas bem-sucedidas para reduzir a evasão universitária, que podem servir como exemplos para outras regiões. A seguir, são apresentados alguns casos notáveis: O estado do Ceará tem se destacado pela implementação de políticas educacionais inovadoras que resultaram na redução significativa da evasão universitária.

Por meio do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) e de investimentos na formação de professores, o estado conseguiu melhorar os índices de alfabetização e reduzir o abandono escolar (Governo do Estado do Ceará, 2007). Em Pernambuco, o Programa Ganhe o Mundo tem incentivado a permanência dos alunos no Ensino Médio ao oferecer intercâmbios internacionais para os estudantes. Esse programa além de motivar os alunos a continuarem seus estudos, amplia suas perspectivas culturais e acadêmicas (Governo do Estado de Pernambuco, 2022).

O estado do Paraná implementou o Programa Presente na Escola, que visa monitorar a frequência escolar e intervir precocemente em casos de risco de evasão. Intermediado por um sistema de alerta e de visitas domiciliares, o programa tem conseguido reduzir as taxas de abandono escolar em várias regiões do estado. Dessa maneira, tem-se uma abordagem integrada e multidisciplinar para ser efetivamente combatida a evasão escolar (Governo do Estado do Paraná, 2019).

A combinação de políticas públicas eficazes, monitoramento constante, promoção da inclusão e uso de tecnologias educacionais pode contribuir para a criação de um ambiente escolar mais acolhedor e incentivador, reduzindo as taxas de abandono escolar. O sucesso de

iniciativas em estados como Ceará, Pernambuco e Paraná mostra que, com a abordagem correta, é possível enfrentar esse desafio e garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes brasileiros.

O Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS) lançou um relatório chamado “Diagnóstico do Abandono e da Evasão universitária no Brasil” no ano de 2022. Um estudo detalhado que visa compreender as causas, consequências e possíveis soluções para o problema da evasão e do abandono escolar no país. Esse diagnóstico é essencial para identificar os fatores que levam os estudantes a deixarem a escola antes de completarem seus ciclos de ensino e para desenvolver políticas públicas eficazes que possam combater esse fenômeno. Pode-se citar um trecho importante do relatório:

Durante muito tempo, a percepção geral no Brasil era de que a evasão universitária ocorria já nas primeiras séries do ensino fundamental, causada por fatores desconectados da atuação da escola. A evasão seria uma consequência natural da pobreza e da falta de interesse dos pais, e não um problema que envolvesse também a organização dos sistemas de ensino, a formação dos professores ou a qualidade do ensino ofertado. Diagnósticos posteriores mais precisos mostraram que na verdade os pais persistem em matricular os filhos por vários anos seguidos no ensino fundamental. Utilizando dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios, PNAD, e Censos Demográficos, pesquisadores como Sérgio Costa Ribeiro, Phillip Fletcher e Ruben Klein mostraram no final da década de 1980 e início da década de 1990 que o grande problema dos anos iniciais era não a evasão ou o abandono escolar, mas a repetência e a reprovação (Fletcher e Ribeiro 1988; Klein e Ribeiro 1991; Ribeiro 1991; Fletcher 1997; Fletcher e Ribeiro 1996). O problema da evasão não estava na falta de interesse dos pais nos anos iniciais, mas sim no acúmulo de repetências e reprovações sucessivas, levando a um aumento da distorção idade-série e à evasão nas séries mais elevadas (PEREIRA, 2022, p. 9).

O estudo se baseia em dados estatísticos coletados de diversas fontes, incluindo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Censo Escolar e pesquisas realizadas por organizações não governamentais e acadêmicas. Além de dados quantitativos, o diagnóstico também utiliza informações qualitativas obtidas por meio de entrevistas, grupos focais e estudos de caso (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019).

As principais causas identificadas no diagnóstico incluem fatores socioeconômicos, como a pobreza e a necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar; fatores culturais e familiares, como a falta de valorização da educação; e fatores institucionais, como a precariedade das infraestruturas escolares e a qualidade do ensino. O estudo também aborda as consequências do abandono e da evasão universitária, que incluem a perpetuação do ciclo de pobreza, menores oportunidades de emprego e aumento da criminalidade (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019). Com base nas conclusões do diagnóstico, são propostas diversas recomendações para políticas públicas, como a melhoria da infraestrutura escolar, a implementação de programas de transferência de renda

condicionada, o fortalecimento do apoio psicossocial nas escolas e o uso de tecnologias educacionais para tornar o aprendizado mais atrativo e acessível (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019).

No contexto educacional brasileiro, os termos “abandono escolar” e “evasão universitária” são frequentemente utilizados, mas possuem significados distintos. Compreender a diferença entre esses dois fenômenos é fundamental para a formulação de políticas públicas e intervenções específicas (Instituto Unibanco, 2010).

O abandono escolar refere-se ao ato de um estudante deixar de frequentar a escola durante o ano letivo, sem concluir o ciclo educacional em que está matriculado. Este fenômeno pode ocorrer por diversos motivos, como dificuldades financeiras, problemas familiares, necessidade de trabalhar, entre outros. O abandono é um evento que ocorre no meio do ano letivo e pode ser identificado por meio do registro de faltas prolongadas e não justificadas (Instituto Unibanco, 2010).

A evasão universitária, por outro lado, refere-se à não matrícula do estudante no ano letivo seguinte, após ter abandonado ou completado o ciclo anterior. É um fenômeno que abrange a ausência de continuidade nos estudos, seja no Ensino Fundamental, no Ensino Médio ou no Ensino Superior. A evasão é frequentemente resultado de uma série de fatores acumulativos que levam o aluno a não retornar à escola, incluindo desmotivação, dificuldades de aprendizagem, falta de apoio familiar e problemas financeiros (Instituto Unibanco, 2010).

A diferenciação entre abandono e evasão universitária é crucial para a elaboração de estratégias de intervenção adequadas. Enquanto o abandono pode ser abordado com intervenções de curto prazo, como programas de recuperação e apoio psicossocial, a evasão requer uma abordagem mais abrangente e de longo prazo, que envolva políticas de inclusão, melhoria da qualidade do ensino e programas de incentivo à continuidade dos estudos (Instituto Unibanco, 2010).

Por exemplo, políticas de transferência de renda condicionada, como o Bolsa Família, têm se mostrado eficazes na redução tanto do abandono, quanto da evasão universitária, ao fornecer suporte financeiro às famílias e condicionar a permanência dos filhos na escola. Já programas de melhoria da infraestrutura escolar e capacitação de professores são essenciais para criar um ambiente de ensino acolhedor e de qualidade, reduzindo a desmotivação e os problemas de aprendizagem que levam à evasão (Corrêa, 2012).

A evasão na educação superior no Brasil constitui um desafio multifacetado que compromete a integridade do sistema educacional, como também tem repercussões substanciais sobre o desenvolvimento socioeconômico do país. A análise desse fenômeno

demanda uma abordagem abrangente que considere tanto os fatores determinantes, quanto as implicações de longo prazo para os indivíduos e a sociedade (Tinto, 1975).

Diversos estudos, tanto nacionais, quanto internacionais, têm elucidado as causas e consequências da evasão no Ensino Superior, oferecendo perspectivas valiosas para a formulação de políticas públicas e estratégias de intervenção. Internacionalmente, a pesquisa seminal de Tinto (1975) sobre o modelo de integração acadêmica e social estabeleceu um arcabouço teórico robusto para entender a evasão de estudantes.

Tinto argumenta que a integração acadêmica, social e institucional é essencial para a evasão dos alunos, sugerindo que a ausência dessas dimensões pode propiciar o abandono dos estudos. Complementarmente, Astin (1993) reforça a importância dos fatores institucionais e pessoais na determinação da permanência dos estudantes, destacando a necessidade de um suporte institucional eficaz para mitigar a evasão.

No cenário brasileiro, a investigação de Soares e Almeida (2018) revela a influência significativa dos fatores socioeconômicos, tais como a renda familiar e as condições de vida dos estudantes, como determinantes cruciais da evasão. Estudos realizados por Santos e Silva (2017) e Lima *et al.* (2020) enfatizam a relevância das questões estruturais nas instituições de Ensino Superior, como a qualidade do ensino, a infraestrutura inadequada e a insuficiência de suporte acadêmico, como contribuintes para as elevadas taxas de abandono.

A condição socioeconômica dos estudantes emerge como um fator preponderante na decisão de abandonar o Ensino Superior. Muitas vezes, os alunos enfrentam dificuldades financeiras que dificultam a continuidade dos estudos. Os custos associados à educação superior, tais como mensalidades, material didático, transporte e alimentação, podem ser proibitivos, particularmente para aqueles oriundos de famílias de baixa renda. Além disso, a necessidade de trabalhar para sustentar a si mesmos ou suas famílias, frequentemente compromete o desempenho acadêmico, exacerbando o risco de abandono dos estudos (Corrêa, 2012).

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a taxa de evasão nas instituições privadas supera a das instituições públicas, refletindo a maior pressão financeira sobre os estudantes do setor privado (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020). O desempenho acadêmico, por sua vez, constitui outro fator crítico na evasão universitária. Estudantes que enfrentam dificuldades acadêmicas, seja por falta de preparação adequada no ensino médio ou por desafios específicos em certas disciplinas, apresentam uma probabilidade aumentada de abandono dos cursos.

A ausência de apoio acadêmico, como tutoria, orientação pedagógica e programas de reforço, pode exacerbar esses problemas (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020). Ademais, a escolha inadequada do curso, frequentemente influenciada por pressões familiares ou pela falta de orientação vocacional, também contribui para a evasão. Estudantes que não se identificam com o curso escolhido tendem a experimentar uma perda de interesse e motivação, aumentando a probabilidade de abandono (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020).

As condições institucionais das Instituições de Ensino Superior (IES) desempenham igualmente um papel significativo na evasão. A qualidade do ensino, a infraestrutura disponível, a relação professor-aluno e os serviços de apoio ao estudante são elementos fundamentais que influenciam a permanência dos alunos. Instituições que não oferecem um ambiente acolhedor e de qualidade tendem a registrar maiores taxas de evasão. A burocracia e a falta de flexibilidade curricular são outros aspectos institucionais que podem desmotivar os estudantes. Currículos rígidos e com pouca adaptabilidade às necessidades individuais dos alunos podem levar ao desinteresse e ao abandono (Pereira, 2003).

A evasão no Ensino Superior tem consequências graves tanto para os indivíduos quanto para a sociedade. Para os estudantes, a evasão representa a interrupção do sonho de obter um diploma de ensino superior, o que limita suas oportunidades de emprego e crescimento profissional. Adicionalmente, o abandono do curso muitas vezes resulta em dívidas acumuladas, especialmente para aqueles que frequentam instituições privadas (Pereira, 2003).

Para a sociedade, a evasão configura um desperdício de recursos públicos e privados investidos na educação. A evasão também reduz o número de profissionais qualificados disponíveis no mercado de trabalho, impactando negativamente o desenvolvimento econômico e social do país. Em vista dessas implicações, a implementação de programas de assistência estudantil é crucial para apoiar os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Bolsas de estudo, auxílios financeiros, programas de alimentação e moradia podem reduzir significativamente as barreiras econômicas à permanência no ensino superior (Oliveira; Nóbrega, 2021).

A oferta de suporte acadêmico adequado é igualmente essencial para a evasão dos estudantes. Programas de tutoria, orientação pedagógica e reforço em disciplinas específicas podem auxiliar os alunos a superarem dificuldades acadêmicas e a melhorar seu desempenho. Além disso, a orientação vocacional é fundamental para auxiliar os estudantes na escolha de cursos mais alinhados com seus interesses e aptidões (Oliveira; Nóbrega, 2021).

Investir na melhoria da qualidade do ensino e na infraestrutura das IES é imperativo para criar um ambiente de aprendizagem acolhedor e eficaz. A formação continuada dos professores, a modernização das instalações e a oferta de serviços de apoio ao estudante, como assistência psicológica e aconselhamento, são medidas indispensáveis para reduzir a evasão (Gusmão, 2013).

A flexibilização dos currículos e a oferta de modalidades de ensino mais adaptáveis às necessidades dos estudantes, como o ensino à distância e os cursos modulares, podem contribuir para a diminuição da evasão. Permitir que os alunos personalizem seus percursos acadêmicos conforme suas necessidades e interesses pode incrementar o engajamento e a motivação para continuar os estudos (Gusmão, 2013).

Dados do IBGE indicam que cursos nas áreas de ciências sociais, humanas e exatas são frequentemente mais afetados pela evasão, refletindo desafios específicos em diferentes disciplinas. A falta de preparo dos estudantes do Ensino Médio para as exigências do Ensino Superior também é uma preocupação central, evidenciando a necessidade de aprimorar a transição entre esses níveis educacionais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019).

Para enfrentar o problema da evasão na educação superior, políticas públicas têm sido desenvolvidas com base em evidências, buscando promover a integração dos estudantes, oferecer suporte financeiro e acadêmico adequado, e melhorar a infraestrutura e a qualidade do ensino nas instituições de ensino superior (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014).

Em suma, a evasão na educação superior no Brasil requer uma abordagem abrangente e colaborativa, que integre experiências e práticas bem-sucedidas de outros países com as realidades locais. A implementação de políticas eficazes, fundamentadas em evidências, é essencial para criar um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo, capaz de reter e formar uma geração de profissionais qualificados e engajados no desenvolvimento do país.

2.3 A evasão em Instituições de Ensino Superior públicas brasileiras

Embora as instituições de ensino superior (IES) públicas ofereçam ensino gratuito, os estudantes ainda enfrentam desafios econômicos significativos. Apesar da gratuidade das mensalidades, os custos indiretos, como transporte, alimentação e material didático, podem ser proibitivos para alunos de baixa renda. Os custos, muitas vezes elevados,

acabam por constituir um obstáculo considerável para a permanência dos alunos no ambiente acadêmico.

A aquisição de livros, a utilização de tecnologias e o deslocamento para a instituição podem sobrecarregar o orçamento dos estudantes e suas famílias. Além disso, muitos alunos das IES públicas provêm de famílias que necessitam de sua contribuição financeira, o que pode obrigá-los a buscar trabalho e, eventualmente, abandonar os estudos para atender às demandas econômicas imediatas (Baggi, 2011).

O desempenho acadêmico é um fator crítico na evasão em IES públicas. Muitos estudantes ingressam no Ensino Superior com deficiências educacionais provenientes do Ensino Básico, o que dificulta a adaptação ao nível acadêmico exigido nas universidades. A defasagem em áreas fundamentais, como matemática e leitura, pode comprometer o desempenho acadêmico dos alunos e criar uma sensação de frustração. A falta de programas de apoio acadêmico eficazes, como tutoria, reforço escolar e acompanhamento personalizado, pode agravar essa situação. Esses programas são essenciais para a adaptação dos alunos às exigências acadêmicas e para a superação de deficiências anteriores (Bardagi; Hutz, 2009).

A qualidade da infraestrutura e dos serviços oferecidos pelas IES públicas também desempenha um papel crucial na evasão. A superlotação das salas de aula, a escassez de recursos didáticos e a burocracia excessiva são fatores que podem desmotivar os alunos. A infraestrutura inadequada pode impactar negativamente a experiência educacional, limitando o acesso a materiais e recursos essenciais para o aprendizado.

Além do mais, a relação entre professores e alunos e o apoio psicológico e pedagógico oferecido são aspectos essenciais para a evasão dos estudantes. A ausência de um ambiente acadêmico acolhedor e de suporte pode contribuir para a sensação de desamparo e, conseqüentemente, para o abandono dos estudos (Bardagi; Hutz, 2009)

A evasão nas IES públicas representa um desperdício significativo de recursos públicos. Além de comprometer o investimento feito na educação desses alunos, a evasão impede que eles obtenham um diploma que poderia melhorar suas perspectivas de emprego e de vida. Este cenário perpetua o ciclo de pobreza e desigualdade social, uma vez que a ausência de um diploma limita o acesso a melhores oportunidades de trabalho e a uma maior qualidade de vida (Baggi, 2011).

Nas IES privadas, o custo das mensalidades é o principal fator que contribui para a evasão. Muitos estudantes dependem de financiamento estudantil ou de bolsas de estudo para arcar com as despesas. Qualquer instabilidade financeira pode resultar na incapacidade de continuar pagando pelo curso, levando ao abandono. Além disso, os custos adicionais,

como transporte, alimentação e material didático, também pesam no orçamento dos estudantes e suas famílias, criando uma carga financeira significativa (Coimbra; Silva; Costa, 2021)

Embora algumas IES privadas ofereçam suporte acadêmico robusto, muitas enfrentam desafios semelhantes aos das IES públicas, como a falta de preparação adequada dos alunos para o Ensino Superior. A escolha inadequada do curso, muitas vezes influenciada por expectativas de mercado ou pressões familiares, também pode levar à desmotivação e ao abandono. A falta de clareza sobre as próprias aptidões e interesses pode resultar em uma escolha de curso que não se alinha com as expectativas e capacidades dos alunos, contribuindo para a sua desmotivação e eventual evasão (Castro, 2012).

A qualidade do ensino e a infraestrutura variam amplamente entre as IES privadas. Instituições com melhores recursos e serviços de apoio tendem a ter taxas de evasão mais baixas. No entanto, muitas IES privadas de menor porte enfrentam dificuldades financeiras que podem afetar a qualidade do ensino e dos serviços oferecidos, contribuindo para a evasão. A falta de recursos pode limitar a capacidade das instituições de oferecer uma experiência educacional de alta qualidade e suporte adequado aos alunos (Gilioli, 2016).

A evasão nas IES privadas não só afeta os estudantes, como as próprias instituições, que perdem receita com a saída dos alunos. Para os estudantes, abandonar um curso em uma IES privada geralmente resulta em dívidas acumuladas e na falta de um diploma, dificultando ainda mais suas perspectivas de emprego e desenvolvimento profissional. A falta de um diploma pode impactar negativamente a trajetória profissional dos alunos e suas oportunidades futuras (Gilioli, 2016).

Para mitigar a evasão nas IES públicas, é fundamental implementar programas de assistência estudantil que cubram não apenas a mensalidade, mas também os custos indiretos da educação. Programas de apoio acadêmico, como tutoria e reforço, são essenciais para ajudar os alunos a superarem dificuldades acadêmicas e a alcançar o sucesso.

Além disso, a melhoria da infraestrutura e dos serviços de apoio, como assistência psicológica e orientação vocacional, pode criar um ambiente mais acolhedor e propício à permanência dos estudantes. A criação de centros de apoio ao estudante e a implementação de políticas que visem reduzir a burocracia e melhorar a acessibilidade também são passos importantes para a evasão (Fior, 2021).

Nas IES privadas, a oferta de bolsas de estudo e financiamento estudantil acessível é crucial para reduzir a evasão. Instituições que investem em Ademais, a flexibilização dos currículos e a oferta de modalidades de ensino mais adaptáveis, como o ensino à distância, podem ajudar os alunos a conciliar estudos e trabalho, reduzindo as taxas

de evasão. A adaptação dos currículos para permitir uma maior flexibilidade pode ser um fator decisivo para a evasão dos alunos (Costa; Gouveia, 2018).

A evasão universitária no Ensino Superior brasileiro afeta tanto as IES públicas quanto as privadas, embora por razões diferentes. A compreensão das causas específicas da evasão em cada tipo de instituição é fundamental para a formulação de políticas públicas e estratégias institucionais eficazes. Investir em apoio socioeconômico, acadêmico e institucional é essencial para garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de concluir seus estudos e alcançar seu pleno potencial. A colaboração entre instituições de ensino, órgãos governamentais e a sociedade civil é fundamental para criar soluções eficazes e sustentáveis para o problema da evasão universitária (Costa; Gouveia, 2018).

O Ensino Superior na Educação à distância (EaD) oferece flexibilidade e acessibilidade, permitindo que um número maior de pessoas tenha acesso à educação. No entanto, essa modalidade de ensino também enfrenta desafios únicos que contribuem para altas taxas de evasão. O trabalho objetiva analisar as causas da evasão no ensino superior à distância, suas consequências e as possíveis estratégias para mitigá-la, com uma abordagem detalhada e fundamentada por referências bibliográficas (Hack, 2011).

A EaD caracteriza-se pela utilização de tecnologias de informação e comunicação para mediar o processo educativo. Essa modalidade permite que os estudantes estudem de qualquer lugar, em horários flexíveis, o que é especialmente benéfico para aqueles que trabalham ou têm outras responsabilidades. No entanto, a flexibilidade da EaD pode ser uma faca de dois gumes, contribuindo tanto para a inclusão quanto para a evasão. A falta de estrutura e suporte pode fazer com que a flexibilidade se torne um desafio em vez de uma vantagem (Hack, 2011).

Uma das principais causas de evasão na EaD é a falta de preparação dos estudantes para o aprendizado autônomo. A EaD exige que os alunos tenham autodisciplina, habilidades de gerenciamento do tempo e motivação para estudar independentemente. Muitos estudantes não estão preparados para essa responsabilidade, o que leva à procrastinação, atrasos e, eventualmente, à evasão (Simões *et. al.*, 2017). A falta de habilidades para o aprendizado autônomo pode ser um obstáculo significativo para o sucesso dos alunos na EaD. O isolamento social é outro fator significativo que contribui para a evasão na EaD.

A falta de interação face a face com colegas e professores pode levar ao sentimento de desconexão e solidão. Estudos indicam que a interação social e o senso de comunidade são cruciais para a motivação e a persistência dos estudantes (Moore; Kearsley, 2013). Na EaD, a ausência dessas interações pode resultar em desmotivação e desistência. A criação de oportunidades para interação e colaboração pode ajudar a mitigar esse problema.

As dificuldades tecnológicas também desempenham um papel importante na evasão. Problemas de acesso à internet, falta de familiaridade com as plataformas de aprendizado e dificuldades técnicas podem criar barreiras significativas para os estudantes. Além disso, a falta de suporte técnico adequado pode agravar essas dificuldades, levando os alunos a desistirem de seus cursos (Alves, 2019).

A disponibilidade de suporte técnico eficiente e recursos acessíveis é fundamental para a evasão dos alunos na EaD. A qualidade do material didático e a eficácia das metodologias de ensino empregadas na EaD são cruciais para o sucesso dos estudantes. Materiais pouco atrativos, mal estruturados ou que não promovem o engajamento dos alunos podem resultar em desinteresse e evasão. A falta de feedback adequado e tempestivo por parte dos professores também pode contribuir para a desistência (Silva; Fernandes, 2020). O desenvolvimento de materiais didáticos de alta qualidade e a implementação de estratégias de ensino eficazes são essenciais para a evasão dos alunos.

A situação socioeconômica dos estudantes é um fator determinante na evasão universitária na EaD. Estudantes de baixa renda frequentemente enfrentam dificuldades financeiras que podem afetar sua capacidade de adquirir equipamentos adequados, pagar pela conexão à internet e dedicar tempo suficiente aos estudos. Além disso, a necessidade de conciliar trabalho e estudo pode levar ao abandono dos cursos (RIBEIRO *et. al.*, 2018). A implementação de políticas de apoio financeiro e recursos acessíveis pode ajudar a mitigar essas dificuldades.

A evasão universitária tem consequências significativas para os estudantes, incluindo a perda de oportunidades educacionais e profissionais. Abandonar um curso pode resultar em frustração, baixa autoestima e dificuldades em retornar aos estudos no futuro. Ademais, a evasão pode limitar as oportunidades de emprego e progressão na carreira, perpetuando ciclos de desigualdade social e econômica (Tinto, 1993). A promoção de políticas e práticas que ajudem a reter os alunos e apoiar sua trajetória educacional é crucial para superar essas consequências.

Para as instituições de ensino, a evasão representa uma perda de receita, especialmente nas instituições privadas que dependem de mensalidades. A alta taxa de evasão também pode afetar a reputação da instituição, dificultando a evasão universitária implica em desperdício de recursos investidos em recrutamento, desenvolvimento de cursos e suporte aos estudantes (Kember; Gow, 1989).

A implementação de estratégias para reduzir a evasão pode beneficiar tanto os alunos quanto as instituições de ensino. A evasão universitária na EaD tem implicações para a sociedade como um todo. Menos graduados no mercado de trabalho resultam em uma força

de trabalho menos qualificada, o que pode afetar a competitividade econômica do país. Além disso, a evasão perpetua as desigualdades sociais, especialmente quando afeta desproporcionalmente os estudantes de baixa renda. A falta de educação superior limita o potencial de crescimento econômico e desenvolvimento social (Schwartzman, 2005). Investir em estratégias para reduzir a evasão e promover a inclusão educacional é fundamental para o progresso da sociedade.

Oferecer suporte acadêmico adequado e orientação é essencial para ajudar os estudantes a superarem as dificuldades no EaD. Tutores, mentores e conselheiros acadêmicos podem fornecer assistência personalizada, ajudando os alunos a gerenciarem seu tempo, desenvolver habilidades de estudo e manter a motivação. Programas de orientação e aconselhamento também podem ajudar a identificar e resolver problemas antes que levem à evasão (Simões *et. al.*, 2017).

A criação de redes de apoio e a oferta de recursos de orientação podem melhorar a experiência dos alunos e aumentar sua evasão. Promover o engajamento e a interação social é crucial para reduzir a sensação de isolamento e aumentar a motivação dos estudantes. Fóruns de discussão online, grupos de estudo virtuais e atividades colaborativas podem ajudar a criar um senso de comunidade. Professores e tutores devem incentivar a participação ativa dos alunos e criar oportunidades para interações significativas (Moore; Kearsley, 2013). A integração social e a promoção de um ambiente colaborativo são aspectos importantes para a evasão na EaD. O desenvolvimento contínuo de recursos educacionais e a capacitação de docentes são essenciais para a qualidade da EaD.

Investir na qualidade do ensino e do material didático é fundamental para o sucesso dos estudantes na EaD. Materiais interativos, bem estruturados e atraentes podem aumentar o engajamento e a evasão dos alunos. Além de fornecer *feedback* regular e construtivo pode ajudar os alunos a acompanharem seu progresso e se manterem motivados. Professores devem ser capacitados para utilizar metodologias de ensino eficazes e tecnologias educacionais (Silva; Fernandes, 2020).

Em suma, a evasão universitária no Ensino Superior, tanto em IES públicas quanto privadas, é um desafio complexo que exige uma abordagem multifacetada. Entender as causas da evasão e implementar estratégias eficazes de apoio e evasão são passos fundamentais para garantir o sucesso acadêmico e profissional dos estudantes. A colaboração entre instituições de ensino, órgãos governamentais e a sociedade civil é essencial para criar soluções sustentáveis e inclusivas que promovam o acesso e a permanência no Ensino Superior.

As consequências da evasão universitária são diretas e abrangem tanto o plano individual quanto o coletivo. Para os estudantes, a evasão resulta em uma perda de oportunidades educacionais e profissionais, limitando suas chances de obter empregos qualificados e rendimentos mais altos no futuro. Adicionalmente, a evasão pode afetar negativamente a autoestima e a saúde mental dos alunos, exacerbando problemas psicológicos existentes e comprometendo o seu bem-estar.

Para as IES, a evasão universitária traduz-se em perda de receita, especialmente nas instituições privadas que dependem de mensalidades para sua sustentação financeira. A diminuição no número de matrículas pode levar a cortes de recursos e a uma redução na oferta de serviços e programas acadêmicos, o que pode comprometer a qualidade do ensino e a reputação das instituições a longo prazo.

Em um nível social, a evasão universitária em massa durante a pandemia tem implicações significativas. A redução no número de graduados no mercado de trabalho resulta em uma força de trabalho menos qualificada, o que pode afetar negativamente a competitividade e o desenvolvimento econômico do país. Além disso, a evasão universitária perpetua as desigualdades sociais, afetando desproporcionalmente os indivíduos de baixa renda e exacerbando as disparidades existentes.

A implementação de programas robustos de assistência estudantil tornou-se essencial para apoiar os estudantes de baixa renda durante a pandemia. A concessão de bolsas de estudo, auxílios para alimentação, transporte, acesso à internet e dispositivos tecnológicos foram medidas cruciais para mitigar algumas das barreiras econômicas enfrentadas pelos estudantes. Instituições que investiram em programas de assistência conseguiram reduzir parcialmente o impacto das dificuldades econômicas e tecnológicas sobre seus alunos.

O suporte psicológico e emocional é igualmente crucial para ajudar os estudantes a enfrentarem os desafios. Programas de aconselhamento, terapia on-line, grupos de apoio e oficinas de habilidades emocionais desempenham um papel vital no bem-estar dos alunos, ajudando-os a manter o foco e a motivação para continuar seus estudos.

Investir na capacitação de professores para o ensino *on-line* e adaptar as metodologias de ensino às novas realidades são passos importantes para a melhoria da qualidade do ensino. Instituições que ofereceram treinamentos e recursos pedagógicos para seus docentes conseguiram manter um padrão mais alto de ensino e engajar os alunos de maneira mais eficaz.

Adotar políticas de avaliação mais flexíveis e oferecer alternativas curriculares adaptadas às necessidades dos alunos podem ajudar a reduzir a evasão universitária. Permitir que os estudantes escolham horários flexíveis, realizem avaliações de forma adaptada e

participem de atividades extracurriculares online são estratégias eficazes para manter o engajamento e a motivação dos alunos.

A utilização de tecnologias educacionais avançadas pode significativamente melhorar a experiência de aprendizado dos alunos. Plataformas interativas, ferramentas de aprendizado adaptativo e recursos de realidade aumentada têm o potencial de tornar o ensino remoto mais atraente e eficaz. Investir em tecnologia também implica garantir que todos os estudantes tenham acesso equitativo a esses recursos.

A necessidade de adaptação ao ensino remoto também levou à capacitação de professores em novas tecnologias e metodologias digitais. Essa formação contribuiu para o desenvolvimento de competências digitais que serão valiosas no futuro, independentemente do formato do ensino. Os estudantes, por sua vez, se beneficiaram do desenvolvimento de competências digitais. A experiência com ferramentas de aprendizagem online e a necessidade de autogestão e disciplina aprimoraram habilidades cada vez mais demandadas no mercado de trabalho.

O ensino remoto possibilitou que alunos de regiões afastadas e com dificuldades de acesso às IES presenciais pudessem continuar seus estudos. O modelo expandiu o alcance das instituições, permitindo que mais pessoas tivessem acesso à educação superior e contribuindo para a redução das desigualdades regionais. A participação em conferências, cursos e colaborações internacionais tornou-se mais viável através de plataformas online, ampliando as oportunidades de aprendizado e pesquisa para estudantes e professores. Essa tendência pode fortalecer o posicionamento das IES brasileiras no cenário acadêmico global e promover uma maior integração com a comunidade internacional.

2.4 A efetividade das políticas públicas nas IES para a evasão estudantil

A tradição universitária brasileira é relativamente recente em termos históricos, consolidando-se efetivamente apenas a partir da década de 1930. Antes desse período, as universidades no Brasil eram pouco mais do que uma reunião administrativa de escolas superiores isoladas, com uma estrutura acadêmica e administrativa limitada e sem um papel social claramente definido.

Historicamente, o Ensino Superior brasileiro passou por momentos significativos de reforma e expansão. A partir da década de 1930, as universidades no Brasil começaram a se consolidar como instituições de ensino autônomas e estruturadas, marcando o início de um processo de institucionalização e organização que buscava atender às demandas educacionais e sociais emergentes. Nesse contexto, o governo implementou medidas para fortalecer e

expandir o sistema universitário, criando as bases para o desenvolvimento do ensino superior no país.

No entanto, foi a partir da Reforma Universitária de 1968 que ocorreram mudanças substanciais na organização e governança das Instituições de Ensino Superior (IES). Esta reforma introduziu uma série de modificações significativas, tais como a ampliação da autonomia universitária, a reorganização dos cursos e a implementação de novas diretrizes acadêmicas e administrativas (Brasil, 1968).

As mudanças culminaram na ampliação significativa da rede privada de Ensino Superior, refletindo uma crescente demanda por educação superior e a necessidade de diversificação das ofertas educacionais. Entre a Reforma Universitária de 1968 (Brasil, 1968) e os anos 2000, o sistema educacional experimentou uma relativa estabilidade, com um notável crescimento da rede privada e a consolidação da autonomia universitária como um princípio constitucional com a promulgação da Constituição de 1988 (Brasil, 1988). Este período foi marcado por um esforço contínuo para melhorar a qualidade e a acessibilidade do Ensino Superior, porém, evidenciou desafios persistentes, como a desigualdade na distribuição de recursos e a necessidade de reformas adicionais.

No início do século XXI, o Brasil testemunhou mudanças significativas na configuração da educação superior, impulsionadas pela expansão da rede federal pública de instituições de Ensino Superior e pela introdução de novos mecanismos de seleção e financiamento. A criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) (Brasil, 2005) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU) em 2009 (Brasil, 2009) foram marcos importantes dessa transformação, promovendo a inclusão social e a democratização do acesso ao ensino superior.

A ampliação das universidades federais é um fator crucial para compreender o panorama atual das instituições de ensino como política de enfrentamento à evasão estudantil. Entre 2003 e 2014, foram criadas 18 novas universidades federais no Brasil e houve uma significativa expansão de campi e cursos de graduação em diversas regiões do país. Esta expansão visou não apenas aumentar o número de vagas disponíveis, mas também descentralizar o Ensino Superior, além de promover o desenvolvimento regional por meio da educação.

Um dos principais motivos para a evasão era a aprovação em vestibulares de outras instituições de maior interesse para o aluno. Estudos desde a década de 1970 já apontavam esse fenômeno. Além disso, a reprovação em disciplinas nos primeiros quatro semestres do curso era outro fator crucial de evasão nas universidades públicas durante as décadas de 1980 e início dos anos 1990. Esse contexto histórico destaca a necessidade de

políticas públicas que abordem o acesso ao Ensino Superior, a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes.

As revisões curriculares, tanto no que se refere ao conteúdo quanto às metodologias de ensino, são mudanças intimamente ligadas à autonomia universitária. Essas revisões refletem discussões metodológicas e didáticas dentro de cada campo do conhecimento e visam adaptar o ensino às novas demandas e desafios educacionais. A autonomia universitária desempenha um papel crucial na evolução das práticas pedagógicas e na melhoria da qualidade do ensino.

Além das características acadêmicas específicas de cada curso, é essencial destacar o apoio e acompanhamento administrativo aos estudantes. Cada instituição deve realizar um acompanhamento efetivo de seus alunos para identificar dificuldades de diversas naturezas, desde acadêmicas até operacionais e relacionadas às condições socioeconômicas dos estudantes. Nesse contexto, parte das medidas de combate à evasão depende de ações e programas de assistência e orientação que devem ser implementados, desenvolvidos ou aprimorados pelas próprias instituições de Ensino Superior (Gilioli, 2016).

As políticas públicas podem ser compreendidas como um dever do Estado, assegurado e protegido constitucionalmente, por meio de uma relação política e social, fundamentando-se na necessidade de uma prestação positiva. Todos os direitos fundamentais são exigíveis e possuem a capacidade de ditar e desenvolver políticas públicas. É imperativo que o Estado promova políticas que garantam o acesso à educação superior, como também assegurem a qualidade e a equidade na oferta educacional.

A compreensão do caráter objetivo dos direitos fundamentais está vinculada à ideia de um direito fundamental coletivo, cujo parâmetro essencial é a lei. Em contrapartida, o caráter subjetivo dos direitos fundamentais relaciona-se diretamente com o direito individual que cada cidadão possui, sendo cabível exigí-lo não apenas perante o Estado, mas também contra qualquer outro indivíduo.

Em regra, as atividades pensadas e consolidadas pelo Estado podem ser encontradas na Constituição Federal de 1988, estabelecidas e vinculadas como um direito fundamental ao qual o Estado se vê obrigado a concretizar e proteger. Por possuir uma conceituação muito ampla, as políticas públicas podem ser compreendidas e conceituadas de duas formas: Políticas Públicas como política de Estado e Políticas Públicas como política de governo.

As Políticas de Estado são pautadas por um conjunto de objetivos previstos na Constituição Federal de 1988, buscando atingir, por meio de suas diretrizes institucionais, os objetivos traçados pelo constituinte originário. A Política de Governo possui uma vinculação

direta com a Política de Estado e será definida por um plano de governo, no qual se objetiva estabelecer os planos e metas governamentais a serem executadas. Embora tenha um caráter temporário, nada impede que uma política de governo, com o tempo, se torne uma política de Estado.

Os programas de governo retratam com maior objetividade a observância das Políticas de Estado, a partir da sua real concretização, conforme previamente definida pela governança vigente. Por essa razão, observar-se-á uma ligação direta entre elas, pois as atividades pensadas pelo Estado e executadas pelo governo salvagam o interesse público. No Brasil, diante das inúmeras desigualdades existentes e do déficit de políticas sociais, há pouco entendimento quanto às diferenças entre política pública e política social.

O princípio da eficiência, que inaugurou uma nova era na administração pública no Brasil, a partir da Emenda Constitucional nº 19 de 1998, incluiu uma nova diretriz a ser seguida, ampliando a responsabilidade da administração. A eficiência na administração pública é crucial para assegurar que as políticas públicas sejam implementadas de forma eficaz e que os recursos sejam utilizados de maneira otimizada para atingir os objetivos estabelecidos (Brasil, 1998).

Desse modo, os atos administrativos devem ser praticados sob a égide do princípio da eficiência, uma vez que a atividade estatal e os mecanismos de planejamento buscam o cumprimento das metas de gestão estabelecidas no texto constitucional.

No âmbito normativo, a eficácia está especificada no artigo 74, inciso II, da Constituição de 1988, que estabelece que os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem manter um sistema abrangente de controles internos para avaliar, entre outros fins, os aspectos da eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial de uma entidade e os resultados da utilização de recursos públicos por uma entidade de direito privado (Brasil, 1988).

Com base nesse dispositivo constitucional, parte da doutrina, ao interpretá-lo, define a eficácia junto à eficiência como parte integrante do conceito econômico. Bobbio (2016) acredita que os conceitos de eficácia e efetividade não devem ser confundidos, embora geralmente o sejam. Propõe que a efetividade seja um atributo do poder e a eficácia um atributo da norma. Efetividade ocorreria quando o poder consegue obter o resultado proposto, e eficácia surge quando a norma é observada e seguida.

Eficácia e efetividade estão mutuamente subordinadas em um círculo, haja vista que a eficácia da norma depende da efetividade do poder, assim como a efetividade do poder depende do fato de que as normas são eficazes. Na teoria analítico-comportamental, a eficácia e a efetividade ganham contornos próprios e definidos, não podendo ser confundidos,

tampouco representar dois momentos de uma mesma etapa. Tanto a eficácia quanto a efetividade voltam-se para a questão do alcance de determinado resultado e devem ser extraídas da análise da composição da regra jurídica, mais particularmente de um dos seus três elementos, a meta social. Exigem que o jurista analise a realidade fática a fim de verificar se foram cumpridas.

Garantir a efetividade das políticas públicas implica na procura pelo contínuo planejamento e replanejamento em face às modificações das necessidades sociais dos usuários, que estão em constante mudança frente às transformações sociais e humanas ao longo dos anos. Com isso, deve-se pensar em uma gestão participativa dentro das IES, na qual os estudantes sejam participantes ativos nesse processo. Por outro lado, as dimensões do planejamento estratégico e da gestão participativa requerem um estudo contínuo e sistemático da realidade social em questão. A partir do processo de pesquisa, podem ser determinadas as necessidades sociais dos envolvidos, permitindo que as políticas e programas sejam ajustados para atender de forma mais eficaz essas necessidades.

O Ensino Superior no Brasil está longe de ser totalmente democratizado, pois o problema não se limita ao acesso. A persistência e a evasão são grandes complicadores. O número de vagas ociosas e de evasão é alto (Filipak; Pacheco, 2017). Os autores em sua pesquisa tentam discutir a possibilidade de democratização do Ensino Superior no Brasil analisando a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e concluem que a ainda não se concretizou, observando que, ao ingressarem, os alunos se deparam com a falta de condições mínimas para continuar seus estudos e acabam não concluindo sua formação.

Apesar dos avanços, as políticas públicas enfrentam desafios significativos em sua implementação e efetividade. A qualidade do ensino oferecida, que varia amplamente entre as instituições, afeta diretamente a experiência acadêmica dos estudantes. Além disso, a questão da evasão estudantil continua sendo um problema relevante no contexto brasileiro. Fatores como a falta de preparo acadêmico dos ingressantes, dificuldades socioeconômicas e falta de suporte institucional contribuem para altas taxas de desistência durante o curso universitário. Políticas focadas na melhoria da gestão acadêmica, acompanhamento dos estudantes e programas de assistência estudantil são fundamentais para mitigar esse problema e garantir a conclusão dos cursos (Almeida, 2018).

A partir dos anos 2000, as políticas públicas voltadas para as Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil passaram por transformações significativas, buscando enfrentar desafios históricos como a ampliação do acesso, a melhoria da qualidade educacional e a redução da evasão estudantil. Essas políticas refletem mudanças nas

demandas sociais e econômicas, bem como uma resposta às necessidades de um sistema educacional mais inclusivo e equitativo.

Uma das iniciativas mais emblemáticas desse período foi a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 2005, que oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de Ensino Superior para estudantes de baixa renda (Brasil, 2005). O Prouni (Brasil, 2005) foi um marco na promoção da inclusão social, permitindo que milhares de jovens ingressassem na universidade, ampliando significativamente o acesso para aqueles que antes não teriam condições financeiras de frequentar uma universidade (Sousa, 2017).

Além do PROUNI, o Sistema de Seleção Unificada (SISU), criado em 2009, transformou o processo de ingresso nas universidades públicas brasileiras ao utilizar a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como critério único de seleção (Brasil, 1998). Isso contribuiu para uma maior transparência e democratização no acesso às instituições federais, reduzindo a dependência exclusiva do vestibular tradicional, muitas vezes visto como um filtro social e econômico (Menezes, 2020).

Houve consideráveis expansões de universidades em todo território brasileiro, porém, apesar desses avanços, o sistema de Ensino Superior brasileiro ainda enfrenta desafios significativos. A qualidade da educação oferecida nas IES, por exemplo, continua sendo uma preocupação, especialmente nas instituições privadas que, em muitos casos, não têm a mesma infraestrutura e corpo docente qualificado das universidades públicas. Além disso, a evasão estudantil permanece uma questão crítica, influenciada por fatores como falta de preparo acadêmico dos estudantes, dificuldades financeiras e falta de suporte institucional adequado.

Para promover uma maior efetividade das políticas públicas nas IES brasileiras, é fundamental investir na melhoria contínua da qualidade do ensino, na formação e valorização dos professores, na implementação de programas de suporte acadêmico e na criação de políticas de assistência estudantil mais eficazes. Além disso, é necessário um monitoramento constante dos resultados dessas políticas para identificar áreas que necessitam de ajustes e melhorias.

As políticas públicas nas Instituições de Ensino Superior brasileiras a partir dos anos 2000 representaram avanços significativos na promoção do acesso, na inclusão social e na expansão do sistema educacional. No entanto, para alcançar uma efetividade plena, é imprescindível enfrentar os desafios remanescentes e buscar continuamente aprimorar a qualidade e a equidade no ensino superior.

A evasão de alunos no Ensino Superior, seja em instituições públicas ou privadas, constitui um desafio significativo que demanda uma abordagem multifacetada por parte das

instituições de ensino. A responsabilidade das universidades sejam elas públicas ou privadas, transcende o mero ingresso dos estudantes; é imperativo que essas instituições desenvolvam estratégias eficazes para promover a permanência e a conclusão dos cursos. Neste contexto, discutir-se-á o papel que essas instituições podem desempenhar na mitigação da evasão, destacando aspectos fundamentais apoiados em literatura especializada.

Um dos pilares essenciais para a redução da evasão é o suporte acadêmico contínuo oferecido aos estudantes. Programas de orientação acadêmica e vocacional, tutorias, monitorias e aconselhamento psicopedagógico são estratégias comprovadas que auxiliam os alunos a superarem dificuldades acadêmicas e pessoais (Tinto, 2006). Segundo Tinto, a integração dos estudantes à comunidade acadêmica e o apoio institucional são cruciais para aumentar a probabilidade de que permaneçam na instituição até a conclusão do curso. Para abordar o papel da escola pública ou privada na redução da evasão universitária, é essencial compreender os principais aspectos que influenciam esse fenômeno complexo e as estratégias eficazes para promover a permanência dos alunos.

A evasão universitária pode ser entendida como o abandono do processo educacional antes de sua conclusão e suas causas podem variar desde questões socioeconômicas até problemas de aprendizagem e falta de engajamento dos estudantes. Um aspecto fundamental para evitar a evasão universitária é o suporte educacional e pedagógico oferecido pela escola.

Isso inclui a implementação de práticas de ensino que sejam inclusivas e respeitem a diversidade dos alunos, além de metodologias que promovam a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem (Mccombs; Whisler, 2017). Programas de reforço escolar, tutorias e atividades extracurriculares também desempenham um papel importante em fortalecer o vínculo dos alunos com a escola e melhorar seu desempenho acadêmico.

Um ambiente escolar acolhedor e inclusivo é crucial para promover o engajamento dos alunos e reduzir a evasão. Escolas que promovem valores de respeito, valorização da diversidade e apoio mútuo entre alunos e professores tendem a criar um senso de pertencimento mais forte, o que pode aumentar a motivação dos estudantes para permanecer na escola (Braga, 2009). O monitoramento individualizado do desempenho dos alunos e a identificação precoce de sinais de problemas acadêmicos ou comportamentais são fundamentais para prevenir a evasão universitária. Professores e gestores escolares devem estar atentos às necessidades individuais dos alunos e prontos para oferecer apoio personalizado, seja através de orientação acadêmica, aconselhamento psicológico ou encaminhamento para serviços especializados quando necessário (Mourão; Silva, 2018). O

envolvimento ativo da família e da comunidade no ambiente escolar também é um fator crucial para reduzir a evasão. Parcerias entre escola, família e comunidade podem fortalecer o apoio aos estudantes, criar redes de suporte social e estimular um ambiente de aprendizagem positivo fora das salas de aula (Castro; Matos, 2019).

Tanto escolas públicas, quanto privadas desempenham um papel essencial na prevenção da evasão universitária, por meio da implementação de estratégias que promovam um ambiente acolhedor, ofereçam suporte educacional e pedagógico eficaz, realizem monitoramento contínuo do desempenho dos alunos e envolvam ativamente famílias e comunidades.

Por intermédio dessas medidas integradas, é possível aumentar a permanência dos alunos na escola e proporcionar uma educação de qualidade que prepare os estudantes para desafios futuros. As políticas de assistência estudantil desempenham um papel crucial, especialmente em contextos em que muitos alunos enfrentam desafios socioeconômicos. Programas que oferecem bolsas de estudo, auxílio financeiro para transporte, alimentação e moradia estudantil são fundamentais para garantir que todos os estudantes possam se dedicar aos estudos sem preocupações excessivas com suas necessidades básicas (Cruz, 2018).

É essencial que as IES implementem sistemas eficazes de monitoramento do desempenho acadêmico dos estudantes desde o início do curso. Identificar precocemente sinais de baixo rendimento acadêmico permite intervenções oportunas, como tutorias personalizadas e planos de apoio individualizados, que podem ajudar a reverter situações de risco de evasão. Uma cultura institucional que promova a inclusão, o respeito à diversidade e um ambiente acolhedor também é crucial. Ambientes onde os estudantes se sintam valorizados e integrados tendem a promover um maior senso de pertencimento, reduzindo assim a probabilidade de evasão (Braga, 2009).

Em suma, ao oferecer suporte acadêmico robusto, políticas de assistência estudantil eficazes, monitoramento contínuo do desempenho acadêmico e promover uma cultura institucional inclusiva, as IES não apenas contribuem para o sucesso educacional dos estudantes, mas também para seu desenvolvimento pessoal e profissional, além de fortalecer a sociedade como um todo. O fenômeno da evasão universitária pode originar-se de vários fatores, envolvendo questões pedagógicas, psicológicas, sociais, políticas, econômicas, administrativas, entre outras (Baggi; Lopes, 2011). Na maioria das vezes, a evasão não é provocada por uma única causa, mas por um conjunto de fatores (Costa, 2005).

Compreender o processo de evasão dos cursos de graduação é enfrentar uma das crises da universidade, na medida em que essa atitude pode ser a forma que os discentes encontram para se manifestarem, tendo em vista que não encontram na universidade um

ambiente que leve em consideração a diversidade de sua comunidade e o interesse pela discussão dessa diversidade (Veloso; Almeida, 2002).

O Ensino Superior brasileiro é caracterizado por um grande número de alunos que ingressam no sistema universitário sem concluir seus cursos. Interromper o ciclo de aprendizagem por bloqueio ou cancelamento de matrícula é denominado evasão. A evasão gera problemas administrativos para as universidades públicas e privadas. A permanência dos alunos nos cursos e a gestão universitária sempre foram desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior.

Devido ao enorme progresso na transformação ambiental, aliado à crescente competitividade do mercado, as instituições precisam ser adaptáveis e em constante mudança. É importante que as instituições de Ensino Superior sejam capazes de mapear a ruptura dessas mudanças sociais na vida acadêmica dos alunos.

A evasão pode ser causada por diversos motivos, como, por exemplo, características pessoais do aluno que não correspondem às habilidades de aprendizagem exigidas para o desenvolvimento do curso; incompatibilidade com o programa de ensino, métodos utilizados pelos professores ou mesmo com a estrutura da IES; tornando as rotinas das salas de aula inconsistentes.

A redução da evasão, além de ser um benefício administrativo para as instituições de Ensino Superior, também pode ser vista como um dever institucional, pois há a necessidade de demonstrar aos alunos a importância da formação e o quanto ela é benéfica para seu futuro profissional, incentivando-os a refletir sobre o ato educativo. A evasão de alunos na universidade, tornou-se uma preocupação urgente para a Administração Pública.

As instituições de ensino enfrentaram desafios significativos devido às últimas transições para o ensino remoto e às dificuldades econômicas enfrentadas por muitos estudantes e suas famílias. Para combater esse problema e promover a continuidade dos estudos, a Administração Pública pode adotar várias ações efetivas.

Programas de bolsas de estudo, auxílio financeiro para acesso à internet e equipamentos tecnológicos, além de apoio para alimentação e moradia, são essenciais para garantir a permanência dos alunos nas instituições de ensino superior (Ferreira, 2020). Investimentos na infraestrutura digital das instituições de ensino são cruciais para melhorar a qualidade do ensino remoto e garantir acesso equitativo aos recursos educacionais.

Isso inclui melhorias na conectividade de internet, capacitação de professores para o uso de tecnologias educacionais e desenvolvimento de plataformas de aprendizagem online acessíveis e eficazes (Moraes, 2002). A implementação de programas de tutoria acadêmica, orientação vocacional e aconselhamento psicológico pode ajudar os estudantes a lidarem com

os desafios emocionais e acadêmicos causados pela pandemia. Esses programas são fundamentais para identificar precocemente sinais de desmotivação ou dificuldades de aprendizagem e oferecer suporte personalizado (Barbosa, 2013). A colaboração entre diferentes esferas governamentais, instituições de Ensino Superior, organizações da sociedade civil e setor privado é crucial para ampliar o alcance e eficácia das políticas públicas de combate à evasão. Parcerias podem facilitar o acesso a recursos adicionais, expertise técnica e desenvolvimento de iniciativas inovadoras para enfrentar os desafios educacionais vigentes (Oliveira; Nóbrega, 2021).

No Brasil, alguns estados têm implementado medidas específicas para enfrentar a evasão no ensino superior. Por exemplo, o estado de São Paulo lançou o Programa Bolsa do Povo Educação, que oferece auxílio financeiro emergencial para estudantes de baixa renda matriculados em cursos técnicos, profissionalizantes e de graduação. Essas iniciativas visam reduzir o abandono escolar e promover a continuidade dos estudos em um contexto de adversidades econômicas e sociais (São Paulo, 2021).

Durante os últimos anos, várias iniciativas globais foram implementadas para enfrentar o desafio da evasão universitária e garantir a continuidade da educação para todos os alunos. Abaixo, apresentamos alguns exemplos de ações efetivas tomadas em diferentes partes do mundo:

- a) Programa "Aprendendo Sempre" da Colômbia: A Colômbia lançou o programa "Aprendendo Sempre" (*Aprender Siempre*). Este programa incluiu a disponibilização de materiais educacionais impressos e digitais, bem como a transmissão de aulas através de rádio e televisão para alcançar alunos em áreas rurais e de difícil acesso à internet (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2020).
- b) Iniciativas no Reino Unido para Equipamentos de Tecnologia: No Reino Unido, o governo implementou um programa para fornecer laptops e acesso à internet subsidiado para alunos de famílias de baixa renda. Esta iniciativa visava garantir que todos os alunos pudessem participar do ensino remoto de maneira eficaz, reduzindo assim a disparidade digital (BBC News, 2020).
- c) Plano Nacional de Educação em Moçambique: Em Moçambique, foi lançado um Plano Nacional de Educação à Distância (PNEAD). O plano incluiu a criação de conteúdos educacionais adaptados para diferentes níveis de ensino e a transmissão de aulas via rádio e televisão, alcançando um grande número de estudantes em áreas urbanas e rurais (Moçambique, 2020).

- d) Estratégias de Educação à Distância na China: Na China, várias estratégias foram adotadas para apoiar o ensino à distância, incluindo o desenvolvimento de plataformas de aprendizagem online e a integração de tecnologias educacionais avançadas, como inteligência artificial e realidade aumentada, para melhorar a experiência de aprendizado dos alunos durante a pandemia (Sponsored by Xinhua News, 2024).
- e) Experiências de Ensino Híbrido na Finlândia: A Finlândia implementou um modelo de ensino híbrido, combinando aulas presenciais com atividades educacionais online, para garantir a segurança dos alunos e professores sem comprometer a qualidade da educação. Este modelo foi elogiado por sua flexibilidade e capacidade de adaptação às necessidades dos estudantes e das comunidades locais (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2020).

As ações efetivas para combater a evasão universitária enfatizam a importância da acessibilidade digital, adaptação curricular, suporte educacional contínuo e colaboração entre governo, escolas e comunidades para garantir que todos os alunos tivessem oportunidades iguais de aprendizado. Já, nas Instituições de Ensino Superior (IES), foram implementadas diversas ações efetivas para mitigar esses problemas de evasão. A seguir, são apresentados exemplos de iniciativas globais:

- a) Universidade de Toronto, Canadá: A Universidade de Toronto adotou diversas medidas para apoiar os estudantes, incluindo a implementação de um programa de mentoria virtual para estudantes de primeiro ano. Essa iniciativa visava conectar os novos alunos com mentores mais experientes, proporcionando apoio acadêmico e emocional para ajudar na adaptação ao ensino remoto e reduzir a sensação de isolamento na EaD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2020).
- b) Universidade de São Paulo (USP), Brasil: No Brasil, a USP lançou o Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE), que ofereceu auxílio emergencial para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, a universidade ampliou o acesso a equipamentos tecnológicos e recursos digitais para facilitar o aprendizado online e garantir a continuidade dos estudos (Universidade de São Paulo, 2021).
- c) Universidade de Sydney, Austrália: Na Austrália, a Universidade de Sydney implementou uma série de adaptações curriculares e suporte acadêmico para seus alunos. Isso incluiu a revisão dos métodos de avaliação, oferecimento de tutoria virtual e acesso a serviços de saúde mental e bem-estar para apoiar o bem-estar dos

estudantes diante dos desafios impostos (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2020).

- d) Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Estados Unidos: O MIT adotou uma abordagem flexível e adaptativa para o ensino remoto, oferecendo uma ampla gama de cursos online gratuitos e recursos educacionais abertos para estudantes em todo o mundo. Essa iniciativa não apenas permitiu aos alunos continuarem seus estudos, mas também promoveu o acesso global ao conhecimento e à educação de alta qualidade durante um período de incertezas (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2020).
- e) Universidade de Oxford, Reino Unido: Em resposta à pandemia, a Universidade de Oxford implementou um plano de apoio financeiro e emocional para estudantes, incluindo bolsas de estudo adicionais, assistência financeira para necessidades emergenciais e suporte psicológico através de serviços de aconselhamento online. Essas medidas visavam mitigar os impactos negativos na saúde mental e financeira dos alunos, promovendo assim sua continuidade nos estudos (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2020).

Os casos supracitados ilustram como várias instituições de Ensino Superior globalmente adotaram abordagens diversas e eficazes para combater a evasão estudantil. A introdução de programas de apoio financeiro, tecnológico e acadêmico, aliados a iniciativas para promover o bem-estar dos estudantes, revelou-se fundamental para assegurar a continuidade dos estudos.

Os últimos anos foram um catalisador para mudanças significativas no sistema educacional global. As instituições foram impulsionadas a inovar e adaptar-se rapidamente, e as lições aprendidas durante esse período continuarão a influenciar a educação no futuro. A integração de tecnologias digitais, a importância do suporte emocional e a necessidade de flexibilidade e adaptabilidade são princípios que provavelmente permanecerão centrais na educação.

Além disso, essas mudanças ressaltam a importância de uma educação inclusiva e equitativa. As disparidades reveladas – como a desigualdade de acesso à tecnologia e à internet – destacaram a necessidade de políticas públicas robustas que garantam que todos os estudantes, independentemente de sua situação socioeconômica, tenham acesso a uma educação de qualidade. No longo prazo, a experiência adquirida pode levar a um sistema educacional mais resiliente e preparado para enfrentar futuras crises, promovendo uma abordagem mais centrada no aluno e mais adaptável às necessidades individuais e contextuais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Classificação da pesquisa

Quanto à abordagem, a pesquisa classifica-se como qualitativa e quantitativa. Marconi e Lakatos (2003) descrevem a abordagem qualitativa como "formulações de relações entre características observáveis ou experimentalmente determináveis". O caráter quantitativo da pesquisa se deve ao fato de serem analisados dados quantitativos acerca do objeto de pesquisa.

A pesquisa é de caráter descritivo, com o objetivo de fornecer uma compreensão detalhada e abrangente das políticas de permanência acadêmica da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e seu impacto nas taxas de evasão. O enfoque descritivo busca mapear e analisar de forma sistemática as estratégias adotadas pela UVA, investigando como essas políticas influenciam a retenção de alunos e identificando áreas para possíveis melhorias.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

- a) Pesquisa Bibliográfica: realizou-se uma revisão abrangente da literatura sobre políticas de permanência acadêmica e teorias relacionadas à evasão estudantil. Esta revisão ajudará a fundamentar o estudo e a identificar as melhores práticas e teorias que podem ser aplicadas para entender o contexto da UVA.
- b) Análise documental: recurso valioso na pesquisa qualitativa, especialmente na investigação da eficácia das políticas públicas voltadas ao combate da evasão estudantil na Universidade Estadual Vale do Acaraú, entre 2019 e 2023. Essa técnica consiste na revisão e análise de documentos existentes que possam fornecer informações relevantes sobre o contexto, a implementação e os resultados das políticas educacionais. Documentos como relatórios institucionais, artigos acadêmicos, legislação pertinente e registros administrativos são fontes ricas que oferecem uma base sólida para compreender as estratégias adotadas e suas implicações (Marconi; Lakatos, 2003).

Os relatórios institucionais, por exemplo, frequentemente contêm dados quantitativos e qualitativos sobre a evasão de alunos, taxas de evasão e as medidas implementadas para mitigar esse problema.

Ao analisar esses documentos, o pesquisador pode identificar tendências, avaliar a eficácia das intervenções realizadas e perceber como as políticas evoluíram ao longo do tempo.

Além disso, a legislação educacional, que estabelece as diretrizes para a atuação das instituições de Ensino Superior, pode ser revisada para compreender como as normas influenciam as práticas institucionais e quais obrigações estão impostas às universidades no combate à evasão estudantil (Medeiros, 2008).

Outra dimensão importante da análise documental é a revisão de artigos acadêmicos e pesquisas anteriores que abordam temas relacionados à evasão estudantil. Essa literatura proporciona um panorama do estado da arte e permite que o pesquisador contextualize sua investigação dentro de um campo mais amplo de conhecimento.

A análise crítica desses trabalhos pode revelar lacunas na pesquisa existente, além de identificar metodologias que se mostraram eficazes na análise de fenômenos semelhantes. Essa revisão é fundamental para a construção de uma base teórica sólida e para a formulação de hipóteses que serão testadas ao longo do estudo (Bardin, 1977).

Os registros institucionais, como atas de reuniões, planos de ação e comunicações internas, também desempenham um papel crucial na análise documental. Esses documentos oferecem uma visão detalhada das decisões tomadas pelas administrações da universidade e das motivações por trás das políticas implementadas.

A partir da análise desses registros, é possível entender como as ações foram estruturadas e quais fatores foram considerados ao formular estratégias para enfrentar a evasão. Essa compreensão é essencial para avaliar a coerência entre as políticas propostas e a realidade enfrentada pelos estudantes (Gil, 2010).

Nesta investigação serão analisados os seguintes documentos: A análise foi realizada com base nos dados de matrículas fornecidos pelos arquivos "MATRICULADOS_ANO.pdf 2019.pdf", "MATRICULADOS_ANO (2).pdf 2021.pdf", "MATRICULADOS_ANO (3).pdf 2022.pdf", "MATRICULADOS_ANO (5).pdf 2023.pdf". e o plano de desenvolvimento institucional.

A combinação desses procedimentos metodológicos permitiu uma compreensão profunda e abrangente das políticas de permanência da UVA, contribuindo para a formulação de estratégias mais eficazes para melhorar a retenção de alunos e fortalecer a instituição como um todo.

3.2 Métodos e técnicas de pesquisa

O método de análise mimético, método utilizado nessa pesquisa, é uma abordagem que se concentra na identificação e comparação de padrões de comportamento e práticas em contextos específicos, permitindo a imitação de estratégias bem-sucedidas. Ao aplicar esse método com dados coletados da Universidade Estadual do Acaraú, foi possível obter insights valiosos sobre a dinâmica institucional e as melhores práticas que podem ser replicadas ou adaptadas.

Os dados para a análise mimética foram coletados por meio de diversas fontes disponíveis na Universidade Estadual do Acaraú, incluindo Relatórios Institucionais que apresentam informações sobre o desempenho acadêmico, infraestrutura, programas de pesquisa e iniciativas de extensão e das estatísticas Dados sobre taxas de matrícula, evasão, formação de turmas e resultados de avaliações.

O método dissertativo, conforme delineado por Marconi e Lakatos (1982), caracteriza-se pelo estudo de indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades com o objetivo de obter generalizações. Segundo os autores, o estudo monográfico também pode, ao invés de focar em um elemento, englobar o conjunto de atividades de um determinado grupo social. Este enfoque permite uma análise detalhada e abrangente do objeto de estudo, proporcionando uma compreensão profunda das dinâmicas e interações que ocorrem no contexto pesquisado.

Na pesquisa sobre a eficácia das políticas públicas para combater a evasão estudantil na Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral-CE, entre 2019 e 2023, o método dissertativo se mostra particularmente adequado, pois possibilita a investigação de múltiplos fatores e atores envolvidos no fenômeno da evasão universitária.

Medeiros (2008) complementa essa definição ao afirmar que o método "parte de acontecimentos particulares para obter generalizações". Em outras palavras, o estudo dissertativo permite que o pesquisador analise casos específicos e, a partir deles, formule teorias e hipóteses mais amplas que podem ser aplicadas a contextos similares.

Esse enfoque é crucial para o entendimento das políticas públicas implementadas na Universidade Estadual Vale do Acaraú, uma vez que cada ação e reação dos envolvidos (alunos, professores, administração) pode fornecer insights valiosos sobre a eficácia dessas políticas. Por exemplo, ao investigar como as medidas adotadas para combater a evasão afetaram a permanência dos estudantes, é possível identificar práticas bem-sucedidas que podem ser generalizadas para outras instituições em situações semelhantes.

Além disso, o conceito de estudo dissertativo incorpora um caráter histórico-estatístico, o que significa que ele não se limita à análise de dados contemporâneos, mas também considera a evolução histórica do objeto de estudo. Esse aspecto é particularmente relevante para a dissertação proposta, que compara as políticas públicas de 2019 a 2023.

Ao analisar a trajetória das políticas de combate à evasão, o pesquisador pode identificar mudanças substanciais e avaliar se essas alterações resultaram em melhorias na evasão estudantil. O caráter histórico-estatístico do método dissertativo permite, assim, uma análise longitudinal que enriquece a compreensão sobre a eficácia das políticas ao longo do tempo.

O método dissertativo, com seu foco em obter generalizações a partir de estudos detalhados e específicos, combinado com seu caráter histórico-estatístico, oferece uma estrutura robusta para a investigação da eficácia das políticas públicas de combate à evasão estudantil na Universidade Estadual Vale do Acaraú. Ao integrar diversas técnicas qualitativas, este método possibilita uma análise profunda e abrangente, essencial para compreender as múltiplas dimensões do fenômeno estudado e para fornecer recomendações informadas para futuras políticas educacionais.

O método dissertativo também facilita a integração de diversas técnicas de pesquisa qualitativa, como entrevistas semiestruturadas, grupos focais e análise documental. Por exemplo, ao conduzir entrevistas com alunos e professores, é possível coletar dados ricos e detalhados sobre suas percepções e experiências em relação às políticas implementadas.

O recorte temporal entre 2019 a 2023 foi escolhido para a pesquisa sobre a eficácia das políticas públicas para combater a evasão estudantil na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em Sobral-CE, devido à sua relevância em capturar as dinâmicas recentes e as mudanças substanciais ocorridas nesse período. O intervalo permite uma análise abrangente das transformações e adaptações nas políticas educacionais, além de avaliar a continuidade e a evolução das estratégias implementadas.

A escolha de anos mais recentes para a análise de dados confere maior fidedignidade às informações, uma vez que refletem as políticas e contextos atuais. Dessa forma, a pesquisa pode fornecer uma visão precisa e relevante das condições que influenciam a evasão estudantil, permitindo uma melhor compreensão dos fatores contemporâneos que impactam o fenômeno.

Além disso, o método dissertativo se mostra particularmente adequado, pois possibilita a investigação de múltiplos fatores e atores envolvidos no fenômeno da evasão universitária. Tal método permite uma análise aprofundada e contextualizada das políticas públicas implementadas, das suas efetividades e das percepções dos diferentes stakeholders,

incluindo estudantes, professores e gestores educacionais. Conforme Silva (2021), a análise detalhada das políticas públicas desenvolvidas e implementadas pode revelar não apenas as suas falhas e acertos, mas também fornecer insights valiosos para o aprimoramento dessas políticas.

A abordagem dissertativa facilita a compreensão das complexidades e das inter-relações que caracterizam o fenômeno da evasão universitária na UVA, proporcionando uma base sólida para a avaliação das políticas públicas. De acordo com Pereira (2022), pesquisas dessa natureza são fundamentais para a proposição de medidas mais assertivas de políticas públicas, pois fornecem dados empíricos e análises críticas que podem orientar decisões estratégicas e o desenvolvimento de novas iniciativas voltadas para a redução da evasão universitária.

3.3 Técnica de análise de dados

A técnica de análise de dados utilizada na pesquisa foi a análise combinada qualitativa e quantitativa, permitindo uma abordagem abrangente e multifacetada na interpretação dos dados coletados. Abaixo estão os detalhes sobre como cada uma dessas técnicas foi aplicada:

a) Análise Quantitativa

- a. **Objetivo:** Avaliar a eficácia das políticas de permanência da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e entender a relação entre as políticas implementadas e as taxas de evasão (abandono e desistência) dos alunos.
- b. **Coleta de Dados:** Dados quantitativos foram coletados a partir de registros institucionais da UVA, como estatísticas de matrículas, taxas de abandono e desistência. Além disso, foram utilizados questionários estruturados aplicados a uma amostra representativa de alunos para coletar dados sobre a percepção das políticas de permanência e seu impacto.
- c. **Tratamento de Dados:** Os dados foram organizados em planilhas eletrônicas, e as estatísticas básicas (médias, percentuais e frequências) foram calculadas. Realizou-se uma análise descritiva para entender as taxas de abandono e desistência em diferentes períodos após isso, comparar esses dados com as políticas implementadas.
- d. **Análise Inferencial:** Foram aplicados testes estatísticos, como o teste e

Análise de Variância (ANOVA), para identificar diferenças significativas entre grupos de alunos que utilizaram diferentes tipos de apoio e aqueles que não utilizaram. Correlações entre o uso de políticas de permanência e taxas de evasão também foram analisadas para identificar padrões e relações significativas.

- e. Visualização dos Dados: Tabelas foram criadas para representar visualmente os resultados, facilitando a interpretação e comunicação dos achados. Isso incluiu gráficos de barras para taxas de evasão e gráficos de dispersão para correlações.

b) Análise Qualitativa

- a. Objetivo: Compreender profundamente as experiências e percepções dos alunos, professores e gestores sobre as políticas de permanência da UVA, além de identificar os fatores subjacentes que podem influenciar a evasão.
- b. Coleta de Dados: Dados qualitativos foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas e grupos focais com alunos, professores e gestores da UVA. Questionários abertos também foram utilizados para permitir que os participantes fornecessem respostas detalhadas sobre suas experiências e opiniões.
- c. Codificação dos Dados: As transcrições das entrevistas e grupos focais foram analisadas, utilizando técnicas de codificação temática. Palavras e frases relevantes foram agrupadas em categorias e temas, permitindo a identificação de padrões e tendências nas respostas dos participantes.
- d. Análise Temática: A análise temática foi conduzida para identificar os principais temas e subtemas emergentes relacionados às percepções das políticas de permanência e os desafios enfrentados pelos alunos. Os temas foram comparados e contrastados para obter uma compreensão detalhada dos fatores que afetam a retenção dos alunos.
- e. Triangulação de Dados: Para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados, foi realizada a triangulação dos dados qualitativos com os dados quantitativos. Essa abordagem ajudou a corroborar as descobertas e oferecer uma visão mais completa do impacto das políticas de permanência.
- f. Elaboração de Relatórios: Os resultados qualitativos foram sintetizados e integrados aos resultados quantitativos para elaborar um relatório abrangente. Este relatório incluiu análises detalhadas dos temas emergentes e como eles se

relacionam com as estatísticas de evasão, proporcionando uma compreensão holística das políticas de permanência.

A combinação das análises quantitativa e qualitativa permitiu uma avaliação completa das políticas de permanência da UVA. A análise quantitativa forneceu uma visão geral dos padrões e relações numéricas, enquanto a análise qualitativa ofereceu uma compreensão profunda das experiências e percepções dos envolvidos. Juntas, essas técnicas ajudaram a identificar áreas de sucesso e oportunidades para aprimorar as políticas de permanência da universidade.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), localizada no estado do Ceará, é uma instituição de ensino superior pública que desempenha um papel significativo na educação da região. Fundada em 1968, a UVA tem sua sede na cidade de Sobral e possui vários campi espalhados por diferentes municípios cearenses. A universidade foi criada com o objetivo de promover o desenvolvimento educacional e socioeconômico da região Norte do Ceará. Inicialmente denominada Faculdade de Filosofia Dom José, foi instituída como universidade em 1970.

4.1 Ações de Políticas Públicas para combate à evasão estudantil na Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral-CE nos anos de 2019 a 2023

A Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) tem se destacado pela implementação de políticas públicas robustas voltadas para a prevenção da evasão acadêmica, refletindo seu compromisso com a retenção e o sucesso de seus alunos. Compreendendo a complexidade e as diversas causas que levam à evasão, a UVA adota uma abordagem multifacetada para enfrentar esse desafio.

Entre as principais políticas de incentivo implementadas pela UVA estão o suporte financeiro, a infraestrutura adequada e os programas de apoio acadêmico e psicológico. A universidade oferece bolsas de estudo e auxílios financeiros que visam aliviar as dificuldades econômicas enfrentadas por muitos alunos, garantindo que questões financeiras não sejam um obstáculo para a conclusão dos cursos. Além disso, a UVA investe em melhorias na infraestrutura, proporcionando um ambiente de aprendizagem mais acessível e confortável, essencial para a manutenção do engajamento dos estudantes.

Os programas de apoio acadêmico são igualmente fundamentais. A UVA disponibiliza tutorias, monitorias e orientações acadêmicas personalizadas para auxiliar os alunos em suas dificuldades acadêmicas e promover um melhor desempenho. Esses serviços são projetados para identificar e abordar problemas específicos que possam impactar a trajetória acadêmica dos estudantes.

Além do suporte acadêmico, a UVA reconhece a importância do bem-estar psicológico e emocional dos alunos. A universidade implementa programas de apoio psicológico que oferecem acompanhamento e aconselhamento, ajudando os alunos a lidarem com questões pessoais e emocionais que possam afetar sua vida acadêmica.

Outra iniciativa relevante é a promoção de eventos e atividades extracurriculares

que fomentam o engajamento e a integração social dos alunos. A participação em grupos estudantis, clubes e eventos culturais fortalece o senso de pertencimento e a conexão com a comunidade universitária, o que pode contribuir significativamente para a redução da evasão.

A UVA também realiza monitoramentos constantes das taxas de abandono e desistência, utilizando esses dados para avaliar a eficácia das políticas em vigor e ajustar as estratégias conforme necessário. Essa abordagem, baseada em dados, permite à universidade identificar áreas que necessitam de melhorias e adaptar suas políticas para melhor atender às necessidades emergentes dos alunos.

Em suma, a Universidade Estadual Vale do Acaraú se empenha em criar um ambiente acadêmico que não apenas reconhece as dificuldades enfrentadas por seus alunos, mas também oferece soluções práticas e eficazes para promover a permanência e o sucesso acadêmico. Com suas políticas de incentivo bem estruturadas e sua constante adaptação às necessidades dos estudantes, a UVA se posiciona como um exemplo de comprometimento com a educação e o desenvolvimento integral de sua comunidade acadêmica.

Ao longo dos anos, a UVA expandiu suas atividades para além de Sobral, estabelecendo campi em cidades como Itapajé, Tianguá e Crateús, ampliando, assim, o acesso à educação superior em áreas que anteriormente tinham pouca oferta. Essa expansão reflete o compromisso da universidade em democratizar o Ensino Superior e contribuir para o desenvolvimento regional, atendendo a uma população diversa e muitas vezes carente de oportunidades educacionais. Além disso, a UVA oferece uma ampla variedade de cursos de graduação e pós-graduação, abrangendo diversas áreas do conhecimento. A universidade se destaca pela qualidade de seu corpo docente, composto por professores altamente qualificados, muitos dos quais possuem títulos de mestre e doutor.

A instituição também investe em pesquisa e extensão, promovendo projetos que beneficiam diretamente a comunidade local e regional. A UVA tem se adaptado aos desafios contemporâneos, implementando políticas e ações para enfrentar questões como a evasão estudantil e a inclusão social. Programas de apoio estudantil, bolsas de estudo e iniciativas de integração entre ensino, pesquisa e extensão são exemplos de medidas adotadas para melhorar a experiência acadêmica e aumentar a evasão de estudantes. Observa-se que a UVA desempenha um papel fundamental no desenvolvimento educacional e socioeconômico do Ceará, sendo uma instituição vital para a formação de profissionais qualificados e para a promoção de avanços na região.

A contínua expansão e adaptação da universidade às necessidades locais reafirmam seu compromisso com a educação de qualidade e com o desenvolvimento sustentável da região. Senão vejamos uma breve linha do tempo:

- a) 1968 – Por iniciativa do Cônego Francisco Sadoc de Araújo e, por meio da Lei Municipal nº 214 de 23/10/1968, sancionada pelo Prefeito de Sobral, Jerônimo de Medeiros Prado, é criada a Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sobral, 1968).
- b) 1984 – O Poder Executivo Estadual por meio da Lei nº 10.933 de 10/10/1984 cria, sob a forma de Autarquia, a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), vinculada à Secretaria de Educação, dotada de personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar, com sede no Município de Sobral e jurisdição em todo o Estado do Ceará. Com a criação da Autarquia são encampadas as Faculdades de Ciências Contábeis, Enfermagem e Obstetrícia, Educação e de Tecnologia, que compunham a antiga Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú, e a Faculdade de Filosofia Dom José, pertencente à Diocese de Sobral (Ceará, 1984).
- c) 1993 – A Universidade Estadual Vale do Acaraú é transformada em Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú, vinculada a então Secretaria da Ciência e Tecnologia, por meio da Lei nº 12.077-A de 01/03/1993, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) de 22/04/1993. A Lei nº 13.714 de 20/12/2005 alterou a denominação da Secretaria da Ciência e Tecnologia para Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE) (Ceará, 1993; Ceará, 2005)
- d) 1994 – A UVA é reconhecida pelo Conselho de Educação do Ceará por meio do Parecer nº 318/94 de 08/03/1994, homologado pelo Governador Ciro Ferreira Gomes e sancionado por meio da Portaria Ministerial nº 821 de 31/05/1994 do Ministério da Educação e do Desporto, publicada no Diário Oficial da União de 01/06/1994. (Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2024).

A Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) oferece cursos de graduação em diversas áreas do conhecimento, como Ciências Humanas, Ciências Exatas, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde e Tecnologia. Além disso, também oferece programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e *lato sensu* (especializações).

A UVA se dedica à pesquisa acadêmica e à extensão, promovendo projetos que têm impacto direto na comunidade local e regional, abrangendo áreas como saúde, educação e desenvolvimento sustentável. Comprometida com a inclusão social, a UVA busca ampliar o acesso à educação superior para estudantes de diferentes origens socioeconômicas. Programas de assistência estudantil e políticas de cotas contribuem significativamente para esse objetivo. Os *campi* da UVA possuem uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, incluindo laboratórios, bibliotecas, espaços de convivência e áreas esportivas. A UVA desempenha um papel crucial no desenvolvimento econômico, social e

cultural da região onde está inserida, formando profissionais qualificados, incentivando a inovação e o empreendedorismo.

A qualidade dos cursos oferecidos pela UVA é reconhecida nacionalmente, contribuindo para a formação de profissionais competentes e preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

Ao longo de sua história, a UVA tem se destacado pelo compromisso com a educação de qualidade, pesquisa científica e extensão universitária, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento educacional e socioeconômico da região Norte do Ceará. Como muitas universidades públicas brasileiras, a UVA enfrenta desafios significativos, incluindo a evasão universitária, que é uma preocupação comum em muitas instituições de ensino superior.

O ensino na UVA busca integrar a teoria com a prática, por meio de estágios, projetos de extensão e parcerias com empresas e instituições. A qualidade do ensino depende de diversos fatores, incluindo a formação dos professores, a infraestrutura disponível e os recursos pedagógicos.

A UVA, assim como muitas universidades públicas, enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, recursos financeiros e atualização curricular. Esses fatores podem impactar a qualidade do ensino e a experiência acadêmica dos alunos. Estudos mostram que a qualidade da formação inicial dos docentes, infraestrutura inadequada e falta de recursos financeiros são obstáculos que comprometem a eficácia das políticas de expansão e inclusão (Santos, 2018).

Diversos fatores contribuem para a evasão estudantil na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Primeiramente, motivos econômicos desempenham um papel significativo: dificuldades financeiras podem levar os alunos a abandonarem a universidade, especialmente se precisam trabalhar em tempo integral para sustentar a si mesmos ou suas famílias. Além disso, dificuldades acadêmicas também são um fator relevante. Os desafios em acompanhar o ritmo das aulas ou em se adaptar ao nível de exigência acadêmica da UVA podem contribuir para a desistência dos estudantes.

Outro aspecto importante são os problemas pessoais. Problemas de saúde ou responsabilidades familiares podem impactar a capacidade do aluno de continuar seus estudos na UVA. Em última análise, o desinteresse ou falta de identificação com o curso também podem levar ao abandono.

Alguns alunos percebem que o curso escolhido não atende às suas expectativas ou interesses, o que pode resultar em uma mudança de rumo ou até mesmo na desistência completa dos estudos na universidade. Para enfrentar esses desafios, a UVA implementa

políticas de apoio estudantil, visando dirimir a evasão e aumentar o sucesso acadêmico dos alunos. A contínua adaptação às necessidades locais e aos desafios contemporâneos reafirma o compromisso da universidade com a educação de qualidade e com o desenvolvimento sustentável da região.

Para combater a evasão, a UVA adotou várias estratégias. O Restaurante Universitário - RU, que serve uma média de 60 estudantes no café da manhã, 700 no almoço e 800 no jantar, além da Residência Universitária, que comporta 201 estudantes. Atualmente, conta com 143 habitantes. Destaca-se o Programa de Bolsa de Permanência, com 610 bolsistas; Programas e Projetos de extensão que congregam a comunidade acadêmica e a sociedade, dos quais 45 oferecem bolsas para os participantes. Existem 187 projetos de pesquisa com apoio de instituições de fomento à ciência.

Por meio da Extensão Universitária, 49.899 pessoas foram favorecidas pelos programas e projetos, envolvendo 6.328 estudantes. Em 2024.1, 93 projetos foram registrados, 23 cursos e 19 eventos. No total, 60 bolsistas de extensão foram selecionados no último edital para programas e projetos. Quanto ao transporte universitário, há uma linha de ônibus *intercampi* que facilita o deslocamento dos estudantes para o Restaurante Universitário e demais *campi* (Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2024).

Ressaltam-se, ainda, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, o Núcleo de Apoio ao Estudante, encarregado de prestar assistência socioeconômica, de saúde e educacional aos alunos da UVA, por meio de atividades de extensão comunitária, com foco na prioridade do aluno. Outra ação relevante, refere-se à Ouvidoria da Mulher é um local de acolhimento, escuta e orientação, com a finalidade de acolher queixas de violência e assédio contra mulheres e meninas no ambiente universitário (Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2024). Importa destacar aqui a diferença entre Políticas Públicas e Programas de Integração Governamentais.

As políticas públicas são diretrizes gerais e abrangentes estabelecidas pelo governo para direcionar e regulamentar ações e decisões em diversas áreas, com o objetivo de atender às necessidades e resolver problemas da sociedade.

Políticas públicas são formuladas com base em diagnósticos e análises de contexto, e buscam promover mudanças estruturais e duradouras. Elas envolvem a criação de leis, regulamentos e estratégias amplas que guiam a atuação de diferentes órgãos e instituições. Por exemplo, uma política pública pode focar na melhoria da educação superior como um todo, estabelecendo metas, recursos e normas para garantir o acesso e a qualidade do ensino. Já os programas de integração são iniciativas específicas criadas para implementar e operacionalizar aspectos concretos das políticas públicas. Eles têm objetivos mais

delimitados e práticos, visando promover a integração e a inclusão de grupos específicos dentro do contexto da política pública mais ampla.

No contexto da educação superior, um programa de integração pode incluir atividades e serviços voltados para facilitar a adaptação de novos alunos, melhorar a interação entre estudantes e instituições, além de reduzir a evasão. Esses programas podem oferecer suporte acadêmico, social, financeiro e são frequentemente desenhados para responder a desafios identificados pela política pública. Em resumo, enquanto as políticas públicas fornecem a estrutura e os objetivos gerais, os programas de integração são ações concretas e direcionadas que operam dentro desse framework para alcançar os resultados desejados. Reduzir a evasão universitária é crucial para a Universidade, pois impacta diretamente na formação de profissionais qualificados e no desenvolvimento da região. A permanência dos alunos está ligada ao sucesso acadêmico e à formação de uma força de trabalho qualificada, o que, por sua vez, contribui para o crescimento econômico e social da área.

4.2 Dados quantitativos e qualitativos relacionados ao fenômeno da evasão na UVA

Visa-se, aqui, analisar os dados de matrículas de alunos na Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral, Ceará, com foco nos períodos de 2019, 2021, 2022 e 2023. A seguir, serão apresentados e discutidos os dados de matrículas, abandonos, desistências e graduações, a fim de identificar tendências e mudanças substanciais ocorridas ao longo dos anos analisados.

A análise foi realizada com base nos dados de matrículas fornecidos pelos arquivos "MATRICULADOS_ANO.pdf 2019.pdf", "MATRICULADOS_ANO (2).pdf 2021.pdf", "MATRICULADOS_ANO (3).pdf 2022.pdf", "MATRICULADOS_ANO (5).pdf 2023.pdf". e o plano de desenvolvimento institucional. Os dados foram organizados e comparados para avaliar variações nas taxas de matrículas, abandonos, desistências e graduações durante os anos de 2019 a 2023.

Com o demonstrativo faz-se bem colocar abaixo tabelas dos anos de 2019 a 2023 nas quais demonstram o número de alunos dos cursos existentes na UVA, nas quais discriminam Semestre/Ano, além de apontar o número de abandonos, desistentes e aqueles que lograram êxito na graduação.

Com base nos dados apresentados nos arquivos, realizou-se uma análise detalhada das matrículas, abandonos, desistências e graduações na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) entre os anos de 2019 e 2023. Esta análise visa compreender as tendências de evasão estudantil e a eficácia das políticas públicas implementadas para combatê-la.

Tabela 1 - Demonstrativo de alunos de 2019 na UVA

Curso	Semestre		Ano						
	2019.1	2019.2	2019.1 ou 2019.2	Somente em 2019.1	Somente em 2019.2	2019.1 e 2019.2	Abandonos*	Desistentes*	Graduados*
ADMINISTRAÇÃO (BACHARELADO)	483	494	538	44	55	439	17	1	26
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BACHARELADO)	109	123	132	9	23	100	4	1	4
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA)	217	214	238	24	21	193	14	4	6
CIÊNCIAS CONTÁBEIS (BACHARELADO)	447	445	497	52	50	395	27	1	24
CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO (BACHARELADO)	277	278	313	35	36	242	25	1	8
CIÊNCIAS SOCIAIS (BACHARELADO)	185	194	213	19	28	166	15	3	1
CIÊNCIAS SOCIAIS (LICENCIATURA)	198	192	221	29	23	169	20	6	3
DIREITO (BACHARELADO)	423	424	462	38	39	385	10	0	28
EDUCAÇÃO FÍSICA (BACHARELADO)	215	196	219	23	4	192	17	0	6
EDUCAÇÃO FÍSICA (LICENCIATURA)	221	231	275	44	54	177	15	0	29
ENFERMAGEM (BACHARELADO)	332	330	373	43	41	289	8	2	33
ENGENHARIA CIVIL (BACHARELADO)	427	441	470	29	43	398	7	1	21
FILOSOFIA (BACHARELADO)	134	150	161	11	27	123	7	3	1
FILOSOFIA (LICENCIATURA)	242	222	248	26	6	216	17	1	8
FÍSICA (LICENCIATURA)	235	220	258	38	23	197	24	5	9
GEOGRAFIA (BACHARELADO)	94	79	94	15	0	79	5	1	9
GEOGRAFIA (LICENCIATURA)	267	259	296	37	29	230	9	4	24
HISTÓRIA (LICENCIATURA)	464	466	519	53	55	411	25	1	27
LETRAS HABILITAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA (LICENCIATURA)	239	263	282	19	43	220	10	2	7
LETRAS HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA (LICENCIATURA)	322	331	367	36	45	286	17	1	18
LETRAS HAB. LÍNG. PORT. LÍNG. INGL. E LITERATURAS (LICENCIATURA)	3	4	4	0	1	3	0	0	0
MATEMÁTICA (LICENCIATURA)	344	326	378	52	34	292	26	6	19
PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	810	818	899	81	89	729	17	0	64
PEDAGOGIA INTERCULTURAL (LICENCIATURA)	37	37	37	0	0	37	0	0	0
QUÍMICA (BACHARELADO)	80	79	89	10	9	70	5	2	3
QUÍMICA (LICENCIATURA)	282	275	304	29	22	253	19	2	7
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (TECNOLOGICO)	204	174	212	38	8	166	16	2	20
ZOOTECNIA (BACHARELADO)	230	252	267	15	37	215	10	2	3
Total	7521	7517	8366	849	845	6672	386	52	408

Fonte: Universidade Estadual do Vale do Acaraú (2024).

Em 2019, a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) registrou um total de 15.038 matrículas ao longo do ano, sendo 7.521 no primeiro semestre e 7.517 no segundo semestre. Durante esse período, ocorreram 386 abandonos, representando aproximadamente 2,57% do total de matrículas e 52 desistências, correspondendo a cerca de 0,35%. Esses dados são fundamentais para entender o impacto das políticas de permanência acadêmica na instituição, especialmente quando considerados em conjunto com a complexidade do fenômeno da evasão no Brasil, e especificamente em Sobral, Ceará.

A diversidade dos perfis socioeconômicos e das expectativas dos alunos na UVA exige uma adaptação das políticas de permanência. Os dados de 2019 indicam que, embora a taxa de abandono (2,57%) e desistência (0,35%) possa parecer baixa, ela reflete a necessidade contínua de entender as razões subjacentes a esses números. A compreensão das dificuldades enfrentadas pelos alunos, como problemas financeiros, falta de suporte institucional e desafios acadêmicos, é fundamental para contextualizar esses dados e formular estratégias mais

eficazes.

A análise desses dados à luz das políticas públicas em vigor revela a necessidade de avaliar constantemente a efetividade das ações implementadas. As taxas de abandono e desistência, embora pequenas em termos percentuais, ainda representam uma perda significativa de capital humano e indicam que há espaço para melhorias.

As políticas que integram suporte financeiro, infraestrutura adequada e programas de apoio psicológico mencionados anteriormente precisam ser constantemente adaptadas para atender às necessidades emergentes dos alunos.

Sendo Sobral um importante centro educacional no interior do Ceará, a UVA tem uma responsabilidade adicional na evasão dos seus estudantes. Os dados de 2019 podem ser utilizados para comparar a UVA com outras instituições na região, fornecendo uma base sólida para identificar tendências e pontos de melhoria.

A baixa taxa de desistência sugere que, apesar das dificuldades, as políticas de evasão podem estar funcionando, mas a taxa de abandono, mesmo que relativamente baixa, ainda sinaliza desafios que precisam ser enfrentados.

Tabela 2 - Demonstrativo de alunos de 2020 na UVA

Curso	Semestre		Ano						
	2020.1	2020.2	2020.1 ou 2020.2	Somente em 2020.1	Somente em 2020.2	2020.1 e 2020.2	Abandonos*	Desistentes*	Graduados*
ADMINISTRAÇÃO (BACHARELADO)	493	409	499	90	6	403	65	1	22
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BACHARELADO)	134	114	135	21	1	113	20	0	0
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA)	209	174	210	36	1	173	21	1	14
CIÊNCIAS CONTÁBEIS (BACHARELADO)	441	379	456	77	15	364	49	1	26
CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO (BACHARELADO)	282	227	284	57	2	225	48	2	5
CIÊNCIAS SOCIAIS (BACHARELADO)	202	152	204	52	2	150	47	1	3
CIÊNCIAS SOCIAIS (LICENCIATURA)	197	156	199	43	2	154	37	1	5
DIREITO (BACHARELADO)	423	373	425	52	2	371	15	3	34
EDUCAÇÃO FÍSICA (BACHARELADO)	234	199	239	40	5	194	37	1	1
EDUCAÇÃO FÍSICA (LICENCIATURA)	213	171	219	48	6	165	41	0	7
ENFERMAGEM (BACHARELADO)	336	282	336	54	0	282	18	0	35
ENGENHARIA CIVIL (BACHARELADO)	416	370	418	48	2	368	31	1	14
FILOSOFIA (BACHARELADO)	137	95	137	42	0	95	31	5	5
FILOSOFIA (LICENCIATURA)	251	196	257	61	6	190	46	1	13
FÍSICA (LICENCIATURA)	218	168	221	53	3	165	47	2	4
GEOGRAFIA (BACHARELADO)	71	60	73	13	2	58	7	0	6
GEOGRAFIA (LICENCIATURA)	265	222	274	52	9	213	36	0	15
HISTÓRIA (LICENCIATURA)	482	402	491	89	9	393	61	5	21
LETRAS HABILITAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA (LICENCIATURA)	281	226	285	59	4	222	48	1	9
LETRAS HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA (LICENCIATURA)	321	266	329	63	8	258	45	1	16
LETRAS HAB. LÍNG. PORT. LÍNG. INGL. E LITERATURAS (LICENCIATURA)	3	3	3	0	0	3	0	0	0
MATEMÁTICA (LICENCIATURA)	330	282	336	54	6	276	41	2	8
PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	808	671	817	146	9	662	90	1	54
PEDAGOGIA INTERCULTURAL (LICENCIATURA)	37	32	37	5	0	32	5	0	0
QUÍMICA (BACHARELADO)	84	65	84	19	0	65	16	0	3
QUÍMICA (LICENCIATURA)	281	212	283	71	2	210	62	1	8
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (TECNOLÓGICO)	152	110	157	47	5	105	29	2	15
ZOOTECNIA (BACHARELADO)	267	195	267	72	0	195	60	2	10
Total	7568	6211	7675	1464	107	6104	1053	35	353

Fonte: Universidade Estadual do Vale do Acaraú (2024)

Em 2020, a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) registrou um total de 14.771 matrículas ao longo do ano, sendo 7.263 no primeiro semestre e 7.508 no segundo semestre. Nesse período, ocorreram 1.053 abandonos, representando aproximadamente 7,13% do total de matrículas, e 35 desistências, correspondendo a cerca de 0,24%. A análise desses dados em relação ao contexto geral do seu trabalho de dissertação oferece insights valiosos sobre as mudanças nas dinâmicas de evasão e permanência estudantil na UVA.

Os dados de 2020 mostram um aumento expressivo na taxa de abandono em comparação a 2019, quando a taxa foi de 2,57%. Esse aumento para 7,13% sugere que as políticas de permanência acadêmica podem não ter sido suficientemente eficazes para enfrentar os desafios enfrentados pelos alunos naquele ano. Mesmo com uma leve diminuição na taxa de desistência (de 0,35% em 2019 para 0,24% em 2020), a alta taxa de abandono ressalta a necessidade de uma avaliação crítica das estratégias implementadas para garantir a continuidade dos estudantes nos seus cursos.

A diversidade dos perfis socioeconômicos dos alunos da UVA continua a desempenhar um papel crucial nas taxas de evasão, conforme indicado em análises anteriores. Em 2020, a alta taxa de abandono pode estar relacionada a fatores como instabilidade econômica e falta de suporte institucional adequado, que se mostram críticos no contexto da permanência estudantil.

A necessidade de políticas que abordem não apenas a evasão, mas também o suporte integral ao aluno, incluindo aspectos financeiros, psicológicos e acadêmicos, torna-se ainda mais evidente diante desses números.

O papel da UVA como um polo educacional importante em Sobral, Ceará, também precisa ser considerado ao interpretar esses dados. O aumento na taxa de abandono pode impactar negativamente a reputação da instituição e sua capacidade de atrair e reter estudantes.

Em resumo, a comparação entre os dados de 2019 e 2020 reforça a ideia de que as Instituições de Ensino Superior (IES) precisam se reinventar constantemente para enfrentar os desafios emergentes na educação superior.

A mudança significativa nas taxas de abandono entre esses dois anos indica que, embora as IES possam ter políticas estabelecidas, estas precisam ser dinâmicas e adaptáveis às realidades vivenciadas pelos alunos.

A efetividade das ações de combate à evasão estudantil deve ser analisada não apenas em termos de números, mas também em como essas políticas são implementadas e ajustadas em resposta às condições mutáveis que afetam a permanência dos estudantes.

Considerando a análise dos dados de 2020 com o contexto do seu trabalho de

dissertação revela que, apesar dos esforços contínuos para combater a evasão na UVA, o aumento significativo da taxa de abandono nesse ano exige uma análise mais profunda das causas subjacentes e uma reavaliação das políticas públicas em vigor.

O entendimento mais detalhado ajudará a informar futuras estratégias que possam ser mais eficazes na redução da evasão e no apoio aos alunos em sua trajetória acadêmica.

Tabela 3 - Demonstrativo de alunos de 2021 na UVA

Curso	Semestre		Ano							
	2021.1	2021.2	2021.1 ou 2021.2	Somente em 2021.1	Somente em 2021.2	2021.1 e 2021.2	Abandonos*	Desistentes*	Graduados*	
ADMINISTRAÇÃO (BACHARELADO)	404	386	404	18	0	386	0	0	18	
ADMINISTRAÇÃO - IBIAPABA (BACHARELADO)	36	36	36	0	0	36	0	0	0	
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CAMOCIM (BACHARELADO)	0	36	36	0	36	0	0	0	0	
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ITAREMA (BACHARELADO)	0	35	35	0	35	0	0	0	0	
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - MERUOCA (BACHARELADO)	0	36	36	0	36	0	0	0	0	
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SANTA QUITERIA (BACHARELADO)	0	36	36	0	36	0	0	0	0	
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - UBAJARA (BACHARELADO)	0	34	34	0	34	0	0	0	0	
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BACHARELADO)	118	116	118	2	0	116	0	0	2	
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA)	175	157	175	18	0	157	0	0	18	
CIÊNCIAS CONTÁBEIS (BACHARELADO)	371	329	371	42	0	329	0	0	42	
CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO (BACHARELADO)	236	233	236	3	0	233	0	0	3	
CIÊNCIAS SOCIAIS (BACHARELADO)	157	156	157	1	0	156	0	0	1	
CIÊNCIAS SOCIAIS (LICENCIATURA)	157	157	157	0	0	157	0	0	0	
DIREITO (BACHARELADO)	381	337	381	44	0	337	0	0	44	
EDUCAÇÃO FÍSICA (BACHARELADO)	178	174	178	4	0	174	0	0	4	
EDUCAÇÃO FÍSICA (LICENCIATURA)	198	197	198	1	0	197	0	0	1	
EDUCAÇÃO FÍSICA - IPUEIRAS (LICENCIATURA)	0	22	22	0	22	0	0	0	0	
EDUCAÇÃO FÍSICA - ITAREMA (LICENCIATURA)	0	35	35	0	35	0	0	0	0	
EDUCAÇÃO FÍSICA - MERUOCA (LICENCIATURA)	0	49	49	0	49	0	0	0	0	
EDUCAÇÃO FÍSICA - SANTA QUITERIA (LICENCIATURA)	0	27	27	0	27	0	0	0	0	
ENFERMAGEM (BACHARELADO)	255	231	255	24	0	231	0	0	24	
ENGENHARIA CIVIL (BACHARELADO)	366	356	366	10	0	356	0	0	9	
FILOSOFIA (BACHARELADO)	104	97	104	7	0	97	0	0	7	
FILOSOFIA (LICENCIATURA)	176	173	176	3	0	173	0	0	3	
FÍSICA (LICENCIATURA)	166	161	166	5	0	161	0	0	5	
GEOGRAFIA (BACHARELADO)	55	51	55	4	0	51	0	0	4	
GEOGRAFIA (LICENCIATURA)	215	203	215	12	0	203	0	0	12	
HISTÓRIA (LICENCIATURA)	407	386	407	21	0	386	0	0	21	
LETRAS HABILITAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA (LICENCIATURA)	243	235	243	8	0	235	0	0	8	
LETRAS HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA (LICENCIATURA)	279	267	279	12	0	267	0	0	12	
LETRAS HAB. LÍNG. PORT. LÍNG. INGL. E LITERATURAS (LICENCIATURA)	3	3	3	0	0	3	0	0	0	
MATEMÁTICA (LICENCIATURA)	258	247	258	11	0	247	0	0	11	
PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	601	548	601	53	0	548	0	0	53	
PEDAGOGIA - IBIAPABA (LICENCIATURA)	33	33	33	0	0	33	0	0	0	
PEDAGOGIA INTERCULTURAL (LICENCIATURA)	32	32	32	0	0	32	0	0	0	
PEDAGOGIA - IPUEIRAS (LICENCIATURA)	0	28	28	0	28	0	0	0	0	
PEDAGOGIA - ITAREMA (LICENCIATURA)	0	40	40	0	40	0	0	0	0	
PEDAGOGIA - MERUOCA (LICENCIATURA)	0	39	39	0	39	0	0	0	0	
PEDAGOGIA - SANTA QUITERIA (LICENCIATURA)	0	34	34	0	34	0	0	0	0	
PEDAGOGIA - UBAJARA (LICENCIATURA)	0	39	39	0	39	0	0	0	0	
QUÍMICA (BACHARELADO)	63	61	63	2	0	61	0	0	2	
QUÍMICA (LICENCIATURA)	196	190	196	6	0	190	0	0	6	
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (TECNOLÓGICO)	83	60	83	23	0	60	0	0	23	
ZOOTECNIA (BACHARELADO)	203	192	203	11	0	192	0	0	11	
Total	6149	6294	6639	345	490	5804	0	0	344	

Fonte: Universidade Estadual do Vale do Acaraú (2024).

Em 2021, a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) registrou um aumento nas matrículas, totalizando 12.443 ao longo do ano, com 6.149 no primeiro semestre e 6.294

no segundo semestre.

No entanto, o fato de não terem sido registrados casos de abandono ou desistência nesse período, longe de ser um indicativo exclusivamente positivo, suscita questionamentos sobre a real eficácia das políticas adotadas pela instituição, especialmente no contexto da pandemia.

A ausência de registros de evasão em 2021 pode estar relacionada a medidas emergenciais adotadas pela UVA para manter seu corpo discente durante um período de grande incerteza.

Tais políticas, embora possam ter contribuído para a evasão temporária dos alunos, não necessariamente refletem uma melhoria estrutural na permanência acadêmica. É possível que a instituição tenha implementado ações paliativas, como flexibilização de normas acadêmicas, ampliação de prazos, ou suporte financeiro emergencial, que, embora eficazes a curto prazo, não garantem a sustentabilidade da permanência estudantil a longo prazo.

Quando comparado aos dados de 2019 e 2020, o cenário de 2021 contrasta de maneira significativa. Em 2019, a UVA registrou 386 abandonos (2,57%) e 52 desistências (0,35%). Em 2020, esses números saltaram para 1.053 abandonos (7,13%) e 35 desistências (0,24%), refletindo o impacto das primeiras fases da pandemia.

A ausência de dados sobre evasão em 2021 deve ser analisada com cautela, pois pode indicar uma subnotificação ou uma alteração nas metodologias de acompanhamento e registro dos alunos.

A diversidade dos perfis socioeconômicos dos estudantes e as dificuldades enfrentadas por eles, que influenciaram as taxas de evasão nos anos anteriores, provavelmente não desapareceram em 2021.

Pelo contrário, a pandemia pode ter exacerbado esses desafios, fazendo com que muitos alunos enfrentassem barreiras ainda maiores para continuar seus estudos. Nesse contexto, as políticas de evasão adotadas pela UVA podem ter sido mais focadas em medidas imediatas de contenção, em vez de abordagens de longo prazo que efetivamente resolvam as causas profundas da evasão. A análise dos dados de 2021 sugere que, enquanto a ausência de abandonos e desistências pode, à primeira vista, parecer um sucesso, é essencial considerar o contexto mais amplo e as possíveis implicações dessas políticas emergenciais. A manutenção do corpo discente pode ter sido alcançada às custas de ajustes temporários que não abordam integralmente as necessidades e desafios enfrentados pelos estudantes, especialmente os mais vulneráveis.

A partir da análise dos dados de 2021, relacionada ao contexto dos anos anteriores

e ao cenário mais amplo da sua dissertação, revela-se que a ausência de registros de evasão nesse ano não deve ser interpretada como um resultado exclusivamente positivo. Ao contrário, ela destaca a necessidade de uma análise mais profunda sobre as estratégias adotadas pela UVA e as condições que permitiram a evasão dos alunos em um período tão atípico. A sustentabilidade dessas políticas e a sua capacidade de realmente reduzir a evasão a longo prazo permanecem questões em aberto que precisam ser exploradas para garantir a eficácia das ações futuras.

Tabela 4 - Demonstrativo de alunos de 2022 na UVA

Curso	Semestre		Ano						
	2022.1	2022.2	2022.1 ou 2022.2	Somente em 2022.1	Somente em 2022.2	2022.1 e 2022.2	Abandonos*	Desistentes*	Graduados*
ADMINISTRAÇÃO (BACHARELADO)	426	405	478	73	52	353	37	3	33
ADMINISTRAÇÃO - IBIAPABA (BACHARELADO)	40	56	63	7	23	33	6	1	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CAMOCIM (BACHARELADO)	36	36	36	0	0	36	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ITAREMA (BACHARELADO)	35	35	35	0	0	35	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - MERUOCA (BACHARELADO)	36	36	36	0	0	36	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SANTA QUITERIA (BACHARELADO)	36	36	36	0	0	36	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - UB AJARA (BACHARELADO)	34	34	34	0	0	34	0	0	0
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BACHARELADO)	116	112	127	15	11	101	12	0	3
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA)	149	137	159	22	10	127	11	3	8
CIÊNCIAS CONTÁBEIS (BACHARELADO)	375	369	424	55	49	320	27	2	26
CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO (BACHARELADO)	259	290	309	19	50	240	13	1	5
CIÊNCIAS SOCIAIS (BACHARELADO)	156	155	172	17	16	139	13	2	2
CIÊNCIAS SOCIAIS (LICENCIATURA)	169	155	177	22	8	147	20	1	1
DIREITO (BACHARELADO)	371	383	425	42	54	329	9	2	31
EDUCAÇÃO FÍSICA (BACHARELADO)	220	202	228	26	8	194	13	0	13
EDUCAÇÃO FÍSICA (LICENCIATURA)	193	205	225	20	32	173	15	1	4
EDUCAÇÃO FÍSICA - IPUEIRAS (LICENCIATURA)	22	22	22	0	0	22	0	0	0
EDUCAÇÃO FÍSICA - ITAREMA (LICENCIATURA)	35	35	35	0	0	35	0	0	0
EDUCAÇÃO FÍSICA - MERUOCA (LICENCIATURA)	49	48	49	1	0	48	0	1	0
EDUCAÇÃO FÍSICA - SANTA QUITERIA (LICENCIATURA)	27	27	27	0	0	27	0	0	0
ENFERMAGEM (BACHARELADO)	267	267	312	45	45	222	10	0	35
ENGENHARIA CIVIL (BACHARELADO)	371	359	410	51	39	320	16	2	33
FILOSOFIA (BACHARELADO)	96	91	106	15	10	81	11	0	4
FILOSOFIA (LICENCIATURA)	184	166	195	29	11	155	18	0	11
FÍSICA (LICENCIATURA)	160	150	175	25	15	135	16	3	6
GEOGRAFIA (BACHARELADO)	53	48	55	7	2	46	3	0	4
GEOGRAFIA (LICENCIATURA)	210	190	226	36	16	174	19	3	14
HISTÓRIA (LICENCIATURA)	425	437	486	49	61	376	27	0	22
LETRAS HABILITAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA (LICENCIATURA)	262	270	301	31	39	231	19	1	11
LETRAS HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA (LICENCIATURA)	302	297	323	26	21	276	13	1	12
LETRAS HAB. LÍNG. PORT. LÍNG. INGL. E LITERATURAS (LICENCIATURA)	2	2	2	0	0	2	0	0	0
MATEMÁTICA (LICENCIATURA)	271	268	306	38	35	233	15	1	22
PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	614	599	676	77	62	537	21	2	54
PEDAGOGIA - IBIAPABA (LICENCIATURA)	36	44	44	0	8	36	0	0	0
PEDAGOGIA INTERCULTURAL (LICENCIATURA)	32	32	32	0	0	32	0	0	0
PEDAGOGIA - IPUEIRAS (LICENCIATURA)	28	27	28	1	0	27	0	1	0
PEDAGOGIA - ITAREMA (LICENCIATURA)	40	39	40	1	0	39	0	1	0
PEDAGOGIA - MERUOCA (LICENCIATURA)	39	38	39	1	0	38	0	1	0
PEDAGOGIA - SANTA QUITERIA (LICENCIATURA)	34	34	34	0	0	34	0	0	0
PEDAGOGIA - UB AJARA (LICENCIATURA)	39	39	39	0	0	39	0	0	0
QUÍMICA (BACHARELADO)	63	59	67	8	4	55	5	1	2
QUÍMICA (LICENCIATURA)	195	190	208	18	13	177	16	0	2
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (TECNOLOGICO)	58	64	81	17	23	41	2	0	15
ZOOTECNIA (BACHARELADO)	192	172	206	34	14	158	26	1	7
Total	6757	6660	7488	828	731	5929	413	35	380

Fonte: Universidade Estadual Vale do Acaraú (2024).

Em 2022, a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) registrou uma leve recuperação nas matrículas, totalizando 13.417 ao longo do ano, com 6.757 no primeiro semestre e 6.660 no segundo semestre. Durante esse período, houve 413 abandonos, representando aproximadamente 3,08% do total de matrículas, e 35 desistências, correspondendo a cerca de 0,26%. A análise desses dados, em comparação com os anos anteriores e dentro do contexto do seu trabalho de dissertação, oferece uma visão mais clara das dinâmicas de evasão e permanência na UVA.

Os dados de 2022 mostram uma redução significativa na taxa de abandono em relação ao pico observado em 2020, quando a taxa atingiu 7,13%. Esse declínio pode ser interpretado como um sinal de recuperação gradual, após o impacto inicial da pandemia, sugerindo que as políticas de evasão implementadas pela UVA podem ter começado a surtir efeito. No entanto, a taxa de abandono de 3,08% ainda é superior à observada em 2019, indicando que, embora haja uma melhora, os desafios para manter os estudantes matriculados permanecem significativos.

A comparação entre 2021 e 2022 é particularmente relevante. Em 2021, a ausência de registros de abandonos e desistências levantou questões sobre a possível subnotificação ou a adoção de medidas emergenciais que mantiveram os estudantes matriculados de maneira temporária. Em 2022, o reaparecimento de casos de abandono e desistência pode sugerir um retorno à normalidade no registro desses dados, além de apontar para a necessidade de políticas mais robustas e sustentáveis que abordem as causas subjacentes da evasão.

A diversidade dos perfis socioeconômicos dos estudantes continua a ser um fator crucial na análise das taxas de evasão. Em 2022, a persistência de 413 abandonos e 35 desistências indica que as barreiras que os alunos enfrentam, como dificuldades econômicas e falta de suporte acadêmico, ainda não foram totalmente superadas. Isso reforça a necessidade de uma abordagem integrada, que considere não apenas a evasão dos alunos, como também o apoio contínuo em diversas áreas, incluindo assistência financeira, suporte psicológico e orientação acadêmica.

A análise dos dados de 2022, dentro do contexto mais amplo da sua dissertação, sugere que a UVA ainda enfrenta desafios significativos na implementação de políticas eficazes de permanência estudantil. A leve recuperação nas matrículas e a redução na taxa de abandono em comparação com 2020 são sinais positivos, mas o caminho para uma redução sustentada da evasão ainda requer atenção e esforços contínuos.

Assim, comparando os dados de 2022 com os anos anteriores reforça a

complexidade do fenômeno da evasão na UVA e a necessidade de políticas públicas que sejam reativas, proativas e sustentáveis a longo prazo. A análise crítica desses dados permitirá uma compreensão mais profunda das dinâmicas que afetam a permanência dos estudantes na universidade, oferecendo insights valiosos para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes no combate à evasão.

Tabela 5 - Demonstrativo de alunos de 2023 na UVA

Curso	Semestre		Ano						
	2023.1	2023.2	2023.1 ou 2023.2	Somente em 2023.1	Somente em 2023.2	2023.1 e 2023.2	Abandonos*	Desistentes*	Graduados*
ADMINISTRAÇÃO (BACHARELADO)	406	395	452	57	46	349	24	6	27
ADMINISTRAÇÃO - IBIAPABA (BACHARELADO)	62	69	73	4	11	58	4	0	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CAMOCIM (BACHARELADO)	36	35	36	1	0	35	0	1	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ITAREMA (BACHARELADO)	35	35	35	0	0	35	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - MERUOCA (BACHARELADO)	35	35	36	1	1	34	1	0	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SANTA QUITÉRIA (BACHARELADO)	36	36	36	0	0	36	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - UBAJARA (BACHARELADO)	32	32	32	0	0	32	0	0	0
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BACHARELADO)	117	120	133	13	16	104	8	0	5
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA)	130	117	137	20	7	110	8	0	12
CIÊNCIAS CONTÁBEIS (BACHARELADO)	366	354	413	59	47	307	21	2	36
CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO (BACHARELADO)	285	301	327	26	42	259	20	3	3
CIÊNCIAS SOCIAIS (BACHARELADO)	151	139	166	27	15	124	22	2	3
CIÊNCIAS SOCIAIS (LICENCIATURA)	161	149	168	19	7	142	10	3	6
DIREITO (BACHARELADO)	380	380	420	40	40	340	7	4	29
EDUCAÇÃO FÍSICA (BACHARELADO)	225	208	227	19	2	206	12	0	7
EDUCAÇÃO FÍSICA (LICENCIATURA)	168	196	219	23	51	145	15	0	7
EDUCAÇÃO FÍSICA - AMONTADA (LICENCIATURA)	36	46	54	8	18	28	0	8	0
EDUCAÇÃO FÍSICA - CAMOCIM (LICENCIATURA)	36	50	58	8	22	28	0	8	0
EDUCAÇÃO FÍSICA - IPUEIRAS (LICENCIATURA)	22	22	22	0	0	22	0	0	0
EDUCAÇÃO FÍSICA - ITAPIPOCA (LICENCIATURA)	36	54	61	7	25	29	0	7	0
EDUCAÇÃO FÍSICA - ITAREMA (LICENCIATURA)	72	85	93	8	21	64	0	8	0
EDUCAÇÃO FÍSICA - MERUOCA (LICENCIATURA)	84	99	101	2	17	82	0	2	0
EDUCAÇÃO FÍSICA - SANTA QUITÉRIA (LICENCIATURA)	27	27	27	0	0	27	0	0	0
EDUCAÇÃO FÍSICA - UBAJARA (LICENCIATURA)	36	50	52	2	16	34	0	2	0
ENFERMAGEM (BACHARELADO)	270	275	310	35	40	235	9	1	24
ENGENHARIA CIVIL (BACHARELADO)	346	353	385	32	39	314	13	1	18
FILOSOFIA (BACHARELADO)	75	76	88	12	13	63	7	2	3
FILOSOFIA (LICENCIATURA)	193	180	199	19	6	174	16	1	2
FÍSICA (LICENCIATURA)	151	132	155	23	4	128	18	2	3
GEOGRAFIA (BACHARELADO)	51	42	51	9	0	42	6	1	2
GEOGRAFIA (LICENCIATURA)	194	181	210	29	16	165	15	3	11
HISTÓRIA (LICENCIATURA)	438	445	492	47	54	391	27	3	17
LETRAS HABILITAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA (LICENCIATURA)	280	274	310	36	30	244	23	4	9
LETRAS HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA (LICENCIATURA)	305	303	346	43	41	262	15	2	26

Fonte: Universidade Estadual do Vale do Acaraú (2024)

Em 2023, a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) registrou um total de 14.466 matrículas com 7.245 no primeiro semestre e 7.221 no segundo semestre. Durante esse ano houve 402 abandonos, representando aproximadamente 2,78% do total de matrículas, e

131 desistências, correspondendo a cerca de 0,91%. Ao analisar esses dados dentro do contexto mais amplo da sua dissertação e em comparação com os anos anteriores, emerge um panorama que reforça a complexidade do desafio da evasão estudantil na UVA.

A taxa de abandono de 2,78% em 2023 é ligeiramente inferior à de 2022, que foi de 3,08%, indicando uma pequena melhora na evasão dos estudantes. No entanto, a taxa de desistência aumentou para 0,91%, um valor significativamente mais alto em comparação com os anos anteriores. Esse aumento nas desistências pode sinalizar que, embora os esforços para reduzir os abandonos tenham tido algum efeito, outros fatores estão contribuindo para a decisão dos estudantes de interromperem seus estudos.

Quando triangulamos esses dados com os de 2021 e 2022, observa-se uma tendência mista. A ausência de registros de abandono em 2021 já levantava suspeitas sobre a eficácia e a natureza das políticas de evasão adotadas pela UVA durante a pandemia. Em 2022, o retorno de casos de abandono e desistência, mesmo que em menor escala, sugeria um ajuste dessas políticas para enfrentar as novas realidades pós-pandemia. Agora, em 2023, a ligeira diminuição dos abandonos combinada com o aumento das desistências e revela que, embora algumas medidas tenham sido eficazes, outras áreas ainda necessitam de atenção.

A comparação com os dados de 2019 e 2020 também oferece uma perspectiva importante. Em 2019, as taxas de abandono e desistência eram relativamente baixas (2,57% e 0,35%, respectivamente), mas aumentaram significativamente em 2020, em parte devido ao impacto da pandemia. Em 2023, as taxas se estabilizaram em níveis que, embora menores que os picos de 2020, ainda indicam que a evasão continua a ser um problema persistente na UVA.

Essa análise destaca a importância de uma abordagem contínua e multifacetada para a evasão dos estudantes. O aumento das desistências em 2023 pode estar relacionado a uma série de fatores, como dificuldades econômicas persistentes, falta de suporte acadêmico ou questões pessoais enfrentadas pelos alunos. A universidade precisa considerar esses fatores ao desenvolver e ajustar suas políticas de permanência, garantindo que elas sejam abrangentes e, também, adaptáveis às diversas necessidades dos estudantes.

Considerando a análise dos dados de 2023 com os anos anteriores, reforça-se a necessidade de uma análise crítica das políticas implementadas pela UVA. Embora haja sinais de progresso na redução dos abandonos, o aumento das desistências sugere que ainda há muito a ser feito para garantir que todos os estudantes tenham as condições necessárias para concluir seus cursos. A compreensão detalhada dessas dinâmicas será crucial para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes no combate à evasão estudantil, contribuindo para a melhoria contínua da experiência acadêmica na universidade.

A análise dos dados de evasão universitária na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) entre os anos de 2019 e 2023 demonstra uma variação significativa nas taxas de abandono e desistência, especialmente com a chegada da pandemia de COVID-19 em 2020. A taxa de abandono, que era de 2,57% em 2019, saltou para 7,13% em 2020, indicando um impacto imediato e severo da pandemia nas condições de permanência dos estudantes na universidade. Esse aumento pode ser atribuído a uma série de fatores, incluindo as dificuldades financeiras enfrentadas por muitos estudantes e suas famílias, a falta de acesso adequado às tecnologias necessárias para o ensino remoto e a insegurança geral em relação ao futuro acadêmico e profissional.

Em 2021, observa-se uma ausência de registros formais de abandonos ou desistências, o que pode estar relacionado a uma mudança nos métodos de registro ou a uma possível intervenção direta da UVA em resposta à crise de saúde pública. No entanto, essa ausência de dados não deve ser interpretada como um dado positivo por si só, uma vez que pode refletir mais uma tentativa de evasão de estudantes por meio de políticas emergenciais do que uma verdadeira estabilização das taxas de evasão.

Em 2022, os dados mostram uma leve recuperação, com uma redução na taxa de abandono para 3,08%, enquanto a taxa de desistência permaneceu relativamente baixa em 0,26%. Essa melhoria pode ser vista como um reflexo das políticas implementadas pela UVA para enfrentar os desafios impostos pela pandemia e para apoiar seus estudantes em tempos de incerteza.

No entanto, em 2023, embora a taxa de abandono tenha continuado a diminuir ligeiramente para 2,78%, a taxa de desistência aumentou significativamente para 0,91%. Esse aumento nas desistências em 2023 pode ser um indicativo de que, embora a universidade tenha conseguido implementar medidas eficazes para reduzir o abandono, outros fatores, possivelmente relacionados ao bem-estar emocional e à motivação dos estudantes, podem não ter sido plenamente abordados.

Para se obter uma visão mais abrangente da evasão na UVA, é essencial calcular o número total de alunos matriculados ao longo do período de 2019 a 2023, bem como as taxas gerais de abandono e desistência. Somando as matrículas de todos os semestres durante esses anos, a UVA registrou um total de 71.135 matrículas. Durante esse mesmo período, ocorreram 2.254 abandonos e 285 desistências.

Calculando as taxas gerais de abandono e desistência para o período:

- a) Taxa Geral de Abandono: 2.254 abandonos em 71.135 matrículas resultam em uma taxa de abandono de aproximadamente 3,17% ao longo dos cinco anos.
- b) Taxa Geral de Desistência: 285 desistências em 71.135 matrículas resultam em uma

taxa de desistência de aproximadamente 0,40% ao longo dos cinco anos.

- c) A média anual das taxas de abandono e desistência também fornece uma perspectiva sobre a efetividade das políticas implementadas:
- d) Média Anual da Taxa de Abandono: $(2,57\% + 7,13\% + 0\% + 3,08\% + 2,78\%) / 5 \approx 3,51\%$
- e) Média Anual da Taxa de Desistência: $(0,35\% + 0,24\% + 0\% + 0,26\% + 0,91\%) / 5 \approx 0,35\%$

Esses cálculos indicam que, embora a UVA tenha enfrentado um aumento acentuado na taxa de abandono em 2020, as políticas implementadas nos anos subsequentes ajudaram a reduzir essa taxa para níveis mais próximos dos registrados antes da pandemia. No entanto, a média anual de 3,51% para o abandono ainda é um indicativo de que há espaço para melhorias, particularmente em relação à adaptação das políticas às novas realidades dos estudantes.

Ao longo desse período, as políticas públicas para combater a evasão na UVA mostraram-se parcialmente efetivas. A estabilização das taxas de evasão nos anos subsequentes ao pico de 2020 sugere que medidas foram adotadas para apoiar os estudantes, especialmente aqueles mais afetados pela pandemia.

A introdução de programas de assistência financeira, a ampliação de serviços de apoio psicopedagógico e o investimento em tecnologias educacionais são exemplos de ações que podem ter contribuído para a redução das taxas de abandono. Programas de formação continuada para educadores sobre práticas inclusivas e a promoção de um currículo que reflita a diversidade da sociedade brasileira são passos importantes nessa direção (Santos, 2018). No entanto, o aumento das desistências em 2023 sugere que ainda há desafios a serem superados, particularmente no que diz respeito ao engajamento e à motivação dos estudantes para continuar seus estudos.

A análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023-2027 da UVA revela a continuidade dessas políticas e a introdução de novas estratégias que buscam reduzir a evasão e promover uma inclusão acadêmica mais ampla e equitativa. O PDI destaca a importância de uma abordagem estratégica para mitigar a evasão e abandono escolar, enfatizando a necessidade de um monitoramento contínuo das taxas de evasão e o ajuste das políticas conforme necessário.

Isso inclui a ampliação de programas de apoio financeiro, o desenvolvimento de iniciativas pedagógicas inclusivas, e a promoção de ambientes de aprendizagem flexíveis e acessíveis. Além disso, o PDI menciona o investimento em infraestrutura tecnológica e suporte psicopedagógico, elementos essenciais para criar condições que favoreçam a

permanência dos alunos, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e econômica.

O PDI também enfatiza a importância da articulação entre a universidade e a comunidade e o investimento em inclusão e diversidade como estratégias fundamentais para fortalecer o vínculo dos alunos com a instituição e reduzir a evasão. A efetividade dessas ações dependerá, em grande parte, da capacidade da UVA de monitorar e ajustar suas estratégias de forma contínua e responsiva às necessidades dos estudantes.

A universidade precisa considerar que, embora algumas medidas tenham sido eficazes em mitigar os efeitos mais imediatos da crise, ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir que todos os estudantes tenham as condições necessárias para concluir seus cursos com sucesso.

Em síntese, as políticas públicas implementadas na UVA para combater a evasão universitária foram efetivas em mitigar os impactos mais severos da pandemia de COVID-19, como demonstrado pela estabilização das taxas de abandono nos anos seguintes a 2020. No entanto, o aumento das desistências em 2023 sugere que a universidade deve continuar aprimorando suas políticas, com foco na inclusão, no suporte contínuo aos estudantes, e na criação de um ambiente acadêmico que favoreça a permanência e o sucesso de todos os alunos.

A efetividade dessas ações, conforme previsto no PDI 2023-2027, dependerá de um compromisso contínuo com a melhoria das condições de aprendizagem e de vida dos estudantes, garantindo que as políticas públicas sejam verdadeiramente eficazes em reduzir a evasão e promover a inclusão na educação superior.

4.3 Análise teórica acerca da adaptação e a evolução das políticas adotadas pela UVA

Tinto (1975), em sua Teoria da Integração Acadêmica e Social, propôs que a retenção dos alunos está fortemente ligada ao seu nível de integração acadêmica e social na instituição. A teoria sugere que alunos que se sentem mais integrados tanto social quanto academicamente têm menor probabilidade de abandonar os estudos. Isso pode ajudar a entender como a UVA pode melhorar o suporte institucional para aumentar a integração e reduzir o abandono.

Seguindo com outra teoria, podemos citar Alexander Astin de 1984 que em sua Teoria do Envolvimento Estudantil argumenta que o sucesso acadêmico e a retenção dos alunos estão relacionados ao grau de envolvimento dos alunos nas atividades e recursos da instituição. A teoria sugere que políticas de permanência que incentivem a participação ativa dos alunos podem melhorar a retenção. A UVA pode aplicar essa teoria para desenvolver estratégias que aumentem o engajamento dos alunos.

Bean (1980) em seu Modelo de Persistência e Evasão propôs um modelo que enfatiza o papel das expectativas e experiências dos alunos em relação à sua decisão de permanecer ou abandonar o curso. Ele destacou que fatores como satisfação acadêmica e apoio institucional são cruciais. A UVA deve considerar essas dimensões para compreender melhor os fatores que influenciam o abandono e a desistência.

Os autores Braxton, Milem e Sullivan (2000) expandiram a teoria de Tinto, introduzindo a ideia de que as interações entre alunos e professores, bem como entre alunos, afetam a decisão de permanência. Eles sugerem que a qualidade das interações pode impactar a decisão dos alunos de continuar na instituição. A UVA pode utilizar essas ideias para melhorar as interações e o suporte oferecido.

Para embasar tais análises precisamos entrelaçar estes dados de evasão na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e entender a complexidade do fenômeno da evasão acadêmica com o pensamento de diversos autores e suas teorias podem ser considerados.

Kember (1995), em seu Modelo de Envolvimento e Desempenho Acadêmico, explora como o envolvimento dos alunos com o conteúdo e a forma como os alunos percebem a relevância do que estão aprendendo pode afetar a decisão de continuar no curso. A UVA pode usar esses insights para avaliar como a relevância acadêmica e o suporte curricular influenciam as taxas de evasão.

Yorke e Longden (2004) realizaram uma análise aprofundada dos fatores que afetam a evasão no Ensino Superior, incluindo fatores institucionais e pessoais. Eles sugerem que a compreensão das motivações e desafios dos alunos é crucial para desenvolver políticas eficazes. Essa perspectiva pode ser valiosa para a UVA ao analisar as razões subjacentes aos abandonos e desistências.

Kuh (2009) enfatiza a importância das práticas de engajamento estudantil para a persistência acadêmica e sucesso. Ele sugere que instituições devem criar ambientes que promovam a aprendizagem ativa e o desenvolvimento de habilidades. A UVA pode se beneficiar de aplicar esses princípios para melhorar a experiência dos alunos e reduzir taxas de abandono.

Para a Universidade Vale do Acaraú (2024), esses conceitos e teorias foram aplicados da seguinte forma:

- a) Integração e Participação: Na elaboração de táticas para intensificar a integração social e acadêmica dos estudantes, criando chances para um envolvimento mais intenso em atividades extracurriculares e acadêmicas.

- b) Apoio Institucional: Implementação e análise de programas de suporte acadêmico e psicológico, além de oferecer apoio financeiro apropriado para lidar com as adversidades econômicas que podem resultar em desistência.
- c) Qualidade das Interações: Aprimoramento na qualidade das interações entre estudantes e docentes, incentivando um clima de suporte e cooperação.
- d) Relevância Acadêmica: Assegura que o currículo e as técnicas de ensino sejam pertinentes e motivadoras para os estudantes, promovendo um envolvimento mais intenso.
- e) Análise de Dados: Persistência no acompanhamento e análise de dados de abandono e retenção para ajustar e aprimorar constantemente as políticas de suporte.

Com base nessas teorias e abordagens, a UVA desenvolve estratégias mais eficazes para reduzir a evasão e aprimorar o suporte aos seus alunos. Em conclusão, a intersecção entre as teorias de retenção acadêmica e as práticas implementadas pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) oferece um caminho promissor para a redução da evasão estudantil. Ao integrar as contribuições de Tinto (1975), Astin (1993), Bean (1980), Braxton, Milem e Sullivan (2000), Kember (1995), Yorke, Longden e Kuh (2004), a UVA pode não apenas compreender as múltiplas dimensões que influenciam a permanência dos alunos, mas também implementar estratégias específicas que atendam às necessidades de sua comunidade acadêmica.

A ênfase na integração social e acadêmica, no suporte institucional, na qualidade das interações, na relevância do currículo e na análise contínua de dados forma um arcabouço robusto para promover um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor. Dessa forma, a UVA não apenas busca mitigar a evasão, mas também valoriza o desenvolvimento integral de seus alunos, fortalecendo sua missão educacional e social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou as ações de políticas públicas implementadas para combater a evasão estudantil na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em Sobral-CE, entre 2019 e 2023. A pesquisa buscou responder à seguinte questão: Quais são as ações de políticas públicas implementadas para combater a evasão estudantil na Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral-CE, entre 2019 e 2023, e qual a efetividade dessas ações em termos de permanência e conclusão dos cursos?

Os dados coletados revelaram tendências significativas nas taxas de abandono e evasão ao longo dos anos analisados. Em 2019, as taxas de abandono e retirada foram relativamente baixas. Contudo, em 2020, ano em que a pandemia se instaurou, a taxa de abandono aumentou drasticamente.

O aumento pode ser atribuído a diversos fatores, incluindo a transição abrupta para o ensino remoto e os desafios socioeconômicos enfrentados pelos estudantes. Nos anos subsequentes, as taxas de abandono mostraram uma certa recuperação, mas ainda apresentaram flutuações que indicam a necessidade de uma análise contínua e ações adaptativas por parte da universidade.

Concluiu-se que a UVA implementou uma série de ações significativas, incluindo programas de apoio acadêmico, auxílio psicológico, bolsas de estudo e atividades extracurriculares. Essas iniciativas refletem um compromisso com a inclusão e a acessibilidade, adaptando-se às necessidades específicas dos alunos em situação de vulnerabilidade. O foco na assistência financeira e no suporte acadêmico demonstra uma abordagem proativa para enfrentar as barreiras que contribuem para a evasão.

Concluiu-se que os dados indicam que as causas da evasão estão profundamente enraizadas em fatores socioeconômicos e acadêmicos, como dificuldades financeiras, insatisfação com a formação e falta de integração social. As consequências vão além da experiência individual dos alunos, afetando a diversidade e a continuidade dos cursos na instituição. Esse panorama evidencia a necessidade de políticas que abordem tanto as causas imediatas quanto as estruturais do abandono escolar.

Concluiu-se que a UVA tem demonstrado um compromisso crescente em adaptar suas políticas para promover um ambiente acadêmico mais inclusivo. As evoluções nas estratégias implementadas, como a melhoria nas interações entre alunos e professores e a revisão curricular, têm contribuído significativamente para a permanência e o sucesso dos estudantes. Essa abordagem holística não apenas busca reduzir a evasão, mas também

promover um ambiente de aprendizado que valoriza a diversidade e o desenvolvimento integral dos alunos.

Foram identificadas as ações de políticas públicas implementadas para combater a evasão estudantil na Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral-CE, entre 2019 e 2023, considerando o contexto socioeconômico e educacional dos alunos. Sob esse aspecto, a UVA desenvolveu apoio acadêmico atuando na criação de tutoria e monitorias para fortalecer o desempenho acadêmico dos estudantes; apoio psicológico e orientação, auxiliando na implementação de serviços de acompanhamento psicológico para ajudar os alunos a lidarem com questões emocionais e de adaptação. Auxílio Financeiro, ofertando bolsas de estudo e auxílio financeiro para alunos em situação de vulnerabilidade econômica.

Atividades Extracurriculares promovendo eventos, workshops e cursos que incentivam a participação ativa dos alunos e a construção de redes de apoio. Capacitação de professores e funcionários para promover um ambiente de apoio, estimulando interações de qualidade entre alunos e docentes. Avaliação e atualização do currículo para garantir a relevância dos conteúdos e métodos de ensino, alinhando-os às necessidades dos alunos. Estabelecimento de um sistema contínuo de coleta e análise de dados sobre evasão e permanência, permitindo ajustes nas políticas adotadas. Essas ações refletem um esforço integrado da UVA para abordar as causas da evasão e promover um ambiente educacional mais inclusivo e favorável ao aprendizado.

Os dados quantitativos e qualitativos relacionados ao fenômeno da evasão evidenciaram que as principais causas do problema incluem fatores socioeconômicos, como a precariedade financeira e a falta de apoio familiar, além de questões acadêmicas, como a insatisfação com o currículo e a dificuldade de integração social.

As consequências mais significativas desse fenômeno não se limitam apenas ao impacto individual dos alunos, mas também afetam a dinâmica institucional, gerando a perda de talentos e comprometendo a diversidade acadêmica. Além disso, a evasão pode perpetuar ciclos de exclusão social e dificultar o desenvolvimento de uma comunidade acadêmica coesa. Esses resultados ressaltam a importância de políticas integradas e personalizadas que abordem tanto as causas quanto as consequências da evasão, visando não apenas reter os alunos, mas também promover seu sucesso e bem-estar na instituição.

A análise acerca da adaptação e a evolução das políticas adotadas pela Universidade, com foco em suas contribuições para a criação de um ambiente acadêmico mais inclusivo e acessível, que favoreça a permanência e o sucesso dos estudantes, denotou que essas iniciativas têm potencial significativo para reduzir a evasão e melhorar a experiência acadêmica.

As ações implementadas refletem uma abordagem holística, considerando tanto as necessidades individuais dos alunos, quanto as condições institucionais. Assim, a UVA demonstra um compromisso efetivo em promover a inclusão e a equidade, criando um contexto propício para o desenvolvimento acadêmico e pessoal de seus estudantes, além de evidenciar que a interação entre suporte institucional e engajamento estudantil é fundamental para a construção de um ambiente educacional sustentável e transformador.

Além disso, é fundamental propor recomendações baseadas nas evidências coletadas, com o intuito de aprimorar as políticas públicas existentes e promover um modelo de gestão que priorize a equidade e a inclusão no Ensino Superior. Assim, as implicações desses achados são significativas para a formulação de políticas públicas no âmbito educacional.

A pandemia evidenciou problemas pré-existentes e trouxe à tona a importância de se criar estruturas de suporte mais robustas para os estudantes, incluindo orientações acadêmicas, suporte psicológico e assistência financeira. Ademais, a pesquisa destaca a necessidade de uma abordagem integrada que considere as políticas educacionais e as condições sociais e econômicas que afetam os alunos.

Conclui-se, portanto, que as ações de políticas públicas para combater a evasão estudantil na UVA mostraram-se essenciais, especialmente durante e após a pandemia de COVID-19. Este estudo contribuiu para a compreensão das dinâmicas de evasão estudantil, além de enfatizar a importância de uma abordagem proativa e adaptativa na formulação de políticas educacionais. A continuidade do monitoramento das taxas de evasão e a implementação de medidas eficazes são fundamentais para garantir a permanência e o sucesso dos estudantes na educação superior.

A pesquisa realizada abre espaço para várias direções futuras. Estudos adicionais podem explorar a eficácia das políticas implementadas após 2021 e avaliar a percepção dos estudantes em relação a essas políticas. Também seria valioso investigar as razões subjacentes à recuperação das taxas de abandono nos anos seguintes e o papel das tecnologias educacionais na adaptação ao ensino remoto. Por último, análises comparativas com outras instituições de Ensino Superior na região podem fornecer insights valiosos sobre melhores práticas e estratégias de sucesso.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D.C.L. **Contribuições da Psicologia Escolar e Educacional para um estudo sobre as nuances da evasão em um campus universitário**. 2022. 209 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/34585>. Acesso em: 28 out. 2024.
- ALONSO, R.F. Éxito escolar para todos. **Revista Iberoamericana de Educación**, [S. l.], v. 50, p. 131–151, 2009. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/666>. Acesso em: 29 out. 2024.
- ALVES, M. P. Desafios tecnológicos no ensino superior à distância. **Revista de Educação a Distância**, v. 10, n. 1, V, 45-59.
- ARANHA, M. S. F. Educação inclusiva: do que estamos falando? *In*: ASTIN, A. W. **What Matters in College? Four Critical Years Revisited**. San Francisco: Jossey-Bass, 1993.
- BAGGI, C. A. S; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 355-374, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/scielo/php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772011000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 jul. 2024.
- BANDURA, A. **Self-efficacy: The exercise of control**. **W H Freeman/Times Books/ Henry Holt & Co**.1997. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1997-08589-000>. Acesso em: 28 out. 2024.
- BARBOSA, E. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. **Boletim Técnico do Senac**, v. 39, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/349>>. Acesso em: 4 nov. 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BBC NEWS. **Tecnologias inovadoras do Reino Unido transformam o mundo da energia limpa na América Latina e no Caribe**. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/storyworks/specials/clean-growth-latac/in-the-world-of-clean-energy-uk-innovative-technologies-are-transforming-latac-portuguese/>. Acesso em: 29 out. 2024.
- BEAN, J. P.; Metzner, B. S. A Conceptual Model of Nontraditional Undergraduate Student Attrition. **Review of Educational Research**, v. 55, n.4, p. 485-540, 1985. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1170245>. Acesso em: 29 out. 2024.
- BEAN, John. Dropouts and turnover: the synthesis and test of a causal model of student attrition. **Research in Higher Education**, USA, v. 12, 155-187, 1980. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40195329>. Acesso em: 29 out. 2024.
- BOBBIO, N.. Justiça, validade e eficácia; As proposições prescritivas. *In*: BOBBIO, N. **Teoria da norma jurídica**. São Paulo: Edipro, 2016.p. 45-104.
- BRAGA, L. G. Ensino Médio Noturno. **Cenário de Evasão e Exclusão**. 2009. Disponível <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1921-8.pdf>

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Emenda constitucional nº. 19, de 4 de junho de 1998**. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm. Acesso em: 29 de out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 438, de 28 de maio de 1998**. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Disponível em: <https://www.normasbrasil.com.br/norma/?id=181137>. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010**. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Brasília, 2009. Disponível em: <https://acessograduacao.ufrj.br/2012-1/aceso-2012/portaria-normativa-n-2-de-26-de-janeiro-de-2010.html>. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

CEARÁ. **Lei nº 14.026, de 12 de dezembro de 2007**. Cria o Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, de cooperação técnica e incentivo para melhoria dos indicadores de aprendizagem nos municípios cearenses e dá outras providências. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4310-lei-n-14-026-de-17-12-07-d-o-19-12-07>. Acesso em: 29 out. 2024.

CEARÁ. **Lei nº 10.933, de 10 de outubro de 1984**. Cria, sob a forma Autárquica, a Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, na forma que indica e dá outras providências. 1984. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/trabalho-administracao-e-servico-publico/item/177-lei-n-10-933-de-10-10-84-d-o-de-11-10-84-cria-sob-a-forma-autarquica-a-universidade-estadual-vale-do-acarau-uva-na-forma-que-indica-e-da-outras-providencias?tmpl=component&print=1>. Acesso em: 29 out. 2024.

CEARÁ. **Lei nº 12.077-A, de 01 de março de 1993**. Cria a Secretaria da Ciência e Tecnologia - SECITECE e dá outras providências. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/ciencia-e-tecnologia-e-educacao-superior/item/928-lei-n-12-077-a-de-01-03-93-d-o-de-22-04-93>. Acesso em: 29 out. 2024.

CEARÁ. **A Lei nº 13.714, de 20 de dezembro de 2005.** Altera a denominação da Secretaria da Ciência e Tecnologia para Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE). 2005. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/>. Acesso em: 29 out. 2024.

BRAXTON, J.M; MILEM, J.F.; SULLIVAN, A.S. The Influence of Active Learning on the College Student Departure Process: Toward a Revision of Tinto's Theory. **The Journal of Higher Education**. v. 71, n. 5, , p. 569-590. 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2649260>. Acesso em: 29 out 2024.

CABRERA, A. F., BURKUM, K. R.; LA NASA, S. M. Pathways to a Four-Year Degree: Determinants of Degree Completion Among Socioeconomically Disadvantaged Students. **Review of Higher Education**, v. 26, n. 1, p. 25-52. 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228599574_Pathways_to_a_Four-Year_Degree_Determinants_of_Transfer_and_Degree_Completion_Among_Socioeconomically_Disadvantaged_Students. Acesso em: 29 out. 2024.

CARDOSO, Claudete Batista. **Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão.** 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.flacso.org.br/?publication=efeitos-da-politica-de-cotas-na-universidade-de-brasilia-uma-analise-do-rendimento-e-da-evasao>. Acesso em: 28 out. 2024.

CARVALHO, C. H. A. Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, 29, 2006, **Anais...** Caxambu: Anped, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-2337--In.pdf> Acesso em: 07 abr. 2024.

CASTELAR, P. U. C.; MONTEIRO, V. B.; LAVOR, D. C. **Um estudo sobre as causas de abandono escolar nas escolas públicas de ensino médio no estado do Ceará.** Governo do Estado do Ceará, v. 1, p. 33, 2012.

CASTRO, A.K.S.S. **Evasão no ensino superior: um estudo no curso de Psicologia da UFRGS.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós- Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_78ab84b633874858e9ad88c99b7d1bd0. Acesso em: 29 out. 2024.

COIMBRA, C. L.; SILVA, L. B.; COSTA, N. C. D. A evasão na educação superior: definições e trajetórias. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e 228764, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/186951/172535>.> Acesso em: 01 mar. 2024.

SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil.** 2005. Disponível em: <https://www.academia.edu/19737392>. Acesso em: 29 out. 2024.

CORRÊA, N.S. As contribuições do programa bolsa família: inclusão e permanência escolar. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, ANPED, Caxias do Sul, Anais...*2012.

COSTA, O.S.; GOUVEIA, L.B.. Modelos de evasão de estudantes: abordagens e perspectivas. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 155-182.

2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/85489/50675>>
Acesso em: 01 jun. 2024.

COSTA, R. M. da. **Evasão no ensino superior privado**. como podemos tentar evitá-la? Disponível em:< <https://abmes.org.br/blog/?p=3411>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CROSLING, G.; HEAGNEY, M.,; THOMAS, L. **Improving Student Retention in Higher Education: Improving Teaching and Learning**. New York: Routledge, 2009.

CUNHA, J. V. A. ; NASCIMENTO, E. M.; DURSO, S. O. Razões e influências para a evasão universitária: um estudo com estudantes ingressantes nos cursos de Ciências Contábeis de instituições públicas federais da Região Sudeste. CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. **Anais...**São Paulo, 2014.

CURY, C. R. J. Educação escolar e educação no lar: espaços de uma polêmica. **Educação & Sociedade**. v. 27, n. 96, p. 667-688, 2006. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/es/a/FCyfntMmxjCXRvBZGwyfFxb/?lang=pt&format=pdf>>
Acesso em: Acesso em 15 jul. 2024.

RYAN, R. M., DECI, E. L. Self-determination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development, and well-being. **American Psychologist**, v. 55, n. 1, p.68–78. 2000 Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2000-13324-007>. Acesso em: 28 out. 2024.

DURKHEIM, É. **O suicídio**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.

FERREIRA, L. A. M. **Evasão universitária**. Encontros Pela Educação, 2000. INEP. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. 2015.

FILIPAK, S.T.; PACHECO, E. F. H. A democratização do acesso à educação superior no Brasil. **Revista Diálogos Educ.**, Curitiba, v.17, n.54, p.1241- 1268, 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981-416X2017000401241&lng=pt. Acesso em: 29 out. 2024.

FIOR, C.A. Evasão do ensino superior e papel preditivo do envolvimento acadêmico. **Revista AMAzônica, Manaus**, v. 13, n. 1, p. 9-32, jan./jun, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/8308> . Acesso em: 28 out. 2024.

FREIRE, P. (1979). **Educação e Mudança**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. (1997). **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'água, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAIOSO, Natalícia Pacheco de Lacerda. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2005.

GARCIA, M. **Cenários e desafios para atingir 10 milhões de alunos na Educação Superior**. Disponível em: Disponível em:

<http://www.abmes.org/abmes/public/arquivos/documentos/MGarcia_Artigo_10_milhoes.pdf
> Acesso em: 02 abr. 2024.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GILIOLI, R. S. P. **Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil**: expansão da rede, SISU e desafios. Estudo Técnico. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em:

<https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/28239/evasao_instituicoes_gilioli.pdf?sequence=1.> Acesso em: 15 fev. 2024.

GOIS, A.; TAKAHASHI, F.; MACHADO, R.. **Apenas 46% dos universitários do país se formam em quatro anos**. Folha de S. Paulo. Cotidiano. São Paulo, 2011. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0811201114.htm>.> Acesso em: 12 jul. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Programa ganhe o mundo**. 2022.

Disponível em: <https://portal.educacao.pe.gov.br/governo-do-estado-oferta-900-vagas-de-intercambio-internacional-pelo-programa-ganhe-o-mundo/>. Acesso em: 29 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Programa presente na escola**. 2019. Disponível em: <https://www.presentenaescola.pr.gov.br/>. Acesso em: 29 out. 2024.

SÃO PAULO. **Lei nº 17.372, de 26 de maio de 2021**. Cria o Programa Bolsa do Povo e dá outras providências. Disponível em:

<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20210527&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=1>. Acesso em: 29 out. 2024.

GUSMÃO, J. B. A construção da noção de qualidade da educação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 79, p. 299-322, abr./jun. 2013.

Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/335>. Acesso em: 29 out. 2024.

HACK, J. R. **Introdução à educação a distância**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2019. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 29 out. 2024.

PEREIRA, V. **Diagnóstico do Abandono e da Evasão universitária no Brasil**. 2022.

Disponível em: <https://imdsbrasil.org/publicacao/diagnostico-do-abandono-e-da-evasao-escolar-no-brasil/?diagnostico-do-abandono-e-da-evasao-escolar-no-brasil>. Acesso em: 29 out. 2024.

KEMBER, D. **Open Learning Courses for Adults: A Model of Student Progress**. Educational Technology Pubns, 1995.

KEMBER, D., GOW, L. Um modelo de abordagens estudantis para a aprendizagem abrangendo maneiras de influenciar e mudar abordagens. **Instructional Science**, v. 18, p. 263-288. 1989. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/A-model-of-student-approaches-to-learning-ways-to-Kember-Gow/e17ecf4a8c1e81f9798fda9d2e71a262e80997d3>.

Acesso em: 28 out. 2024.

KIRA, Luci Frare. **A evasão no ensino superior: o caso do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (1992-1996)**. 1998. 106 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1998. Disponível em: <https://metodista.br/stricto-sensu/educacao/publicacoes/teses-e-dissertacoes>. Acesso em: 28 out. 2024.

KNIGHT, P. T. Summative Assessment in Higher Education: Practices in disarray. **Studies in Higher Education**, v. 27, n. 3, , p. 275–286. 2002. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03075070220000662>. Acesso em: 28 out. 2024.

KUH, G.D. The national survey of student engagement: Conceptual and empirical foundations. **New Directions for Institutional Research**, , p. 5-20. 2009. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/action/showCitFormats?doi=10.1002%2Fir.283>. Acesso em: 28 out. 2024.

LIMA, A. S., et al. Impactos da Qualidade do Ensino e da Infraestrutura na Evasão Universitária: O Caso das Instituições Públicas no Brasil. **Ensino em Foco**. v. 39, p.31-48, 2020.

LIMA, F. S.; ZAGO, N. Evasão na educação superior: tendências e resultados de pesquisa. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 5, n. 9, p.131-164, jul./dez. 2018. Disponível em: <[http://www.file:///C:/Users/wanma/Downloads/32679-Texto%20do%20Artigo-109643-1-10-20181127%20\(4\).pdf](http://www.file:///C:/Users/wanma/Downloads/32679-Texto%20do%20Artigo-109643-1-10-20181127%20(4).pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MAJZUB, R.; RAIS, M. M. Teachers' and parents' perception on effective strategies for dropout prevention. *Procedia Social and Behavioral Sciences*. v. 9, p. 1036–1041, 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042810023876>. Acesso em: 29 out. 2024.

MANCEBO, D. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. Campinas, **Educ. & Soc.**, v. 25, n. 88, out., 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ybWDVNDW9Y7BBnDhCPmCN3b/>. Acesso em: 29 out. 2024.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5 ed., São Paulo: Atlas, 2003.

MASLACH C, LEITER M.P. Understanding the burnout experience: recent research and its implications for psychiatry. **World Psychiatry**. v.15, n. 2, p. 103-11. 2016 Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27265691/>. Acesso em: 208 out. 2024.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**. São Paulo: Atlas, 2008.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. **Plano Nacional de Educação à Distância (PNEAD)**. 2020. Disponível em: <https://www.mined.gov.mz/>. Acesso em: 29 out. 2024.

MONTEIRO, M.C.B. **Direito à permanência escolar: contribuição para políticas públicas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-07102022-074345/pt-br.php>. Acesso em: 28 out. 2024.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: sistemas de aprendizagem online**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MORAES, M. C. **Tecendo a rede, mas com que paradigma?** Educação a Distância: fundamentos e práticas. Campinas: UNICAMP/NIED, 2002.

NERI, M. C. **Tempo de permanência na escola**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2009.

OLIVEIRA, F. L.; NÓBREGA, L. Evasão universitária: um problema que se perpetua na educação brasileira. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 19, 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/19/evasao-escolar-um-problema-que-se-perpetua-na-educacao-brasileira>. Acesso em: 29 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Aprender Siempre**. 2020. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/countries/co>. Acesso em: 29 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Education at a Glance 2020: OECD Indicators. **OECD Publishing**, 2020. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2020_69096873-en. Acesso em: 4 nov. 2024.

PASCARELLA, E. T.; Terenzini, P. T. (2005). **How College Affects Students: A Third Decade of Research (Vol. 2)**. San Francisco: Jossey-Bass, 2005.

PEREIRA, F.C.B. **Determinantes da evasão de alunos e os custos ocultos para as instituições de Ensino Superior: uma aplicação na Universidade do Extremo Sul Catarinense**. 2003. 172f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

PEREIRA, P.C.; WILLIAMS, L.C.A. A concepção de educadores sobre violência doméstica e desempenho escolar / Educators' opinions on child victimization and school performance **Psicol. esc. educ** ; v.12, n. 1, p. 139-152, jan.-jun. 2008. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-530328>. Acesso em: 29 out. 2024.

POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: condições de saída e de retorno a instituição**. 2000. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2000. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253539>. Acesso em: 28 out. 2024.

RIBEIRO, J. L. L. S.; MORAIS, V. G. A possível relação entre o SISU e a evasão nos primeiros semestres dos cursos universitários. **Revista Brasileira de Educação**, 25(1), 2020, p. 1-17. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/N5w6Z7sWckXQXR83g5MYmLw/?lang=pt>. Acesso em: 4 nov. 2024.

SANTOS, J.P.C. **Determinantes sociais e pedagógicos da evasão escolar: um estudo no Instituto Federal Baiano - campus Serrinha**. 2022. 138f. Dissertação (Mestrado

Acadêmico em Educação) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2022. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/1498/>. Acesso em: 28 out. 2024.

SANTOS, R.S.S. **Evasão Escolar Universitária e Estratégias de Intervenções para Retenção do Estudante**: Um Estudo de Caso na Universidade Federal de São Carlos. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências de Computação e Matemática Computacional) - Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/55/55134/tde-21092022-094249/pt-br.php>. Acesso em: 28 out. 2024.

SANTOS, M. A. **Evasão escolar e mercado de trabalho**: uma análise a partir de dados do Censo Escolar. São Paulo: Editora Senac, 2018.

SANTOS, M. S.; SILVA, T. F. (2017). A Evasão na Educação Superior e os Desafios Institucionais: Um Estudo de Caso. **Revista Brasileira de Educação Superior**, 123-140, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/>. Acesso em: 29 out. 2024.

SIMÕES, A. R., *et al.* Autodisciplina e sucesso acadêmico no ensino superior à distância. **Revista de Educação e Pesquisa**, v. 27n. 2, 2017, p. 89-102.

SILVA, A. M ; FERNANDES, T. R. A qualidade do material didático no ensino superior à distância. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 101, n. 258, 2020, p. 45-62.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. Trajetórias educacionais como evidência da qualidade da educação básica brasileira. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, p. 01-21. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/9ZRM8LBTqQMhMDQNJdWjQZQ/>. Acesso em: 4 nov. 2024.

SPONSORED BY XINHUA NEWS. **Plataforma de educação inteligente online da China beneficia o mundo**. 2024. Disponível em: <https://portuguese.xinhuanet.com/20240927/bb066c60fe3a43f7b77299a60216d77c/c.html>. Acesso em: 29 out. 2024.

SHIRASU, M. R.; ARRAES, R. de A. Determinantes da Evasão e Repetência Escolar. *In*: XLIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. **Anais...** ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2016. Disponível em: <https://ideas.repec.org/s/anp/en2015.html>. Acesso em: 20 out. 2024.

SILVA FILHO, R. L. L. et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 37, n. 132, p.641-659. Dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/x44X6CZfd7hqF5vFNnHhVWg/>. Acesso em: 29 out. 2024.

SOARES, J. F.; ALMEIDA, A. N. Determinantes da Evasão na Educação Superior: Uma Revisão da Literatura. **Revista de Educação**, v. 23, n.1, p. 1-20, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/i/2018.v23/>. Acesso em: 29 out. 2024.

SOARES, F. V., RIBAS, R. P.; OSÓRIO, R. G. Evaluating the Impact of Brazil's Bolsa Família: cash transfer programmes in comparative perspective, **Latin American Research Review**, v. 45, n. 2, p. 173-190, 2010. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Evaluating-the-Impact-of-Brazil%27s-Bolsa-Fam%C3%ADlia%3A-in-Soares-Ribas/6ddd6b8c49fe528a9a3d718e880ccb01b0e34c43>. Acesso em: 29 out. 2024.

SOBRAL. **Lei Municipal nº 214 de 23 de outubro de 1968**. Fundação da Universidade Estadual do Vale do Acaraú constitui órgão da Administração Pública Indireta do Estado do Ceará sob a formação de Fundação Pública, com personalidade de Direito Público, vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará (SECITECE). Disponível em <https://camarasobral.ce.gov.br/leis>. Acesso em: 29 out. 2024.

TINTO, V. Dropout from Higher Education: A Theoretical Synthesis of Recent Research. **Review of Educational Research**, v. 45, n. 1, p. 89-125, 1975. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1170024>. Acesso em: 29 out. 2024.

TINTO, Vincent. **Leaving college: rethinking the causes and cures of student attrition**. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

TORRES, H. G. et al. **O que pensam os jovens de baixa renda sobre a escola. Relatório de Pesquisa**, 2013.

INSTITUTO UNIBANCO. **Ensino médio: como aumentar a atratividade e evitar a evasão?** USP, São Paulo, 2010.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. Campanha Nacional Pelo Direito À Educação. **O enfrentamento da exclusão escolar no Brasil**. Brasília: DF: UNICEF, CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2018-2022/Universidade Estadual Vale do Acaraú**. – Sobral, CE: Ed. UVA, 2020.

UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ. Sobre. 2024. Disponível em: <https://www.uva.ce.gov.br/institucional/institucional-sobre/>. Acesso em: 29 out. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2024-2027/Universidade Estadual Vale do Acaraú**. – Sobral, CE: Ed. UVA, 2024.

VELOSO, T. C. M. A.; ALMEIDA, E. P. (2002). **Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso**. Série-estudos. Campo Grande, nº 13, p. 133-148. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/564>. Acesso em: 15 jun. 2024.

YORKE, M.; LONGDEN, B. **Retention and student success in higher education**. New York: McGraw-HillEducation, 2004.